



# Relatório e Contas

1º Semestre de 2014

# 2014



# Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS E GESTÃO	5
PRINCIPAIS INDICADORES	7
DESTAQUES DO SEMESTRE	10
PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS	11
PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR	12
1. LINHAS ESTRATÉGICAS	12
2. NEGÓCIOS	15
2.1. Enquadramento económico e regulamentar	15
2.2. Correio	19
2.3. Expresso e Encomendas	27
2.4. Serviços Financeiros	29
3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA E DESEMPENHO DA AÇÃO CTT	33
4. COMPROMISSO COM A SOCIEDADE	44
4.1. Recursos Humanos	44
4.2. Qualidade de Serviço	46
4.3. Inovação e desenvolvimento	48
4.4. Sustentabilidade	49
4.5. Governo da Sociedade	51
5. PRINCIPAIS RISCOS	56
5.1. Riscos enfrentados pelos CTT	56
5.2. Gestão de riscos e sistema de controlo interno	56
6. EVENTOS POSTERIORES E PERSPETIVAS FUTURAS	58
7. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	61
PARTE II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	63
Contas consolidadas intercalares condensadas	63
PARTE III – OUTROS DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA	104
PARTE IV – RELATÓRIO DE AUDITORIA	110
CONTACTOS	115



## ÓRGÃOS SOCIAIS E GESTÃO

### Órgãos sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

**Presidente:** Júlio de Lemos de Castro Caldas

**Vice-Presidente:** Francisco Maria de Moraes Sarmento Ramalho

#### Conselho de Administração

**Presidente:** Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda (CEO)

**Vice-Presidentes:** António Sarmento Gomes Mota (Presidente da Comissão de Auditoria)  
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco (Executivo)

**Vogais:** André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa (Executivo e CFO)  
Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira (Executiva)  
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo (Executiva)  
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino  
Diogo José Paredes Leite de Campos (Vogal da Comissão de Auditoria)  
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa <sup>1</sup>  
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz  
Parpública – Participações Públicas SGPS SA (Vogal da Comissão de Auditoria)

#### Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

**ROC:** KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Maria Cristina Santos Ferreira

**ROC Suplente:** Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

#### Comissão de Vencimentos

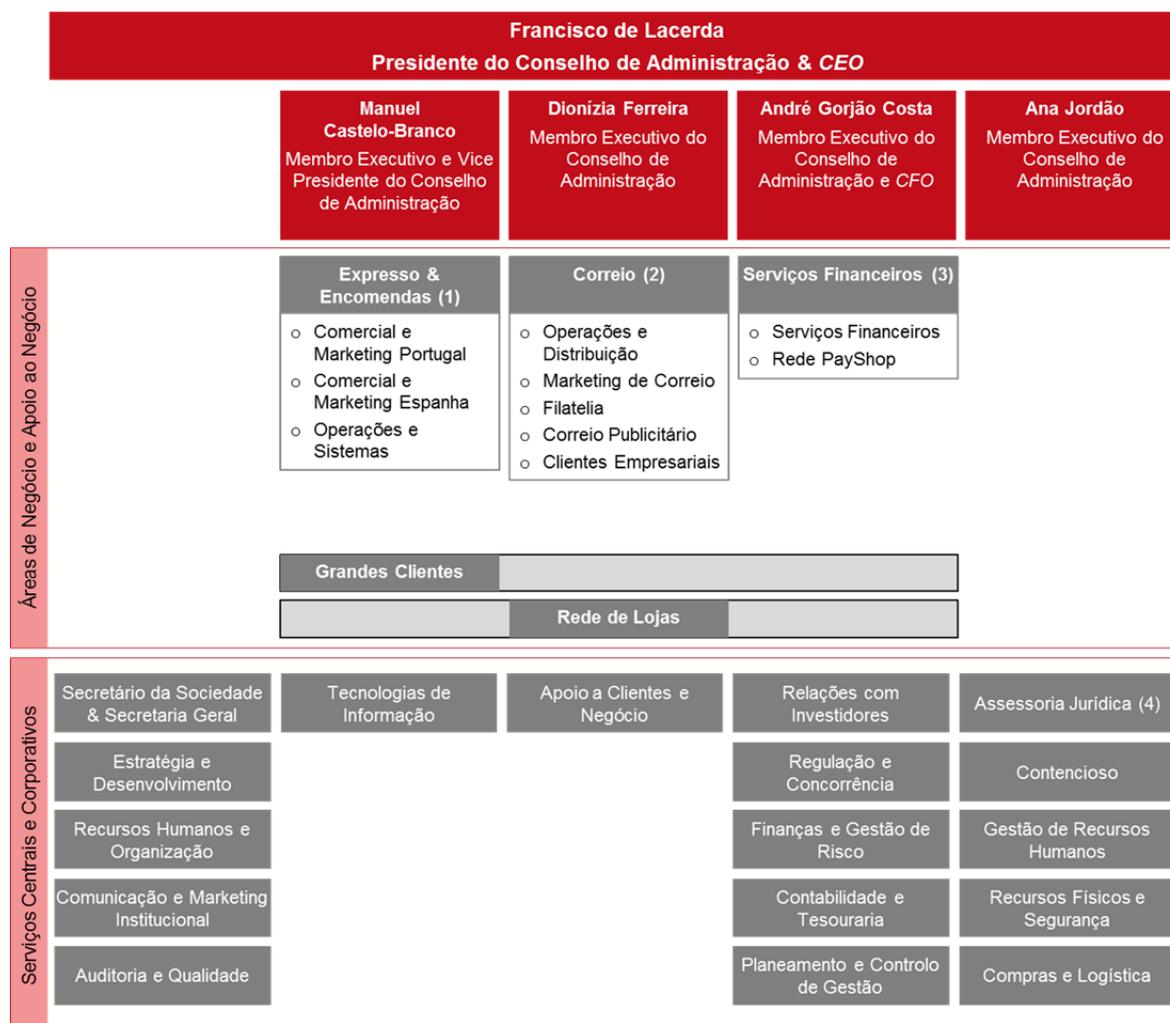
**Presidente:** João Luís Ramalho de Carvalho Talone

**Vogais:** José Gonçalo Ferreira Maury  
Rui Manuel Meireles dos Anjos Alpalhão

---

<sup>1</sup> Cooptado por deliberação do Conselho de Administração de 29 de julho de 2014 em substituição de José Alfredo de Almeida Honório, que apresentou renúncia ao cargo de Administrador Não Executivo a 14 de julho de 2014.

## Orgânica de Gestão



(1) Inclui CTT Expresso, Tourline e CORRE.

(2) Inclui Mailtec SGPS, Mailtec Comunicação, Mailtec Consultoria, Mailtec Processos, CTT Gest e PostContacto.

(3) Inclui PayShop.

(4) Geral, laboral e disciplinar.

## PRINCIPAIS INDICADORES

### Indicadores económico-financeiros (dados consolidados em IFRS)

mil euros ou %, exceto indicação adicional	1ºS 2014	1ºS 2013 <sup>(1)</sup>	Δ% 14/13
Rendimentos operacionais <sup>(2)</sup>	353 503	350 617	0,8
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	287 250	290 442	-1,1
EBITDA recorrente <sup>(3)</sup>	66 254	60 175	10,1
EBIT recorrente <sup>(3)</sup>	55 361	45 658	21,3
Resultado antes de gastos de financiamento e impostos	54 936	47 541	15,6
EBT	51 768	46 223	12,0
Resultado antes de interesses não controlados	36 038	31 818	13,3
Resultado líquido do período atribuível a detentores de capital dos CTT	36 063	31 643	14,0
Resultado líquido por ação (euro) <sup>(4)</sup>	0,24	0,21	14,0
Margem EBITDA	18,7%	17,2%	1,5 p.p.
Margem EBIT	15,7%	13,0%	2,7 p.p.
Margem líquida	10,2%	9,0%	1,2 p.p.
Rentabilidade do capital próprio (ROE)	13,7%	12,0%	1,7 p.p.
Rentabilidade dos capitais investidos (ROIC)	9,2%	8,5%	0,7 p.p.
Rentabilidade dos capitais empregues (ROCE)	9,5%	8,1%	1,4 p.p.
Investimento (mil euros)	2 742	4 288	-36,0
Cash flow operacional livre <sup>(5)</sup> (mil euros)	65 861	29 186	125,7

	30.06.2014	31.12.2013	Δ% 14/13
Ativo	1 274 536	1 100 134	15,9
Passivo	1 024 601	824 200	24,3
Capital próprio	249 935	275 934	-9,4
Capital social	75 000	75 000	-
Número de ações	150 000 000	150 000 000	-
Liquidez geral	129,0%	144,7%	-15,7 p.p.
Solvabilidade	24,4%	33,5%	-9,1 p.p.
Solvabilidade ajustada <sup>(6)</sup>	42,3%	53,5%	-11,2 p.p.
Dívida líquida (m€) <sup>(7)</sup>	- 27 003	- 19 930	35,5
Dívida líquida/EBITDA <sup>(8)</sup>	-0,4 x	-0,2 x	-0,2 x
Cobertura dos ativos fixos tangíveis	246,3%	247,1%	-0,8 p.p.

(1) Inclui a subsidiária EAD; a participação de 51% que os CTT detinham no seu capital foi alienada no 1º semestre de 2014.

(2) Rendimentos operacionais excluindo valores não recorrentes.

(3) Antes de rendimentos e gastos não recorrentes.

(4) Até 30 de outubro de 2013 o capital social dos CTT era de €87.325.000 composto por 17.500.000 ações com valor nominal de €4,99. Nessa data ocorreu uma Assembleia Geral dos CTT na qual foi deliberada uma alteração ao seu capital social, tendo sido reduzido para €75.000.000 representado por 150.000.000 ações com valor nominal de €0,50. Considerando o número de ações em 30.06.2013 o resultado líquido/ação foi de €1,81.

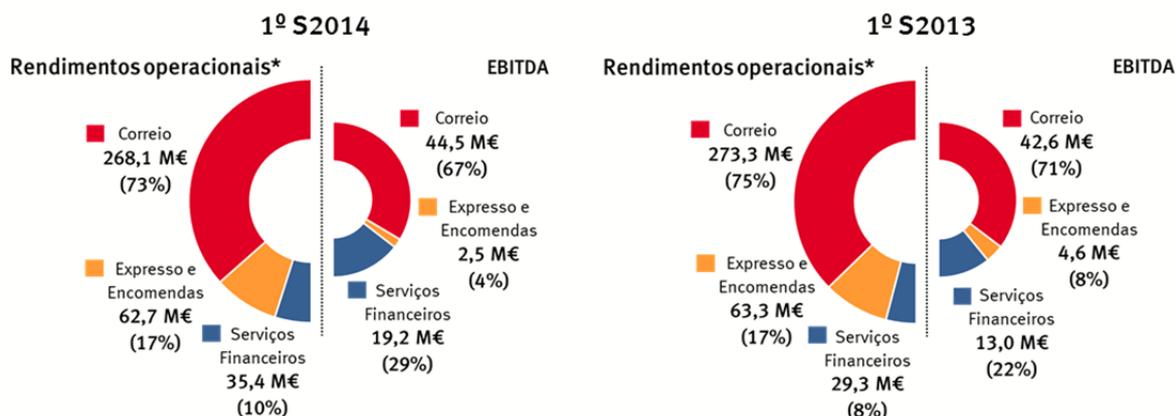
(5) Cash flow das atividades operacionais não incluindo a variação de credores de serviços financeiros.

(6) Capital próprio/(Passivo total - valores de terceiros incluídos na Caixa e Equivalentes de Caixa).

(7) Na Dívida líquida foram incluídas as responsabilidades com cuidados de saúde, em valor líquido.

(8) Se negativo significa posição de caixa positiva.

## Rendimentos\* e EBITDA recorrente por área de negócio



\* Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação; não inclui os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -12,7 M€ no 1º semestre de 2014 e -15,3 M€ no 1º semestre de 2013.

## Indicadores operacionais

	1ºS 2014	1ºS 2013	Δ% 14/13
<b>Correio</b>			
Tráfego correio endereçado (milhões de objetos)	431,2	463,6	-7,0
Correio transacional	369,2	391,6	-5,7
Correio editorial	23,7	24,5	-3,5
Correio publicitário	38,3	47,5	-19,5
Tráfego correio não endereçado (milhões de objetos)	251,1	241,1	4,1
<b>Expresso e Encomendas</b>			
Portugal (milhões de objetos)	6,7	5,7	17,6
Espanha (milhões de objetos)	6,5	6,2	5,4
<b>Serviços Financeiros</b>			
Pagamentos (nº de transações; milhões)	33,0	35,8	-7,6
Poupança e seguros (valores colocados; milhões de euros)	2 916,4	1 314,5	121,9
<b>Pessoal</b>			
Trabalhadores (ETI) (a)	12 380	12 896	-4,0
<b>Rede de Vendas, Transportes e Distribuição</b>			
Rede de lojas (b)	624	625	-0,2
Postos de correio	1 719	1 893	-9,2
Agentes PayShop	3 878	3 915	-0,9
Centros de distribuição postal	273	310	-11,9
Giros de distribuição postal	4 687	4 808	-2,5
Frota (número de veículos) (c)	3 436	3 453	-0,5

(a) ETI = Equivalente a Tempo Integral.

(b) Inclui lojas móveis (5 no 1ºS 2014 e 6 no 1ºS 2013), balcões exteriores de correio (12 no 1ºS 2014 e 13 no 1ºS 2013) e lojas de parceria (5 no 1ºS 2014 e 1ºS 2013).

(c) Valores da frota em operação.

	1ºS 2014	1ºS 2013	Δ% 14/13
<b>Clientes</b>			
Satisfação dos clientes (%) (a)	85,6	-	-
Nº total de unidades operacionais certificadas (referenciais ISO e certificação de Serviços de Atendimento e Distribuição)	1 097	1 179	-7,0
Certificação de Serviços Atendimento e Distribuição (% de cobertura) (b)	99,7	96,9	2,8 p.p.
Indicador Global de Qualidade de Serviço (em pontos)	243,8	230,0	13,8
<b>Trabalhadores</b>			
Sinistralidade (nº ocorrências) (c)	452	450	0,4
Volume de formação (horas) (c)	150 793	105 753	42,6
Mulheres em cargos de chefia (1ª linha) (%) (c)	43,3	43,8	-0,5 p.p.
<b>Comunidade/Ambiente</b>			
Cadeia de valor - contratos c/ critérios ambientais (%) (c)	99	98	1 p.p.
Emissões CO2 totais, <i>scopes</i> 1 e 2 (kton.) (d)	9,4	9,6	-1,9
Consumos energéticos (TJ) (d)	161,7	165,6	-2,4
Peso da gama Eco na linha <i>Direct Mail</i> (%)	25,7	26,1	-0,4 p.p.
Investimento na comunidade (mil euros)	343	378	-9,3

(a) Alteração de série - nova metodologia; (b) No caso do atendimento consideram-se as 602 lojas alvo do processo de certificação que exclui balcões exteriores de correio, lojas móveis e lojas de parceria (c) Indicadores relativos aos CTT (CTT SA e empresas subsidiárias); (d) Indicadores relativos aos CTT SA e CTT Expresso.

## DESTAQUES DO SEMESTRE

### Janeiro

- **Atualização dos preços** especiais dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal, aplicável a remetentes de envios em quantidade, na sequência de proposta comunicada ao ICP - ANACOM em 13 de dezembro de 2013.
- **Lançamento do Programa** de Identificação e Desenvolvimento de Potencial para jovens quadros dos CTT.

### Fevereiro

- Assinatura de **Protocolo com a EDP**, com vista à exploração conjunta de oportunidades de negócio, entre as quais a contratação dos serviços EDP Comercial nas lojas CTT.

### Março

- **Assembleia Geral Extraordinária**, na qual foi aprovado o novo modelo de governação dos CTT e foram eleitos os órgãos sociais para o triénio 2014-2016.
- **Convenção CTT 2014** sob o tema “O Poder de Um”, reforçando a importância que cada trabalhador tem, podendo fazer a diferença.

### Abril

- **Atualização de preços** do serviço postal universal das correspondências e das encomendas, na sequência de decisão do ICP-ANACOM de não oposição à proposta de tarifário no âmbito do serviço postal universal, apresentada pelos CTT em 17 de fevereiro de 2014. Segunda fase da atualização dos preços especiais aplicável a remetentes de envios em quantidade.

### Maiο

- **Assembleia Geral Anual dos CTT** onde foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2013, incluindo o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas, o relatório de governo societário, a aplicação de resultados do exercício incluindo o pagamento de um dividendo por ação de acordo com a proposta indicativa apresentada no prospeto da OPV e votos de louvor aos membros do Conselho de Administração e dos órgãos de fiscalização. A KPMG foi eleita para completar o mandato em curso 2012/2014.
- **Pagamento de um dividendo** bruto por ação de €0,40.

### Junho

- **Atualização de preços** do serviço de **correio editorial/jornais, publicações periódicas e não periódicas e livros**, na sequência de decisão do ICP-ANACOM de não oposição à proposta de tarifário no âmbito do serviço postal universal, apresentada pelos CTT em 15 de abril de 2014.
- Assinatura de **protocolo com o Banco BNP Paribas Personal Finance**, com vista à comercialização de produtos de crédito pessoal e ao consumo desta instituição financeira na rede de lojas CTT.

## PRÉMIOS E RECONHECIMENTOS

No primeiro semestre de 2014, os CTT obtiveram as seguintes distinções/reconhecimentos:

- Distinção dos CTT com o “Prémio Mercado de Capitais 2013”, nos *Investor Relations & Governance Awards* (IRGA), patrocinada pela Deloitte e pelo Diário Económico, que destaca os melhores desempenhos empresariais no mercado de capitais nacional e as melhores práticas desenvolvidas no ano anterior.
- A Oferta Pública de Venda dos CTT foi distinguida pela prestigiada revista britânica “*The Banker*” como o “*European Equities Deal of the Year 2014*” (negócio do ano no mercado acionista europeu em 2014).
- A revista *Investor Relations Magazine*, através da sua base de investidores e analistas mundiais, nomeou os CTT para o prémio “*Best IR for an IPO*” que distingue a empresa com a melhor gestão de investidores durante uma Oferta Pública de Venda.
- CTT vencedores da 44.ª edição do *Premio Internazionale Asiago d'Arte Filatelica*, considerado o Óscar da filatelia, com o selo de €0,36 da série “Ano Internacional da Estatística 2013”.
- Marca de Confiança dos Portugueses, pela 12ª vez, na sequência do estudo realizado pelas Seleções do *Reader's Digest*, este ano na categoria de “Empresa de Serviço Público”. Pela primeira vez, os CTT foram também distinguidos como Marca de Confiança Ambiente 2014.
- Medalhas de Prata e Bronze, respetivamente, para as Linhas CTT e CTT Expresso no *APCC Best Awards 2014*, na categoria Distribuição e Logística.
- Finalistas (TOP 3) da IV Edição dos Prémios OCI 2013 - Excelência em Comunicação Interna, na categoria de Estratégia Integrada de Comunicação Interna, com o projeto “Portugal Connosco – Receitas ao Balcão”.
- Prémio *Human Resources Portugal 2013* na categoria “Empresa que mais promove e defende a igualdade de género”. A revista *Human Resources Portugal* é uma multipublicação de referência nas áreas de recursos humanos, marketing e comunicação e distingue as melhores empresas em Portugal em “gestão de pessoas”.

## PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO INTERCALAR

### 1. LINHAS ESTRATÉGICAS

#### 1.1. Desafios e tendências

O desenvolvimento tecnológico acelerado que tem caracterizado as últimas décadas, nomeadamente na crescente utilização da internet como ferramenta para as mais diversas atividades potenciado pela evolução nas comunicações, principalmente as móveis com o advento dos *smartphones*, é o motor de todas as tendências que afetam a economia e muito especialmente os setores onde os CTT atuam. Nesta conjuntura, o forte crescimento do *e-commerce*, que tem catapultado o crescimento do negócio de encomendas, o movimento inexorável de substituição eletrónica do correio físico e o aprofundamento do processo de liberalização plena do mercado dos serviços postais constituem as três principais tendências de natureza estrutural que se observam em toda a Europa e que condicionam as estratégias dos operadores postais. O sistema financeiro mundial sofreu nos últimos anos um conjunto variado de alterações e adaptações fruto da crise financeira (crise *subprime*) ocorrida entre 2007 e 2009, tendo os bancos vindo a sofrer alguma erosão da confiança e credibilidade que caracterizava este sector.

A par destas tendências estruturais, um ambiente económico recessivo vivido em Portugal tem agravado e aprofundado o ritmo de evolução negativa do tráfego postal, deprimindo os principais mercados de atuação dos CTT, i.e., os serviços postais (correio e encomendas) e os serviços financeiros, estes principalmente na área de pagamentos e transferências. No entanto, a recuperação do nível de atividade económica do país que se vem a verificar há alguns trimestres aparenta estar já a ter impactos positivos sobre os diversos negócios dos CTT, invertendo ou suavizando tendências recentes da sua evolução.

A privatização dos CTT, concretizada no final de 2013 através de uma Oferta Pública de Venda, alterou substancialmente a composição e natureza acionista, com todas as consequências daí decorrentes. As exigências dos mercados de capitais, em termos de rigor, transparência e performance da empresa, irão acelerar, numa perspetiva de criação sustentada de valor para os seus acionistas, a captura de mais ganhos de eficiência, de maior crescimento e de rentabilidade financeira acima da média do sector, contribuindo ainda, por via da maior eficiência no mercado, para a transferência de valor para os consumidores. Com a sua base acionista variada mas baseada em investidores institucionais nacionais e sobretudo internacionais, os CTT têm um desafio acrescido de comunicação com o mercado.

#### 1.2. Vantagens competitivas

Os CTT têm reconhecidamente um conjunto distintivo de ativos e competências que decorrem da sua história e posição única no mercado dos serviços postais e financeiros, os quais potenciam estrategicamente as suas vantagens competitivas e características distintivas:

- Rede de lojas e rede de distribuição únicas, de cobertura nacional e elevada capilaridade;
- Uma forte marca em Portugal, de elevada reputação e confiança por parte da população;

- Capacidade de gestão contínua da eficiência operacional;
- Plataforma Ibérica de Expresso e Encomendas;
- Forte posicionamento para a expansão dos Serviços Financeiros;
- Equipa de gestão qualificada e trabalhadores com vasta experiência no setor de serviços postais;
- Negócio de correio de elevada rentabilidade e líder em Portugal;
- Melhoria do quadro regulatório no sentido de uma sua maior estabilidade;
- Forte geração de *cash flow*, posição de liquidez e dividendos.

### 1.3. Estratégia: cumprir a promessa

A estratégia definida e anunciada aquando da privatização e o elevado interesse de investidores nos CTT criaram uma responsabilidade acrescida, sendo fundamental que a empresa esteja totalmente focada e empenhada em entregar os resultados implícitos nessas expectativas. Tendo como principais objetivos alcançar um crescimento sustentável e melhorar a rentabilidade de cada uma das suas unidades de negócio, alicerçado nas vantagens competitivas da empresa, os CTT definiram as seguintes linhas de atuação estratégica:

- **Foco no valor do negócio do Correio**

A manutenção da quota de mercado de clara liderança em Portugal e a melhoria das margens de EBITDA da unidade de negócio de correio implica uma atuação aos seguintes níveis:

- Prosseguir a melhoria contínua da eficiência operacional, com base em três pilares: melhoria das operações, adequado dimensionamento da rede de lojas e otimização dos recursos humanos;
- Rever de forma continuada a estrutura de preços com base nas condições de mercado e de custos, compensando o acréscimo de gastos unitários fruto da queda no tráfego;
- Continuar a desenvolver um portefólio “*one-stop*”, integrado e focado no cliente, de produtos e serviços para os grandes expedidores de correio, promovendo a oferta de soluções que combinem as suas plataformas de correio físicas atuais com novas plataformas digitais;
- Promover o correio publicitário como um meio de comunicação eficaz e complementar aos meios *mass market*;
- Promover um quadro regulatório que apoie a sustentabilidade do Serviço Postal Universal (SPU), em matérias essenciais como o preço, a qualidade de serviço e a determinação e financiamento do custo líquido de prestação do SPU.

- **Potenciar a liderança para captar a tendência de crescimento nas Encomendas e Expresso**

Tendo como objetivos beneficiar da crescente presença do *e-commerce* nos mercados português e espanhol e ser um dos operadores de referência na Península Ibérica, os CTT apontam como principais eixos de atuação estratégica para o seu negócio de Encomendas e Expresso:

- Transformar a oferta de B2B para B2B + B2C, potenciando a oportunidade do crescimento do *e-commerce*. Desenvolver uma oferta clara e comum para o mercado ibérico, com oferta diferenciada para os distintos segmentos;

- Aproveitar as sinergias operacionais a nível ibérico, com distintas estratégias para Portugal e Espanha;
  - Em Portugal, promover uma gestão integrada da rede de distribuição de correio e de encomendas por forma a melhor utilizar as vantagens competitivas dos CTT principalmente para o mercado B2C, onde a capilaridade e cobertura nacional são fundamentais;
  - Em Espanha, reestruturar a rede de franchisados e a rede de zonas próprias para potenciar o crescimento das vendas e da rentabilidade, muito focado no B2C fruto do *e-commerce*.
  - Alavancar os seus serviços de carga e logística para fidelizar clientes atuais e captar novos clientes.
- **Expandir o negócio de Serviços Financeiros**
- Apontam-se os seguintes três eixos de atuação estratégica para a unidade de negócios dos Serviços Financeiros, que se deverá constituir como uma das fontes de crescimento dos CTT alavancada nas suas principais competências, i.e., ser uma marca de confiança e ter uma vasta rede de retalho, com cobertura nacional e experiência de mais de 50 anos na venda de produtos financeiros:
- Maximizar o contributo do atual portefólio de serviços, utilizando a rede de retalho dos CTT e adequando-o às tendências e necessidades dos clientes;
  - Desenvolver novas parcerias tendo em vista a oferta de uma gama mais ampla de produtos e serviços financeiros, abrangendo um leque mais amplo de necessidades dos clientes;
  - Melhorar a eficiência dos processos e dos serviços, permitindo prestar mais e melhores serviços com os recursos atuais;
  - Explorar a opção de constituição de um banco postal, como o possível corolário desta estratégia de expansão permitindo a oferta da totalidade dos tradicionais produtos financeiros.

Com base nesta formulação estratégica, e incorporando os objetivos e eixos de atuação das diversas unidades de negócio – Correio, Expresso e Encomendas e Serviços Financeiros – será continuada e aprofundada, durante o ano de 2014 e no futuro, a implementação do Programa de Transformação iniciado em Janeiro de 2013. Assim, os CTT criaram uma unidade de PMO (*Project Management Office*) para gerir e acompanhar as diversas iniciativas e o seu grau de concretização. O Programa de Transformação não é um programa pontual mas sim uma realidade contínua de transformação e adaptação dos CTT aos desafios do presente e do futuro. Ao longo dos próximos anos serão pensadas, desenvolvidas e implementadas novas iniciativas no âmbito deste programa para suportar a estratégia atrás descrita, permitindo focar a gestão e os recursos na prossecução da mesma.

## 2. NEGÓCIOS

### 2.1. Enquadramento económico e regulamentar

#### 2.1.1. Enquadramento económico

##### Internacional

O crescimento real do PIB mundial deverá situar-se em 3,6% em 2014 e aumentar de modo gradual nos anos seguintes, segundo as últimas previsões do FMI. Os dados divulgados apontam para um abrandamento do dinamismo das economias avançadas no primeiro trimestre do ano, relacionado, em parte, com fatores temporários, tais como as temperaturas extremamente baixas registadas na América do Norte. Nos mercados emergentes verificou-se uma queda do crescimento devido à procura interna fraca, à inversão das entradas de capitais nestas economias e à menor margem de manobra para novas políticas internas favoráveis ao crescimento. Os mercados financeiros estabilizaram nas economias emergentes mas em muitos destes países as condições financeiras tornaram-se mais restritivas desde meados de 2013, pesando ainda sobre a atividade ao longo de 2014.

O comércio mundial perdeu algum dinamismo desde finais de 2013 como resultado de estratégias de equilíbrio da balança externa por parte de vários países, nomeadamente os EUA, e prevê-se que cresça 4,3% em 2014. Como se espera que a procura de importações pelos principais parceiros comerciais da zona euro seja inferior à procura por parte do resto do mundo, prevê-se que o crescimento da procura externa dirigida à zona euro seja um pouco mais fraco do que o do comércio mundial.

No primeiro trimestre de 2014, o PIB na zona euro cresceu 0,2%, registando o seu quarto aumento trimestral consecutivo, situando-se em 0,9% em termos homólogos. Segundo a estimativa provisória do Eurostat, o PIB na zona euro manteve-se estável no segundo trimestre de 2014, situando-se em 0,7% em termos homólogos.

A taxa de variação média anual da inflação na zona euro, medida pelo IHPC (Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor) global, situou-se em 0,8% em junho. A atual fraca taxa de inflação reflete uma estagnação dos preços dos produtos energéticos, dos produtos alimentares e dos produtos industriais não energéticos, bem como uma tendência moderada dos preços dos serviços. O excesso de oferta ainda existente na zona euro, que decorreu de medidas que visaram a redução da procura interna e o elevado desemprego em diversos países da região, não coloca qualquer pressão sobre os preços, permitindo agora medidas expansionistas sem qualquer receio do efeito inflacionista destas medidas.

O emprego na zona euro estabilizou no segundo semestre de 2013 e prevê-se que registre um aumento modesto em 2014. A taxa de desemprego desceu nos últimos meses, atingindo 11,5% em junho, o valor mais baixo desde setembro de 2012. Projeta-se que a produtividade do trabalho melhore, refletindo o esperado aumento do crescimento real do PIB e a resposta tardia da criação de emprego à evolução positiva da atividade.

## Nacional

Após a queda continuada da atividade económica em Portugal desde o final de 2010, registou-se uma inversão desta tendência a partir do segundo trimestre de 2013. Esta recuperação refletiu a manutenção de um crescimento significativo das exportações que ocorre desde 2012. A aceleração da procura interna, em linha com o aumento da confiança dos agentes económicos, veio consolidar o crescimento do PIB no último trimestre do ano passado. Contudo, o primeiro trimestre de 2014 foi marcado por uma redução do nível de atividade económica, refletindo sobretudo uma evolução menos favorável das exportações, conjugada com uma queda significativa da atividade no setor da construção e alguns fatores extraordinários no setor energético. De acordo com os dados divulgados pelo INE, em junho, o PIB caiu no primeiro trimestre 0,6% face ao trimestre anterior, tendo crescido 1,3% face ao período homólogo do ano anterior.

A procura interna apresentou um contributo positivo mais acentuado, passando de 0,5 p.p. no quarto trimestre de 2013 para 2,8 p.p. no primeiro trimestre de 2014, refletindo em larga medida o comportamento do investimento. O consumo privado também contribuiu positivamente para a evolução da procura interna, ao passar de um crescimento de 0,6% no quarto trimestre para 1,5% em termos homólogos, em virtude sobretudo da evolução da componente da aquisição de automóveis. A recuperação do consumo privado ocorre num contexto de aumento continuado da confiança dos consumidores ao longo de 2013, atingindo no início de 2014 níveis acima da média da última década.

De acordo com a estimativa rápida divulgada pelo INE, o PIB aumentou no segundo trimestre 0,6% face ao trimestre anterior, tendo crescido 0,8% face ao período homólogo do ano anterior. A procura interna apresentou um contributo positivo menos intenso para a variação homóloga do PIB, refletindo sobretudo a evolução do investimento. Por sua vez, a procura externa líquida registou um contributo negativo menos significativo, devido ao abrandamento das importações de bens e serviços, tendo as exportações de bens e serviços desacelerado.

Após a desaceleração dos preços em 2013, prevê-se uma relativa estabilização da inflação em 2014. Em junho, o IHPC registou uma variação homóloga de -0,2%, que reflete uma diminuição ligeira da queda dos preços dos bens e uma desaceleração dos preços dos serviços. A taxa de variação média anual atingiu, em junho, um valor nulo. Em paralelo, o emprego registou um crescimento homólogo de 2,0% no segundo trimestre de 2014, bem como ocorreu uma redução da taxa de desemprego pelo quinto trimestre consecutivo, situando-se em 13,9% no segundo trimestre de 2014 (face a 16,4% no segundo trimestre de 2013).

A continuação do bom desempenho das exportações, associada ao crescimento moderado das importações, permite antever uma evolução favorável para a capacidade de financiamento da economia portuguesa em 2014, mantendo-se um perfil excedentário de recursos financeiros à semelhança do que ocorreu em 2013, cuja capacidade de financiamento face ao exterior se situou em 2,0% do PIB.

## 2.1.2. Enquadramento regulamentar

### A nível da União Europeia

Com a aprovação da terceira Diretiva Postal (Diretiva 2008/6/CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, em 20 de fevereiro de 2008, foi estabelecido o calendário final para a liberalização total do mercado postal, salvaguardando um nível comum de obrigações de serviço universal para todos os utilizadores dos Estados-Membros da União Europeia (UE) e a definição de princípios harmonizados para a regulação dos serviços postais num enquadramento de mercado livre.

A nível do financiamento do serviço universal, e atendendo a que a prestação dos serviços postais universais reservados a um único prestador como meio de financiamento foi abolido para permitir a liberalização do mercado, o novo quadro legal prevê um conjunto de mecanismos que os Estados-Membros podem adotar para salvaguardarem e financiarem o serviço universal, contendo ainda a nova Diretiva orientações sobre o cálculo do custo líquido do serviço universal. A prestação do serviço universal é tendencialmente deficitária na UE, tendo os vários países implementado medidas para minorar ou eliminar este custo sem necessidade de compensação direta. Os reguladores, conscientes dos desafios que o sector postal e principalmente o prestador do serviço universal enfrentam, têm permitido a diversificação das atividades e uma alocação e utilização mais eficiente dos recursos, salvaguardando sempre as obrigações constantes na diretiva europeia.

### A nível nacional

Foi aprovada em 2012 a Lei Postal (Lei nº 17/2012, de 26 de abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro), transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008. O mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando-se as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas aos CTT. No entanto, por razões de ordem e segurança pública ou de interesse geral, algumas atividades e serviços ficaram reservados até 2020: colocação de marcos e caixas de correio, a emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

Integram-se no âmbito do serviço universal as seguintes prestações, no âmbito nacional e internacional:

- um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso;
- um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- um serviço de envio registados e um serviço de envios com valor declarado.

Em termos de financiamento das obrigações de serviço universal (SU), os prestadores de serviço universal têm direito à compensação do custo líquido de SU quando este constitua um encargo financeiro não razoável, devendo a mesma ser efetuada através de um fundo de compensação suportado pelos prestadores dos serviços postais, cujo funcionamento ainda será definido. Em 18

de fevereiro de 2014 a entidade reguladora (ICP-ANACOM) proferiu a decisão final sobre a metodologia para o cálculo do custo líquido do serviço universal prestado pelos CTT enquanto prestador do serviço universal, bem como sobre o conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço universal dos serviços postais e os termos subjacentes à sua determinação.

No que respeita ao regime de participação para o fundo de compensação destinado ao financiamento do SU, foi publicada a Lei nº 16/2014, de 4 de abril (que altera a Lei Postal 17/2012, de 26 de abril), a qual especifica que as contribuições para o referido fundo são provenientes dos prestadores de serviços postais que ofereçam serviços que, do ponto de vista do utilizador, sejam considerados serviços permutáveis com os abrangidos pelo serviço universal.

O regime de prestação de serviços postais prevê um sistema de licenças e de autorizações, em que os serviços abrangidos pelo âmbito do serviço universal estão sujeitos ao regime de licença individual e os restantes serviços, onde se incluem os serviços de *courier/express mail* e de envios de publicidade endereçada, estão sujeitos a regime de autorização geral.

Em matéria de acesso às redes postais e a elementos da infraestrutura postal, os operadores de serviço universal são obrigados a assegurar o acesso às suas redes mediante acordo a celebrar com os prestadores que o solicitem, sendo atribuídas à entidade reguladora diversas competências de intervenção neste âmbito, nomeadamente em caso das partes não chegarem a acordo.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantêm-se como prestador de serviço universal até 2020, tendo o Governo procedido à revisão das bases da concessão de acordo com o regime constante na Lei Postal através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, tendo ao seu abrigo e para refletir estas modificações legislativas sido celebrada a alteração ao contrato de concessão em 31 de dezembro de 2013.

De acordo com o disposto nas Bases da Concessão do Serviço Postal Universal e respetivo Contrato de Concessão, no final de janeiro de 2014 os CTT enviaram ao ICP-ANACOM uma proposta de indicadores a considerar na definição dos objetivos de i) densidade no que respeita a estabelecimentos postais e outros pontos de acesso à rede postal afeta à concessão e de ii) ofertas mínimas de serviços, e respetiva quantificação. Esta proposta foi revista em 29 de maio e em 26 de junho foi aprovado e submetido a consulta pública o sentido provável de decisão, no qual o ICP-ANACOM considera que a nova proposta sobre a densidade da rede apresentada pelos CTT responde, em termos gerais, às questões expressas pelo regulador, tendo esta entidade definido apenas alguns objetivos e indicadores adicionais, no sentido de reforçar as garantias de existência de disponibilidade e acessibilidade da prestação do serviço universal.

De acordo com o novo enquadramento legal, os parâmetros de qualidade de serviço, os objetivos de desempenho associados à prestação do serviço universal e os critérios a que deve obedecer a formação dos preços passam a ser fixados pela entidade reguladora. Até à fixação destes critérios, mantêm-se transitoriamente em vigor, no que se refere ao regime do serviço universal, o convénio de qualidade e o convénio de preços celebrados entre os CTT e a entidade reguladora (ICP-ANACOM) em 10 de julho de 2008, que vigoram no triénio de 2008-2010 renovando-se por períodos sucessivos de um ano, salvo denúncia por qualquer das partes.

No que se refere ao regime de preços especiais, aplicável a remetentes de envios em quantidade, dos serviços postais que integram a oferta do serviço universal (com a redação introduzida pelo artigo 4º do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro), estes foram atualizados em 1 de janeiro na sequência de proposta comunicada ao Regulador em 13 de dezembro de 2013, tendo-se concretizado a segunda fase da atualização deste preçário em 7 de abril, em consonância com a atualização de preços dos restantes serviços da oferta postal universal. Nesta data, foram atualizados os restantes preços das correspondências e das encomendas que compõem o serviço universal, e em 01 de junho os preços do serviço de correio editorial / jornais, publicações periódicas e não periódicas e livros, na sequência de decisões do ICP-ANACOM de não oposição às propostas de preçário no âmbito do serviço postal universal, apresentadas pelos CTT em 17 de fevereiro e em 15 de abril, respetivamente.

Em termos de qualidade do serviço postal universal, cuja quantificação de objetivos e de níveis mínimos de qualidade de serviço se encontra no capítulo sobre qualidade de serviço, o convénio em vigor mantém para o ano de 2014 os elevados padrões de qualidade exigidos para os serviços postais em Portugal, que os CTT têm vindo a superar.

## 2.2. Correio

### 2.2.1. Atividade

Os rendimentos operacionais<sup>1</sup> da área de negócio de Correio atingiram 268,1 M€ (73,2% do total consolidado<sup>2</sup>) no primeiro semestre de 2014, a que corresponde um decréscimo de 1,9% face a igual período de 2013. Esse decréscimo foi efetivamente de 1,2%, após correção para efeitos de comparação de cerca de 2 M€ em 2013 relativos aos rendimentos da empresa EAD, que em 2014 já não estão a ser consolidados em consequência da venda da participação dos CTT no seu capital.

Esta área de negócio inclui o negócio dos serviços postais e as soluções empresariais prestados pelos CTT SA (empresa-mãe), PostContacto, CTT Gest e Mailtec. No primeiro semestre os CTT chegaram a acordo para a venda da EAD, que integrava esta área de negócio, especializada em soluções de arquivo e de *mailmanager*. Não sendo uma atividade *core* para o desenvolvimento do negócio de correio e existindo algumas competências nesta matéria em outras unidades do grupo, a venda potenciou uma melhor afetação dos recursos às atividades criadoras de valor.

Ao longo dos primeiros seis meses de 2014, e embora ainda dentro de um contexto de alguma pressão do ponto de vista de controlo de custos e de otimização de processos de negócio por parte dos maiores clientes dos CTT, assistiu-se, de forma particular no segundo trimestre, a uma melhoria ao nível da atividade do correio. Apesar de ainda não ter ocorrido uma recuperação do investimento em correio publicitário, no correio transacional a redução de volumes (-5,7%) esteve em linha com as expectativas e foi parcialmente compensada pelo efeito das atualizações de preços que tiveram lugar em janeiro e em abril atrás referidos.

<sup>1</sup> Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

<sup>2</sup> Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -12,7M€ no 1º semestre de 2014.

## Correio endereçado

A redução do tráfego de correio endereçado (inclui correspondências e *direct mail*) no segundo trimestre de 2014 relativamente a igual período do ano anterior (-3,9%) foi significativamente menos acentuada do que a ocorrida no primeiro trimestre do ano (-9,7%), permitindo alcançar uma variação de apenas -7,0% no total do primeiro semestre.

A variação do tráfego de correio transacional passou de -9,8% no final do primeiro trimestre para apenas -0,9% no segundo trimestre e terminou o semestre em -5,7%, confirmando assim o impacto de fatores únicos que afetam uma comparação trimestral. No semestre, fatores como o comportamento do setor empresarial face aos aumentos de preços (antecipações de envios de correio, campanhas ou ações de comunicação) e o efeito dos feriados e das férias da Páscoa ficaram mitigados. Também contribuiu para a performance do segundo trimestre os sinais mais visíveis da recuperação económica do país nomeadamente na crescente atividade interna (correio transacional). Para este conjunto, no semestre, contribuíram as variações de volume do correio normal (-5,5% no semestre; -0,9% no 2º trimestre), correio prioritário (-9,5%; +15,8%), correio registado (-7,0%; -5,7%), correio internacional (-3,2%; -4,4%) devido ao correio de saída (-8,7%; -10,1%) e correio verde (-10,4%; +18,0%). O correio internacional de chegada registou um crescimento de 2,7% no semestre (+2,2% no 2º trimestre).

No correio editorial (-3,5%; -9,3%) e em particular no correio publicitário endereçado (-19,5%; -24,7%) ainda não se verificou no segundo trimestre a recuperação acima referida para o correio transacional. Em contrapartida, o tráfego de publicidade não endereçada cresceu 4,1% (11,2% no segundo trimestre). A evolução do mercado publicitário revela já sinais de recuperação mas ainda sem impactos visíveis ao nível da publicidade por meios físicos (imprensa e correio). A concorrência dos meios eletrónicos na publicidade e na imprensa coloca novos desafios ao correio publicitário e editorial para recuperar o seu espaço no mercado.

Durante o primeiro semestre de 2014 ocorreram as seguintes alterações de preços do serviço de correio:

- A 1 de janeiro foram atualizados os preços especiais do Serviço Universal (correio em quantidade) em 2,7% e reformulou-se o modelo de preços do *business mail* (correio internacional em quantidade).
- A 7 de abril foram atualizados os preços do Serviço Universal e da generalidade dos restantes serviços postais. Face ao tarifário anterior, esta atualização traduziu-se numa variação global média de preços do serviço universal de 2,6%.
- A 1 de junho entraram em vigor os novos preços da oferta editorial com um aumento global médio dos preços de 7,2% naquela data, que advém de uma variação de preços de 7,9% no correio editorial nacional e da manutenção de preços no correio editorial internacional.

## Correio não endereçado

A PostContacto é a subsidiária responsável pela gestão do correio não endereçado nos CTT, líder no mercado em que atua com quotas de 45% em volume e 51% em valor em 2013 (40% e 45%, respetivamente, em 2012), segundo estudo realizado pelo IMR – Instituto de *Marketing Research*. Possui vantagens competitivas (i) ao nível da confiança na marca, (ii) da capacidade de distribuição

de grandes volumes de publicidade, nas zonas e *timings* pretendidos, e também (iii) na propriedade de uma importante base de dados fidedignos que permite um correio não endereçado direcionado a populações específicas, aumentando a efetividade da comunicação.

A situação económica do país, aliada à agressividade comercial dos concorrentes e à concentração da procura no sector retalhista, tem tido reflexos não só na racionalização dos volumes de publicidade por campanha e na política de preços praticada obrigando a reduzir margens, mas também numa maior exigência por parte dos clientes ao nível da qualidade de serviço, da redução de tempos de execução e da disponibilização de informação detalhada e *online* sobre as suas campanhas. Contudo, há a realçar a renovação dos contratos com os principais clientes reforçados pelos primeiros sinais de retoma do mercado publicitário e de consumo evidenciados, em particular no segundo trimestre, em que se começou a verificar alguma inversão da tendência de decréscimo.

No primeiro semestre foi reforçado o papel de venda consultiva relativamente ao marketing direto, estando neste momento em curso a implementação de um conjunto de medidas de dinamização que visam a experimentação, a manutenção e crescimento do investimento nesta área.

A PostContacto é o único operador de publicidade não endereçada com escala nacional e recorre a um modelo operativo extremamente flexível, tendo alargado a sua oferta com o desenvolvimento de serviços de valor acrescentado (distribuição de correio com base em lista de endereços, distribuição em horário de conveniência, geocontacto, entregas em mão em locais pré selecionados, logística, distribuição fronteiriça).

Foram distribuídos pela PostContacto 251 milhões de objetos de correio não endereçado no primeiro semestre de 2014.

### Soluções Empresariais

Os CTT continuaram a sua aposta nas soluções de comunicação híbrida, desenvolvendo ofertas que unem a comunicação física à digital. Estão hoje integradas as competências antes dispersas de soluções geográficas, da ViaCTT, de produção documental (através da Mailtec Comunicação, líder no mercado), de digitalização e de tecnologias de informação para o setor postal (através da Mailtec Consultoria), o que permite garantir maior articulação e desenvolver soluções que valorizem a oferta postal dos CTT e abram novas oportunidades na relação com as empresas, criando valor e diferenciação.

Os CTT padronizaram soluções de valor acrescentado que respondem a necessidades de mercado no âmbito dos processos de tratamento de correio devolvido, de tratamento de correio registado e do tratamento de documentos contabilísticos. E foi concretizada uma parceria para a disponibilização ao sector autárquico de uma solução que permite a total desmaterialização do processo de receção, verificação, aprovação e contabilização de faturas de fornecedores. Estas soluções padronizadas visam por um lado reduzir custos e aumentar eficiência dos clientes, e por outro agilizar o processo de venda dos CTT.

Foram também concretizadas um conjunto de novas capacidades na caixa postal eletrónica, visando por um lado melhorar a utilização do serviço, como seja o uso do cartão do cidadão para acesso à caixa postal eletrónica e, por outro lado, reduzir os custos na operação do serviço.

No que se refere à oferta de soluções para clientes empresariais no mercado internacional, foi consolidado no primeiro semestre de 2014 o projeto dos Correios da Polónia com a execução do contrato de manutenção e a adjudicação de um volume significativo de novos serviços de desenvolvimento da plataforma de serviços postais eletrónicos, lançada no final de 2013. Foram ainda efetuadas diligências na identificação e concretização de oportunidades de negócio em outras geografias, nomeadamente em Angola, México, Marrocos e Bulgária.

### Filatelia

O negócio da Filatelia atingiu 3,6M€ no primeiro semestre de 2014, que se traduziu num acréscimo de 15% face ao período homólogo do ano anterior.

Para esta variação positiva contribuíram os seguintes fatores: (i) um valor facial acumulado de emissões de selos superior em 15,5% ao valor homólogo no ano transato; (ii) a venda aos Correios Belgas de 35 000 séries de selos “500 Anos de Vesalius”, no âmbito da emissão conjunta entre Portugal e Bélgica homenageando o grande anatomista; (iii) o lançamento de 16 emissões de selos comemorativos, a emissão de selos da base, a carteira (*booklet*) de selos autoadesivos da Madeira, 11 postais inteiros e os 4 livros temáticos de prestígio.

Os temas glosados pelas séries comemorativas abrangeram várias áreas do conhecimento humano, conforme se pode observar pela lista elencada no quadro seguinte:

Emissões comemorativas e emissão base	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 40 Anos do 25 de Abril</li> <li>• 400 Anos da Edição da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto</li> <li>• 500 Anos da Diocese do Funchal</li> <li>• 500 Anos de Frei Bartolomeu dos Mártires</li> <li>• 800 Anos do Notariado em Portugal</li> </ul>	<i>História</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vultos da História e da Cultura</li> <li>• Património da Unesco – Cidade Quartel Fronteira de Elvas e suas Fortificações</li> <li>• Grandes Prémios da Arquitetura Portuguesa</li> <li>• 8 Séculos da Língua Portuguesa</li> </ul>	<i>Música, arte e cultura</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eusébio Sempre</li> <li>• Campeonato do Mundo de Futebol – Brasil 2014</li> <li>• EUROPA – Instrumentos Musicais Nacionais</li> <li>• Jardins de Portugal</li> <li>• Desportos Radicais – Emissão Base</li> </ul>	<i>Desporto e ambiente</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• CTT Sociedade Aberta</li> </ul>	<i>Privatização</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 500 Anos de Andreas Vesalius (emissão conjunta Portugal – Bélgica)</li> <li>• 150 Anos Relações Diplomáticas entre Portugal e o México</li> </ul>	<i>Conjuntas com outros países</i>

Como já referido foram lançados, com o elevado sucesso já habitual, os seguintes livros temáticos:

#### Livros temáticos

- Sagres – Símbolo de Portugal
- Creoula – Tradição e Juventude
- 40 Anos do 25 de Abril
- Jardins de Portugal

### 2.2.2. Rede de Lojas

A Rede de Lojas gere os processos de atendimento e de venda direta a clientes finais (particulares e pequenas empresas) e constitui a maior rede comercial com oferta diversificada e de proximidade a nível nacional. A empresa tem valorizado este importante ativo, vocacionando-o para uma plataforma de conveniência e multisserviços, com especial enfoque nos serviços financeiros, potenciando o seu volume de vendas com cumprimento integral das obrigações de serviço universal postal.

A estratégia de negócio da Rede de Lojas assenta em três vetores fundamentais:

- Desenvolvimento do negócio de correio, promovendo a excelência da operação e melhor qualidade de serviço resultantes da maior proximidade e conhecimento dos clientes, garantindo níveis acrescidos de produtividade;
- Canal de proximidade para comercialização de produtos e serviços financeiros (soluções de poupança e investimento, soluções de pagamento, soluções de crédito pessoal e outros), afirmando-se como uma alternativa na oferta de produtos financeiros competitivos e inovadores para a população. A parceria com a *Western Union* permite ainda um canal único de proximidade e capilar para transferências urgentes para qualquer parte do mundo;
- Criação e desenvolvimento de negócios e serviços de conveniência às populações, assumindo a vocação do atendimento local multisserviços para além do serviço postal, atuando como um local privilegiado para serviços ao cidadão (como a parceria realizada com a EDP).

No final do primeiro semestre de 2014 a rede de lojas tinha 5 045 pontos de contacto com os clientes e população, sendo constituída por 624 lojas (607 lojas próprias, 12 balcões exteriores de correio e 5 lojas móveis), 1 719 postos de correio e 2 702 pontos de venda de selos. A oferta de serviços, em regime de livre serviço e acessíveis em alguns casos 24 horas por dia, é completada com 221 máquinas automáticas de venda de selos e 18 máquinas automáticas de venda de produtos postais.

A gestão da rede de lojas teve no primeiro semestre de 2014 como principais prioridades o desenvolvimento das iniciativas previstas na 2ª fase do Plano de Transformação (2014-2016) de criação de lojas satélite, caracterizadas por funcionarem sob a dependência de uma outra loja principal (centralizadora), com vista a otimização de recursos garantindo a qualidade de serviço e a proximidade junto dos clientes. Promoveu-se ainda uma melhor eficiência operacional através do desenho de rotas de deslocação das equipas de gestão e supervisão.

No âmbito do processo de certificação dos serviços do atendimento e com o objetivo de medir a qualidade de serviço percebida pelo cliente, realizou-se um estudo “Cliente Mistério” que envolveu 601 lojas onde foram avaliadas diversas variáveis, nomeadamente a forma como o cliente é atendido, a apresentação dos trabalhadores, o conhecimento dos produtos, a informação disponível e a apresentação do espaço. O resultado obtido foi muito positivo, com 99,6% das opiniões favoráveis, que traduz uma melhoria em relação ao último estudo.

Para além de se constituir como um importante canal de venda dos produtos e serviços de todas as áreas de negócio dos CTT, principalmente correio e serviços financeiros, a Rede de Lojas promoveu iniciativas para dinamização de outros negócios de retalho, das quais se destacam três:

- Parceria com a EDP Comercial, a partir de março, para angariação de contratos que passou a abranger toda a rede a partir de maio (excluindo lojas de parceria e Regiões Autónomas).
- Reforço da parceria com a SONAE, através do alargamento da venda de produtos de papelaria Note.it a mais 96 lojas CTT, perfazendo um total de 127 lojas CTT.
- A comercialização de crédito pessoal nas lojas CTT a partir de 24 de junho, na sequência da parceria com o *BNP Paribas Personal Finance*, líder europeu no crédito ao consumo.

### **Espaços Lojas do Cidadão**

As soluções de proximidade para a administração pública poderão desempenhar um papel muito relevante no desenvolvimento dos serviços económicos de interesse geral na rede de lojas dos CTT.

Neste âmbito, é de destacar o projeto-piloto que já funciona em 24 lojas e que se alargará progressivamente a todas as lojas dos CTT na sequência do protocolo assinado com o Governo em 2013 para a instalação de espaços Loja do Cidadão na rede de lojas. O Estado pretende instalar cerca de 1 000 espaços Loja do Cidadão em todo o país, sendo os CTT o principal parceiro com a sua rede de lojas. Renovar a carta de condução, pedir declarações da Segurança Social, certidões do registo predial ou a isenção do IMI, entregar declarações do IRS ou inscrever alunos nas escolas, são algumas das tarefas que poderão ser feitas nestes espaços a que já aderiram 11 entidades oficiais.

Prevê-se que no terceiro trimestre prossigam os trabalhos de definição do modelo económico desta parceria, já beneficiando da experiência do piloto, após o que estarão reunidas as condições para estruturar um acordo mais duradouro entre o Governo e os CTT.

### **2.2.3. Operações**

No âmbito do Programa de Transformação foram definidas para as Operações e Distribuição um conjunto de ações e iniciativas a ser desenvolvidas no horizonte de 2013-2016, tendo um particular enfoque nos anos de 2013 e de 2014. O desenvolvimento e implementação das iniciativas no ano de 2013 superaram em muito os objetivos inicialmente estabelecidos, permitindo não só a redução nos gastos da operação, o aumento dos níveis de produtividade e a melhoria da eficiência operacional, mas igualmente uma maior integração com as outras redes de distribuição dos CTT.

Em 2014 o Programa de Transformação, além da contínua reorganização das redes de tratamento, transportes e distribuição com vista a um aumento da produtividade e melhoria da eficiência operacional, tem um foco no aprofundamento da gestão integrada com a rede de distribuição do negócio do Expresso e Encomendas.

As outras iniciativas para 2014 respeitam à racionalização e reorganização do ciclo operacional e encontram-se agregadas em 3 grandes eixos de atuação: tratamento, transportes e distribuição.

### Tratamento

No primeiro semestre de 2014 foram divididos automática e diariamente para giros 2,3 milhões de envios. Cerca de 1,3 milhões (58,6%) foram sequenciados (porta a porta) automaticamente para 3 850 giros de 170 centros de distribuição postal, que representam 92,6% do correio distribuído diariamente pelos CTT.

A rede de tratamento é composta por 3 centros de produção e logística, 6 centros de apoio logístico e 1 centro de correio empresarial. A prossecução das atividades dos centros de produção e logística é desenvolvida por 43 máquinas de automatização (das quais 14 sequenciadoras) e 72 postos de vídeo-codificação.

Consolidou-se a centralização das atividades de tratamento do correio normal nos dois principais centros de produção e logística – Lisboa e Maia (Porto) –, tendo sido reorganizadas as atividades desenvolvidas por turno e promovida uma maior eficiência nos processos de automatização. Consolidaram-se ainda as atividades de tratamento no centro de produção e logística de Taveiro (Coimbra), nomeadamente as que respeitam ao *mailmanager* e à videocodificação, parcialmente internalizadas e transferidas para este centro com a consequente redução das necessidades de *outsourcing*.

Destaca-se ainda, a nova configuração de rede de encaminhamento a nível nacional, que implicou a transferência de 27 códigos postais da rede de encaminhamento Centro para as redes de encaminhamento Norte e Sul, possibilitando maiores ganhos de eficiência nas atividades operacionais dos principais centros de produção e logística.

Concluiu-se ainda a 2ª fase do projeto de georreferenciação dos domicílios postais “GEO10”, ultrapassando no final do primeiro semestre os 3,6 milhões de portas georreferenciadas e caracterizadas referentes a 340 códigos postais de 4 dígitos (138 municípios), cobrindo 85% da população portuguesa e 45% da área do seu território.

A automatização postal continua a revelar excelentes resultados de reconhecimento, com o correio fino a obter taxas de decisão a códigos postais de 7 e 10 dígitos de 91% e 60%, respetivamente. Não obstante, em maio de 2014, foi implementada a segunda fase do projeto de melhorias dos algoritmos de reconhecimento e decisão, que potenciam ganhos superiores a 4% na divisão ao giro e sequenciamento para objetos finos e médios.

Destaque ainda para o facto dos CTT terem obtido, em maio, a renovação do certificado de reconhecimento pelo seu papel ativo na construção do modelo para o endereçamento português, no

âmbito do programa S42. No conjunto dos 192 países membros da União Postal Universal (UPU), Portugal mantêm-se no grupo restrito de 32 países certificados neste programa.

## Transportes

A rede de transportes opera com 233 viaturas pesadas (incluindo frota própria e frota contratada, incluindo atrelados), que percorrem aproximadamente 43 mil km/dia.

Do conjunto de iniciativas empreendidas destacam-se a contínua reorganização da rede de transportes nacionais (denominadas redes “primária”, “secundária” e “terciária”), a renegociação dos contratos dos serviços de transporte e a renovação de 209 veículos. Especial enfoque nas vertentes ambientais e de segurança, com entrada em operação de 18 veículos elétricos (10 ligeiros de mercadorias e 8 *scooters*).

De destacar ainda as seguintes iniciativas:

- Início da operação de 10 veículos elétricos (acima mencionados) no âmbito do projeto FR-EVUE, que envolve a aquisição de veículos elétricos para a cidade de Lisboa, cofinanciado pela Comissão Europeia e no qual participam 32 parceiros de 8 cidades europeias.
- Participação ativa no programa eCIP (*e-Commerce interconnect programme*), programa do IPC (International Post Corporation) para o comércio eletrónico nas diferentes valências e na definição de conectividades e modelos.
- Continuação da implementação das medidas do plano de racionalização energético da frota de transportes e distribuição.

## Distribuição

A rede de distribuição é composta por 273 centros de distribuição postal (CDP), incluindo 93 centros de apoio à distribuição, um serviço de apoio à distribuição em Lisboa e outro em Coimbra, e gere 4 687 giros de distribuição externa que percorrem cerca de 231 mil km/dia.

A frota disponibilizada para as funções de distribuição é constituída primordialmente por viaturas ligeiras, motociclos e velocípedes, na sua grande maioria elétricos. Destaca-se o desenvolvimento e produção do novo equipamento de apoio à distribuição, composto por carrinho de mão, mala para transporte de correio mais volumoso e bolsa facilitadora da distribuição de correio automaticamente sequenciado. A implementação iniciou-se no final do semestre com a colocação de 60 bolsas em 3 centros de distribuição postal da área da Grande Lisboa.

No primeiro semestre de 2014 a atividade de distribuição teve como principal objetivo o aumento da eficiência operacional, através de quatro eixos:

- Consolidação de novos modelos de distribuição mais eficientes e orientados para os padrões de serviço dos produtos, através da implementação da distribuição segmentada por prioridades em todos os CDP do território continental;

- Alargamento da distribuição do correio com sequenciamento automático sem qualquer manipulação prévia no CDP, permitindo o aumento da eficiência nas operações internas e criando condições para a distribuição em simultâneo do correio sequenciado manual e automaticamente.
- Transferência para a rede base da distribuição de parte do serviço EMS 48 (serviço de entregas desde 2 dias úteis em qualquer ponto do Continente) antes distribuído por rede dedicada, um dos serviços da oferta de Expresso e Encomendas.
- Racionalização das estruturas físicas, através da centralização e agregação de 12 centros de distribuição postal.

A par da maior eficiência da operação, da fiabilidade dos processos e do compromisso com uma qualidade de serviço de excelência, continuou-se no primeiro semestre de 2014 a apostar na dinamização da rede de carteiros, como canal e rede de proximidade privilegiada para a venda de produtos e serviços.

### 2.3. Expresso e Encomendas

Os rendimentos operacionais<sup>1</sup> desta área de negócios atingiram 62,7 M€ (17,1% do total consolidado<sup>2</sup>) no primeiro semestre de 2014, a que corresponde um decréscimo de 1,0% face a igual período de 2013, em virtude da reestruturação da atividade em curso em Espanha e da alteração do *mix* de produtos com um maior peso do negócio relacionado com o *e-commerce* (B2C) e com grandes clientes que pressionou o preço médio de venda unitário.

Esta área de negócios é assegurada pelas atividades da CTT Expresso, em Portugal, da Tourline Express, em Espanha, e da CORRE, em Moçambique.

No primeiro semestre, os CTT lançaram uma oferta ibérica para o mercado de encomendas, através da CTT Expresso e da Tourline Express, disponibilizando aos clientes as mesmas soluções de entrega para Portugal e Espanha e garantindo um portfólio ibérico de serviços integrado, simplificado e competitivo. Os clientes podem agora olhar para o território ibérico como único, tendo disponíveis soluções mais abrangentes e com a mesma urgência, que garantem entregas de dia útil seguinte até início da manhã (10), hora do almoço (13) e final do dia (19), e menos urgentes, com um prazo de dois dias úteis (48). Este novo portfólio resulta da estratégia ibérica da empresa na homogeneização dos seus serviços de expresso e encomendas em Espanha e Portugal, posicionando-se como um dos principais operadores nesta região.

Visando acompanhar as necessidades de garantir entregas mais flexíveis no segmento B2C, foi definida uma rede de pontos de conveniência de recolha e entrega de mercadorias (*pick-up/drop-off*) com base nas Lojas CTT, numa parceria com um retalhista ibérico e nas delegações Tourline, que permitem não só apoiar o serviço de encomendas para levantamento de mercadorias em lojas com horário alargado e capilaridade (vertente *pick-up*), como possibilitar um serviço de encomendas flexível na expedição (vertente *drop-off*).

<sup>1</sup> Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

<sup>2</sup> Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -12,7M€ no 1º semestre de 2014.

No âmbito das oportunidades que decorrem do rápido crescimento do *e-commerce*, estão a ser desenvolvidas soluções para apoiar os clientes no desenvolvimento das suas exportações, através de soluções de envio direcionadas para o segmento *online*, ampliando o mercado alvo destas empresas (*e-tailers*). Nesse sentido os CTT aderiram ao programa *e-Commerce Interconnect Programme* (eCIP), projeto de grande importância estratégica, gerido pelo International Post Corporation (IPC), com vista a criar uma inter-conetividade entre os operadores postais incumbentes para uma oferta global concorrente aos grandes integradores.

Em **Portugal**, os CTT mantêm a posição de liderança no mercado nacional com uma quota de mercado de 27,7% no primeiro trimestre de 2014 (fonte: ANACOM). É de destacar o início no final do primeiro semestre de 2014 do projeto de integração das redes de distribuição de Correio e de Expresso e Encomendas (subcontratada), esperando-se para o futuro impactos nos gastos desta área de negócio. Este projeto, quando terminado, permitirá uma ainda maior vantagem competitiva ao nível dos custos, nomeadamente na *last mile*, e a possibilidade de uma melhor oferta para o segmento de B2C.

Em **Espanha**, os CTT posicionam-se entre os 10 melhores do mercado de Expresso e Encomendas, com uma quota de aproximadamente 4%, segundo o estudo CEP Ibérico realizado pelo IMR – Instituto de *Marketing Research*. Tendo como objetivo o reforço da rede de franchisados tem-se realizado desde o início de 2014 um esforço importante no que respeita ao incremento da capilaridade da rede Tournline Express. No final do primeiro semestre de 2014 a rede da Tournline Express era constituída por 234 pontos de venda, dos quais 176 lojas franchisadas, 30 lojas próprias e 28 distribuidores. Adicionalmente, e no sentido de manter a presença física como fator de proximidade, detém 45 pontos de entrega e recolha na sua maioria em lojas de comércio tradicional.

Não obstante a atividade comercial e operacional corrente, foi iniciado em 2013 um plano de reestruturação da atividade e da rede de franchisados da Tournline Express, com vista a um maior controlo da rede e à melhoria da qualidade dos franchisados, quer ao nível das capacidades comerciais, quer ao nível de solidez financeira e competências de gestão. Este projeto teve já no final do primeiro semestre de 2014 uma nova etapa com uma abordagem mais ativa à reestruturação da rede, revisão da capilaridade da mesma e da política de preços para franchisados e clientes finais.

Também em **Moçambique**, os CTT estão presentes no negócio de Expresso e Encomendas desde outubro de 2010 com a empresa CORRE – Correio Expresso de Moçambique, cujo capital social é detido 50% pelos CTT e 50% pela Empresa Nacional de Correios de Moçambique.

A empresa pretende alcançar a liderança do mercado de correio expresso doméstico e assumir-se também como um dos mais importantes *players* no mercado internacional de Expresso e Encomendas com Moçambique. Cobre já a generalidade das províncias, e em Maputo detém um centro operacional, duas lojas próprias e um Entrepasto Postal no aeroporto. Os produtos e serviços CORRE estão também disponíveis em todas as lojas dos Correios de Moçambique, com cobertura nacional, o que tem contribuído para a rápida expansão do negócio.

A qualidade do serviço da CORRE continua a ganhar a confiança junto dos seus clientes, razão pela qual a empresa passou a ser fornecedor exclusivo do maior banco comercial de Moçambique, nas

atividades de logística, tratamento e distribuição para todas as suas agências. A instabilidade vivida na região no curto prazo tem afetado a atividade e a prestação do serviço com a qualidade pretendida, provocando também um elevado agravamento dos custos (colunas militares, por exemplo).

Manteve-se a relação estreita com a SAPO-Correios da África do Sul, para utilização do *hub* de trânsito de Joanesburgo, possibilitando-se assim o cumprimento de rotas internacionais com os diversos países que têm relações com este *hub*, e também com os CTT-Correios de Portugal que executa operações de trânsito para os destinos europeus.

## 2.4. Serviços Financeiros

Os rendimentos operacionais recorrentes<sup>1</sup> desta área de negócios atingiram 35,4 M€ (9,7% do total consolidado<sup>2</sup>) no primeiro semestre de 2014, a que corresponde um aumento de 20,8% face a igual período de 2013. Esta área de negócios inclui os serviços financeiros prestados pelos CTT SA e a atividade da PayShop. Além dos rendimentos recorrentes, os serviços financeiros incluem ainda um *front fee* de 3 M€ pago pelo BNP Paribas Personal Finance no âmbito da nova parceria para a comercialização de produtos de crédito ao consumo.

No primeiro semestre de 2014 prosseguiu-se a execução da estratégia de expansão do negócio financeiro dos CTT e de reforço do posicionamento enquanto operador financeiro de referência no mercado português, tendo-se reforçado a posição dos Serviços Financeiros enquanto segunda maior área de negócio dos CTT em termos de EBITDA. As iniciativas englobadas no Programa de Transformação dos CTT nesta área de negócio assentam no desenvolvimento de novos produtos e serviços, dentro das linhas de produto atuais ou na criação de novas.

Depois de um primeiro trimestre marcado por um forte crescimento na receita dos Serviços Financeiros, de 19,9% face ao período homólogo de 2013, o desempenho no segundo trimestre de 2014 foi ainda mais forte, mostrando que a estratégia definida permite uma performance crescente desta área de negócio, colocando-a numa posição de ainda maior relevo, quer no quadro do portfólio de negócios dos CTT, quer no plano de desenvolvimento estratégico da empresa. Os serviços financeiros são uma das alavancas fundamentais para o crescimento e rentabilidade dos CTT, fator que diferencia a empresa de outros *players* europeus do sector postal.

Os produtos de poupança foram, de entre todos os negócios dos Serviços Financeiros, os que mais diretamente contribuíram para o forte crescimento da atividade e da receita, tendo as lojas CTT captado 2,07 mil milhões de Euros nos vários produtos de poupança comercializados (títulos de dívida pública, seguros de capitalização e PPR), realizando um crescimento de cerca de 220% face ao período homólogo de 2013. Em 2013 os seguros de capitalização haviam sido o motor deste segmento enquanto em 2014 os certificados de dívida pública estão a liderar as preferências dos clientes. A estratégia implementada de deter um portefólio diversificado de parceiros e soluções permite que a cada momento os CTT tenham uma oferta competitiva para o mercado. Por outro lado,

<sup>1</sup> Incluem prestações internas e transações intragrupo que são eliminadas para efeitos de consolidação.

<sup>2</sup> Excluindo os rendimentos relativos à Estrutura Central dos CTT e às eliminações intragrupo no valor de -12,7 M€ no primeiro semestre de 2014.

o forte crescimento da carteira de produtos de poupança colocados através dos CTT permite uma captação mais facilitada no futuro, fruto da rotação da carteira.

Nos restantes negócios dos Serviços Financeiros, a evolução do pagamento de serviços confirmou a tendência prevista com uma receita 6,4% abaixo da verificada no 1º semestre do ano anterior, influenciada fundamentalmente pelas reduções no carregamento de telemóveis penalizado pela crescente adesão dos consumidores de pré-pagos a pacotes de comunicações *quadruple play*. De salientar nesta área de negócio que, no final do primeiro semestre de 2014, a rede PayShop se situou em 3 878 pontos de pagamento, um nível praticamente igual ao do ano anterior. Este facto revela uma resiliência significativa da rede, mesmo num contexto económico desfavorável para o retalho.

Neste segmento, a introdução de novos serviços continua assim como o desenvolvimento de competências para oferecer outras formas de pagamento aos clientes, o que permite aos CTT ser o único operador a poder competir com uma solução integrada de pagamentos. Desde o início do ano que esta oferta está no mercado, estando em negociação com alguns potenciais clientes.

Nas transferências, o alargamento das prestações e benefícios sociais a pagar através de vale postal, no âmbito de um novo acordo assinado com o IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social), poderá permitir uma recuperação deste negócio no segundo semestre. Desde o início do segundo trimestre que estão em análise pelos CTT com diversas entidades internacionais alternativas para “modernizar” o segmento das transferências, aproveitando os desenvolvimentos tecnológicos na indústria financeira.

Já no final do 2º trimestre de 2014, referência especial para a celebração de um acordo entre os CTT e o *BNP Paribas Personal Finance* para a comercialização de produtos de crédito pessoal nas lojas e *site* dos CTT, concretizando um novo alargamento do portefólio de produtos financeiros, adicionando um novo parceiro e uma nova linha de produtos – crédito pessoal – e prosseguindo a estratégia de expansão do negócio de Serviços Financeiros. Este processo iniciou-se em janeiro de 2014 com o processo de seleção do parceiro e negociação das condições financeiras e operacionais da parceria, ao mesmo tempo que foi realizada a formação a toda a rede de lojas. O lançamento no mercado da atividade teve lugar em junho com uma oferta inicial composta por crédito pessoal. Encontra-se em análise a introdução de novos produtos ou soluções, a serem realizados de forma faseada para permitir o adequado processo de formação e informação à rede de lojas.

No quarto trimestre do ano será lançada uma oferta ao nível de cartões de crédito, estando neste momento a serem preparados todos os requisitos necessários e a formulação do produto e suas vantagens comparativas.

Por fim, é de destacar a continuação do esforço de incorporação tecnológica, integração e automatização de processos entre o ponto de venda, a área de *backoffice* e os parceiros, numa linha de ação que concilia importantes melhorias tanto na experiência do consumidor e qualidade de serviço, como permite maior segurança, elevados ganhos de eficiência e o aumento da rentabilidade da área de negócio. A possibilidade de redução do tempo de venda dos produtos permite também a introdução de mais produtos financeiros na rede de lojas sem necessidade de reforço relevante da estrutura.

Foram ainda adotadas medidas de segurança no transporte de valores, decorrentes duma prudente política de segurança de pessoas e bens e de obrigações legais, cada vez mais relevante dado o papel crescente que os CTT têm no sistema financeiro. O custo inerente a estas medidas foi integralmente compensado pela automatização acima referida, tendo os gastos operacionais recorrentes, no primeiro semestre, decrescido 0,4% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

O decréscimo nos gastos operacionais atrás referido, conjugado com o forte aumento dos rendimentos, conduziu a um acréscimo de 47,3% do EBITDA recorrente desta área de negócio. A contribuir para este aumento está também o facto de os produtos de poupança terem comissões para os CTT superiores aos restantes produtos e serviços financeiros. O crescimento futuro mais acelerado na área de pagamentos ou das transferências poderão penalizar a margem EBITDA que deverá situar-se em torno dos 50%.

### **Banco Postal**

Após um estudo aprofundado com o apoio de consultores estratégicos sobre a oportunidade e viabilidade da criação do banco postal, os CTT formalizaram o pedido de licença ao Banco de Portugal no dia 5 de agosto de 2013. Este projeto, que vai ao encontro do verificado na generalidade dos operadores postais europeus e constitui uma antiga ambição da empresa, identifica e quantifica uma oportunidade de mercado para os CTT, no âmbito do desenvolvimento dos serviços financeiros, representando uma opção de crescimento que a empresa ficou de visitar e decidir durante 2014.

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 27 de novembro de 2013, autorizar a constituição do “Banco Postal S.A.” nos termos do projeto apresentado em 5 de agosto de 2013 e com base em determinados pressupostos a verificar. A referida autorização está assim sujeita a um conjunto de condições, entre as quais: (i) a reafirmação, por parte dos novos acionistas dos CTT de que o projeto do banco postal será implementado nos termos em que foi submetido e apreciado pelo Banco de Portugal, incluindo no que se refere à cobertura geográfica da rede de balcões; (ii) demonstração de que os participantes qualificados indiretos no Banco Postal, S.A., resultantes do processo de privatização dos CTT, reúnem as condições que garantam uma gestão sã e prudente da instituição, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 103.º do RGICSF (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras); e (iii) atualização das previsões económico-financeiras, nomeadamente tendo por base as condições oferecidas nas parcerias a desenvolver. A parceria para a comercialização de produtos de crédito ao consumo, atrás referida, será uma das que terá de ser incorporada nesta análise atualizada do projeto do Banco Postal.

Mais consta da referida autorização que fica condicionada a que, previamente ao registo especial no Banco de Portugal e conseqüentemente ao início de atividade do banco postal, nos termos do artigo 65.º do RGICSF, o Banco de Portugal verifique que se encontram satisfeitas as referidas condições.

Conforme é referido, com esta autorização os CTT não terão a obrigação de constituir o banco postal, mas sim uma opção, que poderá ser desenvolvida ou não e que terá de ser sempre aprovada pelos órgãos sociais competentes dos CTT, de modo a cumprir as condições impostas pelo Banco de Portugal.

Iniciou-se no final do segundo trimestre de 2014 a revisão, atualização e detalhe do estudo de mercado realizado aquando da proposta apresentada pelos CTT sobre este projeto de possibilidade de constituição do Banco Postal. Este estudo pretende responder e endereçar os principais pressupostos do *Business Plan*. Nesse âmbito, proceder-se-á ao aprofundamento do modelo económico-financeiro e estratégico do Banco Postal (*Business Plan* revisto), incorporando os resultados deste estudo de mercado e a atual conjuntura de mercado, nomeadamente na indústria financeira, para que uma decisão possa ser tomada pelo Conselho de Administração durante o quarto trimestre de 2014.

A estratégia de expansão dos Serviços Financeiros dos CTT está em execução com as diversas iniciativas atrás referidas, não estando dependente da decisão que vier a ser tomada relativamente ao banco postal. Esta opção permitirá acelerar este processo, tendo contudo inerente um maior investimento e um incremento da estrutura da empresa nesta área de negócio relacionadas com a criação de uma instituição financeira (*back-office, compliance, etc.*).

### **Novos produtos financeiros**

Independentemente mas relacionado com a decisão que vier a ser tomada relativa ao Banco Postal, encontram-se em análise novos produtos financeiros e/ou novas parcerias para complementar a oferta atual e assegurar a sustentabilidade do crescimento que esta área obteve. Seguros de saúde e cartão pré-pago são algumas das iniciativas em análise.

### 3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA E DESEMPENHO DA AÇÃO CTT

#### 3.1. Análise económica e financeira

O presente capítulo sintetiza os resultados consolidados alcançados pelos CTT e a situação patrimonial e financeira consolidada a 30 de junho de 2014. A sua leitura deve ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras consolidadas e notas anexas. Refere-se que no primeiro semestre de 2014 os CTT SA alienaram a participação de 51% na empresa EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, S.A., pelo que no primeiro semestre de 2014 esta empresa já não está incluída no perímetro de consolidação dos CTT. Na presente análise está incluída a consolidação das atividades da empresa-mãe e das subsidiárias constantes da nota 7 das contas consolidadas.

No primeiro semestre de 2014 o resultado líquido consolidado dos CTT atingiu os 36,1 M€, situando-se 14,0% acima de igual período do ano anterior, com mais 4,4 M€. Este resultado corresponde a um resultado líquido consolidado de 0,24€ por ação e a uma rentabilidade do capital próprio de 13,7%, face aos 12,0% do primeiro semestre de 2013.

A atividade operacional gerou um resultado antes de depreciações e imparidades, resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBITDA recorrente) de 66,3 M€, 10,1% (+6,1 M€) superior ao obtido no período homólogo, com uma margem EBITDA de 18,7%, face aos 17,2% no 1º semestre de 2013.

Estes resultados refletem uma redução favorável nos gastos operacionais (excluindo imparidades, provisões, depreciações/amortizações e gastos não recorrentes) de 3,2 M€ (-1,1%), a par com um crescimento de 2,9 M€ (+0,8%) nos rendimentos operacionais. Os CTT registaram no 1º semestre de 2014 como resultados não recorrentes, um valor negativo de 0,4 M€.

Desta forma, os resultados antes de gastos de financiamento e impostos situaram-se em 54,9 M€, 7,4 M€ (+15,6%) acima do atingido no 1º semestre de 2013. Os resultados financeiros registaram valores negativos na ordem dos 3,2 M€, refletindo uma quebra de 140,1% (-1,8 M€) face a igual período do ano anterior.

## Resultados consolidados

mil euros	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Δ% 14/13
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>353.503</b>	<b>350.617</b>	<b>0,8</b>
Vendas e Prestação de Serviços	344.980	344.185	0,2
Vendas	10.127	9.978	1,5
Prestações de Serviços	334.853	334.207	0,2
Outros rendimentos operacionais	8.523	6.432	32,5
Trabalhos para a própria entidade	185	146	26,7
Outros Rendimentos e Ganhos	8.338	6.286	32,6
<b>Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes</b>	<b>287.250</b>	<b>290.442</b>	<b>-1,1</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7.490	7.760	-3,5
Fornecimentos e serviços externos	114.315	115.591	-1,1
Gastos com o pessoal	161.189	161.964	-0,5
Gastos correntes	159.150	160.968	-1,1
Benefícios aos empregados	2.039	996	104,8
Outros gastos e perdas operacionais	4.256	5.127	-17,0
<b>Resultado antes de depreciações e imparidades, resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBITDA recorrente)</b>	<b>66.254</b>	<b>60.175</b>	<b>10,1</b>
Imparidades de inventários e contas a receber (perdas/reversões)	(402)	1.917	-120,9
Provisões (aumentos/reversões)	561	186	201,7
Imparidades ativos não depreciáveis			-
Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	10.734	12.414	-13,5
<b>Resultado antes de resultados não recorrentes, gastos de financiamento e impostos (EBIT recorrente)</b>	<b>55.361</b>	<b>45.658</b>	<b>21,3</b>
Reestruturações empresariais	2.902	(6.250)	-146,4
Gastos com privatização	75	-	-
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	(2.553)	4.366	-158,5
<b>Resultado antes de gastos de financiamento e impostos</b>	<b>54.936</b>	<b>47.541</b>	<b>15,6</b>
Rendimentos financeiros, líquidos	(3.470)	(1.319)	-163,1
Ganhos/perdas em associadas	303	-	-
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>	<b>51.768</b>	<b>46.223</b>	<b>12,0</b>
Imposto sobre o rendimento do período	(15.731)	(14.405)	9,2
<b>Resultado líquido do período antes de interesses não controlados</b>	<b>36.038</b>	<b>31.818</b>	<b>13,3</b>
Prejuízos (lucros) atribuíveis a interesses não controlados	(25)	174	-114,4
<b>Resultado líquido do período atribuível a detentores capital do Grupo CTT (RL)</b>	<b>36.063</b>	<b>31.643</b>	<b>14,0</b>

Nota: Rendimentos operacionais excluindo valores não recorrentes.

### 3.1.1. Rendimentos operacionais

Rendimentos Operacionais			
mil euros	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Δ% 14/13
<b>Vendas e prestação de serviços</b>	<b>344.980</b>	<b>344.185</b>	<b>0,2</b>
Vendas	10.127	9.978	1,5
Prestação de serviços	334.853	334.207	0,2
<b>Outros rendimentos operacionais</b>	<b>8.523</b>	<b>6.432</b>	<b>32,5</b>
Trabalhos para a própria entidade	185	146	26,7
Outros rendimentos e ganhos	8.338	6.286	32,6
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>353.503</b>	<b>350.617</b>	<b>0,8</b>

Nota: Exclui valores não recorrentes.

Salienta-se que os rendimentos operacionais da EAD (alienada no primeiro semestre de 2014 e integrante do segmento Correio em 2013) representaram 2,0 M€ no primeiro semestre de 2013. Expurgando estes valores, os CTT apresentariam uma variação favorável nos rendimentos operacionais de 4,9 M€ (+1,4%).

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correio – CTT SA sem incluir serviços financeiros e áreas corporativas e de suporte, mas incluindo a PostContacto, o Grupo Mailtec, a CTT Gest e a área de soluções empresariais dos CTT SA (em 2013 incluía também a EAD);
- Expresso & Encomendas – inclui a CTT Expresso, a Tourline e a Corre;
- Serviços Financeiros – PayShop e serviços financeiros dos CTT SA

#### 1º Semestre 2014 - Rendimentos operacionais por segmento

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Rendimentos operacionais
Vendas e prestação de serviços	251.497	61.829	33.877		(2.224)	<b>344.980</b>
Vendas	9.592	537			(2)	<b>10.127</b>
Prestação de serviços	241.906	61.292	33.877		(2.222)	<b>334.853</b>
Outros rendimentos e ganhos	16.602	870	1.544	46.010	(56.502)	<b>8.523</b>
Afetação estrutura central CTT				9.941	(9.941)	<b>0</b>
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>268.099</b>	<b>62.699</b>	<b>35.421</b>	<b>55.951</b>	<b>(68.667)</b>	<b>353.503</b>

Nota: Exclui valores não recorrentes.

#### 1º Semestre 2013 - Rendimentos operacionais por segmento

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Rendimentos operacionais
Vendas e prestação de serviços	255.992	62.643	27.710		(2.160)	<b>344.185</b>
Vendas	9.324	670			(16)	<b>9.978</b>
Prestação de serviços	246.668	61.974	27.710		(2.144)	<b>334.207</b>
Outros rendimentos e ganhos	17.301	667	1.608	42.775	(55.919)	<b>6.432</b>
Afetação estrutura central CTT				10.116	(10.116)	<b>0</b>
<b>Rendimentos operacionais</b>	<b>273.293</b>	<b>63.311</b>	<b>29.318</b>	<b>52.891</b>	<b>(68.195)</b>	<b>350.617</b>

Nota: Exclui valores não recorrentes.

O segmento Correio que integra os rendimentos core dos CTT e apresenta o maior peso no volume dos rendimentos operacionais, com um total de 268,1 M€ no 1º semestre de 2014, regista um decréscimo de 1,9% face a igual período do ano anterior, justificado fundamentalmente pela redução do tráfego de correio endereçado (-7,0%) e, em grande parte, compensada pela variação média de preços do serviço universal verificada no 1º semestre de 2014 (em média, 4,4%).

O segmento Expresso & Encomendas com 62,7 M€ apresentou um decréscimo de 1,0% (-0,6 M€), sobretudo pelo impacto da prestação de serviços em Espanha (-2,0 M€), em grande parte compensada por Portugal, com mais 1,3 M€.

Os Serviços Financeiros com rendimentos de 35,4 M€, que derivam principalmente das comissões pela prestação de serviços financeiros, apresentaram um aumento de 20,8% (+6,1 M€) face ao período homólogo de 2013. Destaca-se o crescimento de 129,1% nos rendimentos dos produtos de poupança e seguros, com ênfase para os títulos da dívida pública com um aumento de 638,9%, pelo aumento do valor das subscrições e das comissões.

### 3.1.2. Gastos operacionais<sup>1</sup>

Gastos Operacionais			
mil euros	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Δ% 14/13
Custo existências vendidas e consumidas	7.490	7.760	-3,5
Fornecimentos e serviços externos	114.315	115.591	-1,1
Gastos com o pessoal, dos quais	161.189	161.964	-0,5
Gastos correntes	159.150	160.968	-1,1
Benefícios aos empregados	2.039	996	104,8
Outros gastos operacionais	4.256	5.127	-17,0
<b>Gastos operacionais</b>	<b>287.250</b>	<b>290.442</b>	<b>-1,1</b>

Os **fornecimentos e serviços externos** recorrentes apresentaram uma redução de 1,1% (-1,3 M€) em relação ao primeiro semestre de 2013, dos quais 0,6 M€ correspondem ao valor dos FSE do primeiro semestre de 2013 da empresa EAD, alienada em 2014.

As medidas de eficiência encetadas têm permitido uma redução de gastos, das quais se destacam a renegociação de contratos de *renting* de equipamentos, o aumento das sinergias dentro dos CTT com um maior recurso a meios internos, a par com a internalização de serviços, designadamente, de distribuição e tratamento de correio empresarial e parte do não endereçado.

No primeiro semestre de 2014 os CTT apresentaram gastos com o acondicionamento das viaturas de mercadorias pela renovação de parte da frota, e com o aumento do número de lojas com serviço de transporte de valores, decorrente da obrigação legal (Lei 34/2013, de 16 de maio).

Os **gastos com pessoal** recorrentes atingiram os 161,2 M€, reduzindo 0,8 M€ em relação ao período homólogo. Os gastos correntes com pessoal (excluindo os benefícios aos empregados) registaram uma quebra de 1,8 M€ (-1,1%). Com efeito e não obstante a redução do número médio de pessoal em 4,7% (menos 612 trabalhadores), o impacto das alterações legais/regulamentares decorrentes

<sup>1</sup> CMVMC + FSE + Gastos com pessoal + outros gastos operacionais (exclui valores não recorrentes).

quer da privatização, originando modificações nos regimes remuneratórios (como a cessação da redução remuneratória e a reposição das diuturnidades) dado a empresa ter deixado de ser classificada como Empresa Pública, quer da Lei do OE 2013, que modificou a base de incidência contributiva dos descontos para a CGA, conduziram a que o desvio favorável no total fosse mais moderado.

Os gastos com benefícios aos empregados recorrentes, que englobam, fundamentalmente, rubricas associadas a cuidados de saúde e outros benefícios pós-reforma com origem nos CTT SA apresentam um acréscimo de 1,0 M€ em junho de 2014, face a junho de 2013, pois em 2013 verificou-se uma antecipação das datas de aposentação inicialmente previstas, facto que teve como resultado a redução das responsabilidades com salários futuros.

O segmento Correio concentra um volume significativo de gastos operacionais uma vez que inclui as funções de tratamento, distribuição, transporte de correio e a rede de lojas, áreas com maior peso, principalmente em número de trabalhadores. No 1º semestre de 2014, os 223,6 M€ de gastos operacionais deste segmento refletem uma redução de 7,1 M€ face ao período homólogo.

#### 1º Semestre 2014 - Gastos operacionais por segmento

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Gastos operacionais
Fornecimentos e serviços externos	50.491	47.374	5.407	26.247	(15.205)	114.315
Gastos com pessoal	120.494	11.945	1.681	27.069		161.189
Outros gastos	42.709	838	9.086	2.635	(43.522)	11.746
Afetação estrutura central CTT	9.866		75		(9.941)	0
<b>Gastos operacionais</b>	<b>223.560</b>	<b>60.157</b>	<b>16.249</b>	<b>55.951</b>	<b>(68.667)</b>	<b>287.250</b>

Nota: Exclui valores não recorrentes.

#### 1º Semestre 2013 - Gastos operacionais por segmento

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Gastos operacionais
Fornecimentos e serviços externos	53.697	45.878	4.980	24.328	(13.292)	115.591
Gastos com pessoal	122.013	11.753	1.542	26.655		161.964
Outros gastos	44.960	1.102	9.706	1.908	(44.788)	12.888
Afetação estrutura central CTT	10.037		79		(10.116)	0
<b>Gastos operacionais</b>	<b>230.707</b>	<b>58.733</b>	<b>16.307</b>	<b>52.891</b>	<b>(68.195)</b>	<b>290.442</b>

Nota: Exclui valores não recorrentes.

### 3.1.3. EBITDA recorrente

O EBITDA recorrente<sup>1</sup> totalizou 66,3 M€ correspondente a uma margem de 18,7%, aumentando 1,5 p.p. face ao valor atingido no primeiro semestre de 2013, em resultado da redução de gastos operacionais e do aumento dos rendimentos.

<sup>1</sup> EBITDA recorrente = Resultados operacionais + amortizações e depreciações + variação líquida das provisões e perdas por imparidade (não inclui gastos não recorrentes, designadamente, reestruturações empresariais, imparidades de propriedades de investimento, provisões para contratos onerosos e contingências laborais).

EBITDA recorrente			
mil euros	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	△% 14/13
Rendimentos Operacionais	353.503	350.617	0,8
Gastos operacionais excluindo imparidades, provisões, depreciações e gastos não recorrentes	287.250	290.442	-1,1
<b>EBITDA recorrente</b>	<b>66.254</b>	<b>60.175</b>	<b>10,1</b>
Margem EBITDA recorrente	18,7%	17,2%	1,5 p.p.

1º Semestre 2014 - EBITDA recorrente por segmento			
mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros
Rendimentos operacionais	268.099	62.699	35.421
Gastos operacionais	223.560	60.157	16.249
<b>EBITDA recorrente</b>	<b>44.539</b>	<b>2.543</b>	<b>19.172</b>
Margem EBITDA recorrente	16,6%	4,1%	54,1%

1º Semestre 2013 - EBITDA recorrente por segmento			
mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros
Rendimentos operacionais	273.293	63.311	29.318
Gastos operacionais	230.707	58.733	16.307
<b>EBITDA recorrente</b>	<b>42.585</b>	<b>4.578</b>	<b>13.011</b>
Margem EBITDA recorrente	15,6%	7,2%	44,4%

### 3.1.4. Resultados não recorrentes

No 1º semestre de 2014 os CTT registaram resultados não recorrentes negativos de 0,4 M€ os quais incluem: (i) 3,0 M€ em outros rendimentos e ganhos pelo *front fee* associado ao contrato de exclusividade de prestação de serviços de intermediação de crédito por 5 anos; (ii) o reforço de 0,5 M€ da provisão para fazer face a eventuais gastos com responsabilidades relativo a contratos onerosos de edifícios devolutos; (iii) a reversão líquida da provisão para contingências laborais em 0,09 M€; (iv) o reconhecimento de 0,3 M€ com gastos relativos à celebração de novos acordos de suspensão de contratos de trabalho; (v) 0,5 M€ de indemnizações para acordos de suspensão e a respetiva redução dos gastos com benefícios aos empregados em 0,9 M€, pelo efeito da redução das responsabilidades; (vi) 0,5 M€ de gastos com rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, no âmbito do programa de transformação; (vii) 0,08 M€ de gastos com o processo de privatização da Empresa; (viii) Imparidades e provisões líquidas de 2,5 M€ resultantes da reestruturação para otimização de rede da Tourline; e ainda (ix) 0,04 M€ de gastos com aquisição de carteiras de clientes Tourline, no âmbito do plano em curso no segmento do Expresso & Encomendas.

## 1º Semestre 2014 - Resultados não recorrentes

mil euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Rendimentos operacionais
Outros rendimentos e ganhos			3.000			3.000
Fornecimentos e serviços externos				75		75
Gastos com pessoal	343	32		15		390
Outros gastos		44				44
<b>Resultados não recorrentes que afetam o EBITDA</b>	<b>(343)</b>	<b>(76)</b>	<b>3.000</b>	<b>(90)</b>	<b>-</b>	<b>2.491</b>
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas		1.926				1.926
Provisões líquidas		543		447		990
<b>Resultados não recorrentes que afetam o EBIT</b>	<b>(343)</b>	<b>(2.545)</b>	<b>3.000</b>	<b>(537)</b>	<b>-</b>	<b>(425)</b>

De referir que no 1º semestre de 2013 os resultados não recorrentes foram positivos em 1,9 M€, para o qual contribuiu largamente o ganho obtido no montante de 8,4 M€ com a reformulação do benefício aos empregados relativo à taxa de assinatura telefónica.

## 3.1.5. Resultados financeiros

No 1º semestre de 2014 o resultado financeiro consolidado atingiu os -3,2 M€, decrescendo 1,8 M€ face ao obtido no 1º semestre de 2013. O volume dos juros e rendimentos financeiros foi afetado no primeiro semestre de 2014 pela quebra acentuada das taxas de remuneração, recuando 46,5% face aos valores atingidos no período homólogo.

Resultados financeiros				
mil euros	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Δ% 14/13	
Rendimentos financeiros	2 511	4 691	-46,5	
Gastos e perdas financeiros	5 982	6 010	-0,5	
Gastos e perdas financeiros (reais)	198	161	22,9	
Gastos financeiros com benefícios aos empregados (contabilísticos)	5 783	5 848	-1,1	
Ganhos/perdas em associadas	303	0	-	
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(3 167)</b>	<b>(1 319)</b>	<b>-140,1</b>	

Os gastos financeiros incorridos no trimestre ascenderam a 6,0 M€ incorporando os gastos financeiros com benefícios aos empregados no montante de 5,8M€ e juros associados a operações de *leasing* financeiro e empréstimos bancários (0,2 M€).

Os ganhos em associadas atingiram os 0,3M€, respeitantes à mais-valia pela alienação dos 51% da empresa EAD e à equivalência patrimonial do primeiro semestre de 2014.

### 3.1.6. Resultado líquido e rentabilidade

Os CTT obtiveram no 1º semestre de 2014 um resultado líquido consolidado atribuível a acionistas dos CTT de 36,1 M€, valor 14,0% acima do atingido no período homólogo, correspondente a um resultado de 0,24 Euros por ação, a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 10,2% (9,0% no 1º semestre de 2013) e a uma rentabilidade do capital próprio de 13,7% (12,0% no período homólogo).

A demonstração de resultados reportados e recorrentes, para os 1ºs semestres de 2014 e de 2013 é em síntese como se segue:

mil euros	Reportado		Recorrente *		Δ% 14/13
	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	
Total de rendimentos operacionais	356.503	350.617	353.503	350.617	0,8
Gastos operacionais	287.758	284.193	287.250	290.442	-1,1
<b>EBITDA</b>	<b>68.745</b>	<b>66.424</b>	<b>66.254</b>	<b>60.175</b>	<b>10,1</b>
Margem EBITDA	19,3%	18,9%	18,7%	17,2%	1,5 p.p.
<b>EBIT</b>	<b>54.936</b>	<b>47.541</b>	<b>55.361</b>	<b>45.658</b>	<b>21,3</b>
Margem EBIT	15,4%	13,6%	15,7%	13,0%	2,7 p.p.
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>51.768</b>	<b>46.223</b>	<b>52.193</b>	<b>44.339</b>	<b>17,7</b>
Imposto sobre o rendimento do período	15.731	14.405	15.860	13.818	14,8
Prejuízos (lucros) atribuíveis a Interesses não controlados	(25)	174	(25)	174	-114,4
<b>Resultado líquido do período (RL)</b>	<b>36.063</b>	<b>31.643</b>	<b>36.359</b>	<b>30.347</b>	<b>19,8</b>

\* Os resultados recorrentes excluem os valores não recorrentes. Assumiu-se a taxa de IRC efetiva das contas semestrais.

### 3.1.7. Investimento

O investimento do Grupo situou-se nos 2,7 M€, valor 36,0% aquém do observado no período homólogo (4,3 M€) e foi orientado, principalmente, para sistemas informáticos, renovação e conservação de edifícios e reforço das infraestruturas produtivas. Refere-se que a 30.06.2014 encontram-se, em ativos intangíveis em curso, 3,2 M€ relativos ao desenvolvimento de projetos de sistemas e tecnologias de informação.

### 3.1.8. Posição financeira e Cash-Flow

Demonstração consolidada da posição financeira			
mil euros	30 junho 2014	31 dezembro 2013	Δ% 14/13
Activo não corrente	376.542	391.697	-3,9
Activo corrente	897.995	708.437	26,8
<b>Total do activo</b>	<b>1.274.536</b>	<b>1.100.134</b>	<b>15,9</b>
Capital próprio	249.935	275.934	-9,4
Total do passivo	1.024.601	824.200	24,3
Passivo não corrente	328.658	334.742	-1,8
Passivo corrente	695.943	489.458	42,2
<b>Total capital próprio e passivo</b>	<b>1.274.536</b>	<b>1.100.134</b>	<b>15,9</b>

A nível do ativo, o acréscimo de 174,4 M€ (+15,9%) resultou, essencialmente, do aumento das disponibilidades e aplicações de tesouraria (131,0 M€, +24,0%) e, de outros ativos correntes relativos a serviços financeiros postais (53,3 M€, +2.760,5%).

O capital próprio reduziu 26,0 M€ (-9,4%) face a 31 de dezembro de 2013, em resultado da distribuição de dividendos do exercício de 2013 (60,0 M€), ocorrida em maio, a qual ainda não se encontra totalmente compensada pelos resultados do período (36,1 M€).

Neste semestre ocorreu ainda a alienação da participação de 51% na EAD, que impactou na redução em 1,6 M€ dos interesses não controlados e em 0,8 M€ do respetivo *goodwill*.

No que respeita ao passivo, o aumento de 200,4 M€ (+24,3%), situou-se essencialmente no acréscimo dos credores de serviços financeiros, 178,9 M€, resultantes do acréscimo da atividade no segmento Serviços Financeiros.

As responsabilidades com benefícios aos empregados ascenderam no 1º semestre de 2014 a 296,0 M€, menos 0,8% que em dezembro de 2013. Em 2013 ocorreu a reformulação do benefício taxa de assinatura telefónica, que permitiu uma redução nas responsabilidades de 8,4 M€.

Responsabilidades com benefícios pós-emprego			
mil euros	30 junho 2014	31 dezembro 2013	Δ% 14/13
<b>Responsabilidades</b>	<b>296.020</b>	<b>298.543</b>	<b>-0,8</b>
Cuidados de saúde	263.740	263.371	0,1
Pessoal (acordos de suspensão)	17.204	19.744	-12,9
Outros benefícios de longo prazo	15.077	15.428	-2,3

No 1º semestre de 2014 o indicador *free cash flow operacional* situou-se em 191,4 M€, face aos 199,1€ do 1º semestre de 2013 e o indicador *free cash flow* situou-se em 131,0 M€, 25,3 M€ (-16,2%) abaixo de igual período do ano anterior. No primeiro semestre de 2014 foram pagos 60 M€ de dividendos, enquanto que no primeiro semestre de 2013 os dividendos líquidos pagos foram de 37,5 M€ (50,0 M€ brutos, menos a retenção de imposto de 12,5 M€ efetuada em junho).

mil euros	Cash flow			Recorrente *		
	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Δ% 14/13	1º Semestre 2014	1º Semestre 2013	Δ% 14/13
Cash flow das atividades operacionais	187 762	198 020	-5,2	62 198	28 132	121,1
Cash flow das atividades de investimento	3 663	1 054	247,5	3 663	1 054	247,5
Investimento	(3 658)	(2 184)	67,5	(3 658)	(2 184)	67,5
Outros	7 321	3 238	126,1	7 321	3 238	126,1
<b>Free cash flow operacional</b>	<b>191 425</b>	<b>199 074</b>	<b>-3,8</b>	<b>65 861</b>	<b>29 186</b>	<b>125,7</b>
Cash flow das atividades de financiamento	(59 692)	(42 729)	39,7	(59 692)	(42 729)	39,7
Dividendos	(60 000)	(37 500)	60,0	(60 000)	(37 500)	60,0
Alteração perímetro consolidação	(697)	-	-	(697)	-	-
<b>Variação de caixa (free cash flow)</b>	<b>131 036</b>	<b>156 345</b>	<b>-16,2</b>	<b>5 472</b>	<b>(13 542)</b>	<b>140,4</b>

\* Cash flow das atividades operacionais não incluindo a variação de credores de serviços financeiros.

No final do primeiro semestre de 2014, os CTT tiveram um acréscimo de 125,6 M€ com credores de serviços financeiros, que se repercutiu nas suas disponibilidades e aplicações, pelo que o *free cash flow* operacional (excluindo os credores de serviços financeiros) foi de 65,9 M€.

### 3.1.9. Financiamento

O financiamento encontra-se concentrado em operações de *leasing* financeiro relacionadas com a construção de instalações operacionais e aquisição de equipamento básico (nomeadamente nos CTT SA e CTT Expresso) e em empréstimos bancários na Tourline e na Corre para financiamento da atividade operacional, salientando-se o sistema de *cash pooling* utilizado pelo conjunto das empresas CTT.

A dívida líquida apurada é negativa, o que significa que os CTT detêm disponibilidades líquidas após dívida financeira e responsabilidades com benefícios aos empregados. Esta dívida de 27,0 M€ reflete um aumento de 7,1 M€ (+35,5%) devido, fundamentalmente, ao aumento das disponibilidades líquidas em 5,5 M€ (+2,3%) e à redução das responsabilidades com benefícios pós-emprego em 2,5 M€ (-0,8%).

Dívida Líquida				
mil euros	30 junho 2014	31 dezembro 2013	Δ% 14/13	
<b>Dívida financeira remunerada</b>	<b>7.176</b>	<b>6.999</b>	<b>2,5</b>	
Empréstimos bancários e outros empréstimos	3.816	2.481	53,8	
Locação financeira	3.360	4.518	-25,6	
<b>Disponibilidades líquidas</b>	<b>242.290</b>	<b>236.818</b>	<b>2,3</b>	
<b>Dívida financeira líquida</b>	<b>(235.114)</b>	<b>(229.819)</b>	<b>2,3</b>	
Responsabilidades com benefícios aos empregados	296.020	298.543	-0,8	
Impostos diferidos benefícios aos empregados	(87.910)	(88.655)	-0,8	
<b>Dívida líquida (inc. responsabilidades com benefícios aos empregados)</b>	<b>(27.003)</b>	<b>(19.930)</b>	<b>35,5</b>	

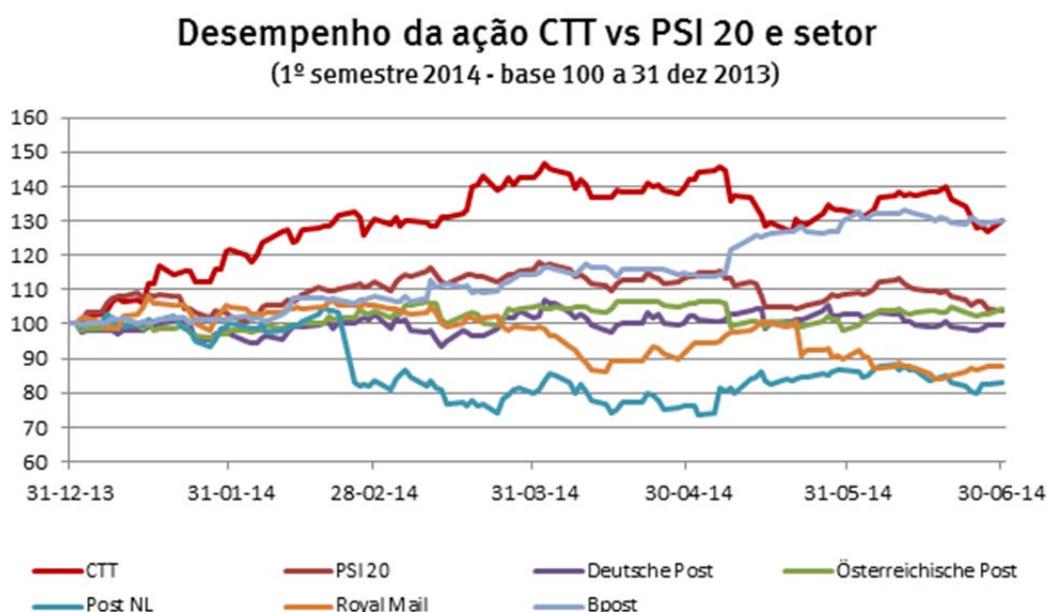
A área de negócios Serviços Financeiros permite aos CTT apresentar uma elevada posição de caixa e disponibilidades de curto-prazo, por conta dos parceiros financeiros das diversas atividades prestadas: (i) pagamento de benefícios sociais, através de vales; (ii) comercialização de seguros, com especial enfoque em seguros de capitalização; (iii) certificados de aforro, por conta do IGCP; e (iv) cobrança de portagens e outros pagamentos realizados na rede de lojas.

Em 30.06.2014 as disponibilidades líquidas dos CTT aumentaram 5,5 M€ situando-se nos 242,3 M€.

Disponibilidades Líquidas			
mil euros	30 junho 2014	31 dezembro 2013	Δ% 14/13
<b>Disponibilidades líquidas</b>			
(+) Disponibilidades + Aplicações	675.912	544.876	24,0
(-) Credores de Serviços Financeiros	(433.622)	(308.058)	40,8
<b>Disponibilidades Líquidas</b>	<b>242.290</b>	<b>236.818</b>	<b>2,3</b>

### 3.2. Desempenho da ação CTT

No primeiro semestre de 2014, a ação dos CTT valorizou-se 29,87% em preço, num período em que o índice português PSI 20 cresceu 3,71% e as empresas do setor postal a nível europeu oscilaram entre uma queda de 16,87% (Post NL) e uma subida de 29,84% (Bpost) em preço. Convém referir que os CTT pagaram neste período um dividendo de 0,40€ por ação, sendo um dos maiores *dividend yield* do mercado português e do setor postal.



O retorno global para os acionistas (TRS - *Total Return to Shareholders*) no primeiro semestre de 2014 foi de 37,03% (valorização + dividendo, calculado com base no preço da ação em 1 de janeiro de 2014).

No dia 24 de março de 2014 as ações dos CTT passaram a integrar o índice PSI 20, o principal índice da Bolsa Portuguesa. As alterações na composição deste índice são feitas no âmbito da revisão anual efetuada pela Euronext Lisbon, em março de cada ano. O PSI 20 é composto por ações emitidas pelas 20 principais empresas cotadas em termos de capitalização de mercado e *free float*. As empresas elegíveis têm de cumprir o critério mínimo de velocidade (liquidez) da ação e possuir um *free float* mínimo. Além disso, as empresas do PSI 20 devem, em princípio, ter uma capitalização mínima de mercado em *free float* de 100 milhões de Euros.

Durante o primeiro semestre do ano, 94 729 181 ações dos CTT foram transacionadas na Euronext Lisbon, correspondendo a uma média diária de 757 833 ações, o que se traduz num rácio anualizado de 126% do capital.

## 4. COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

### 4.1. Recursos Humanos

#### Atividade corrente

A gestão de recursos humanos continuou a ser guiada pelas prioridades de i) contínuo investimento em qualificação e formação e de ii) otimização e adequação do quadro de trabalhadores, tendo presente a necessidade de responder à evolução e aos desafios de mercado que os CTT enfrentam, mantendo um clima de paz social.

Concretizou-se a necessária redução de pessoal através da não substituição de aposentados/reformados, da redução do número de contratados a termo e da negociação de condições de saída com os trabalhadores que manifestaram essa vontade. Adicionalmente, procedeu-se à reavaliação de trabalhadores condicionados, tendo em vista uma melhor ocupação e a aposta na mobilidade entre as várias empresas e negócios dos CTT, promovendo, quando possível, o *insourcing* de atividades operacionais.

Em consequência da necessária política de ajustamento dos recursos humanos à evolução do mercado, em 30 de junho de 2014 o número de trabalhadores dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) ascendia a 12 722, menos 434 (-3,3%) do que no primeiro semestre de 2013. Aqui se incluem 7 173 trabalhadores da área de operações e distribuição de correio (dos quais cerca de 5 000 carteiros distribuidores) e 2 720 afetos à Rede de Lojas.

#### Nº de Trabalhadores

	30.06.2014	30.06.2013	△ 2014/2013	
AN Correio	10 344	10 660	-316	-3,0%
Correio e Soluções Empresariais	7 624	7 887	-263	-3,3%
Rede de Lojas	2 720	2 773	-53	-1,9%
AN Expresso e Encomendas	1 176	1 174	2	0,2%
AN Serviços Financeiros	103	104	-1	-1,0%
Outros	1 099	1 218	-119	-9,8%
<b>Total, do qual:</b>	<b>12 722</b>	<b>13 156</b>	<b>-434</b>	<b>-3,3%</b>
Efetivos do quadro	11 586	11 989	-403	-3,4%
Contratados a termo	1 136	1 167	-31	-2,7%
Total em Portugal	12 164	12 615	-451	-3,6%

Durante o primeiro semestre foram admitidos apenas 35 trabalhadores (24 pela Tourline Express em Espanha, 1 pela PayShop, 4 pela CTT Expresso e 6 pela empresa-mãe, enquanto ocorreram 97 saídas. Destas saídas, 34 foram por aposentação ou reforma, 52 por cessação do contrato de trabalho (das quais 18 por rescisão por mútuo acordo) e 11 por falecimento. Foram celebrados 2 acordos de suspensão de contrato de trabalho, sendo 1 a trabalhador com pedido de aposentação.

## Desenvolvimento de competências e formação

Deu-se início, em Janeiro de 2014, ao primeiro programa de identificação e desenvolvimento de potencial para novos quadros dos CTT e empresas subsidiárias. Este programa insere-se nas políticas de desenvolvimento de capital humano, numa ótica de gestão de talentos e competências, visando, por um lado, um melhor conhecimento do perfil e potencial dos trabalhadores e, por outro, a realização de ações de desenvolvimento de potencial e competências pessoais, com vista ao reforço das capacidades e competências empresariais. O programa em curso abrange um primeiro grupo de 100 participantes, com o envolvimento das respetivas chefias.

Foi desencadeado o processo anual de avaliação de desempenho, relativo ao ano de 2013, o qual abrange o conjunto dos trabalhadores e visa a apreciação dos contributos individuais e das equipas para os objetivos e resultados alcançados.

O investimento na aquisição e desenvolvimento de competências do capital humano dos CTT durante o primeiro semestre foi estrategicamente orientado predominantemente para:

- Melhorar as capacidades de gestão dos dirigentes intermédios, gestores das lojas CTT, gestores dos centros de produção e logística e gestores dos centros de distribuição postal. Durante este semestre, 80 dirigentes intermédios iniciaram o Curso Geral de Gestão da Nova SBE com a duração de 144 horas e 189 gestores de unidades operacionais realizaram um Curso de Gestão de 108,5 horas, orientado pelo lema: “Inovar, Sempre!”;
- Preparar os responsáveis e os colaboradores da Rede de Lojas para um nível de excelência na venda dos produtos e serviços das novas parcerias com a EDP, Fidelidade, Agência para a Modernização Administrativa (Rede Espaço do Cidadão) e BNP Paribas (Cetelem);
- Incrementar a qualidade na cadeia logística das Operações (Tratamento, Transporte e Distribuição), através da formação dos seus trabalhadores nos produtos e processos, com a frequência do curso em *e-learning* “Qualidade nas Operações”.

O esforço em formação com maior intensidade foi claramente desenvolvido pela Rede de Lojas. Quanto a formas de organização, merece referência especial o crescimento da formação à distância, resultante do seu papel estratégico na criação e difusão de cursos dirigidos às atividades de negócio e de suporte.

Durante o primeiro semestre os CTT realizaram 150 793 horas de formação (+43% do que no período homólogo do ano anterior) que envolveram 23 106 participações (+18%).

A valorização dos trabalhadores, através do aumento das suas competências e qualificações profissionais e escolares, continua a constituir uma linha de ação estratégica para os CTT.

No domínio do recrutamento e mobilidade foram divulgados internamente 299 concursos para o preenchimento de postos de trabalho. Foram concedidos 18 estágios externos, 5 curriculares, um dos quais concedido a jovem com necessidades educativas especiais, e 13 profissionais. Relativamente aos estágios profissionais, 12 foram celebrados no âmbito do protocolo com o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional e um ao abrigo do protocolo com a Universidade de Aveiro.

## **Políticas de desenvolvimento de capital humano**

Lançaram-se no 2º trimestre de 2014 várias iniciativas com vista ao desenvolvimento e reforço do capital humano nos CTT, com políticas ativas de formação, de planos de carreira e de remuneração variável indexada a objetivos de curto e médio prazo. Ainda em fase de desenho para implementação ao longo do 2º semestre de 2014, estas medidas irão permitir premiar o desempenho, reforçar a motivação, a transparência e a equidade, reter os recursos de valor na empresa e atrair novos quadros.

O desenvolvimento das áreas de negócio dos Serviços Financeiros e do Expresso e Encomendas irá requerer o reforço do capital humano dos CTT, a maior flexibilidade laboral e a indexação parcial das remunerações aos objetivos de crescimento e rentabilidade futuros. Neste âmbito, poderá ocorrer um acréscimo dos gastos com pessoal mas que estarão diretamente relacionados com as ambições de crescimento da empresa definidos na estratégia em implementação.

## **Segurança no trabalho e apoio social**

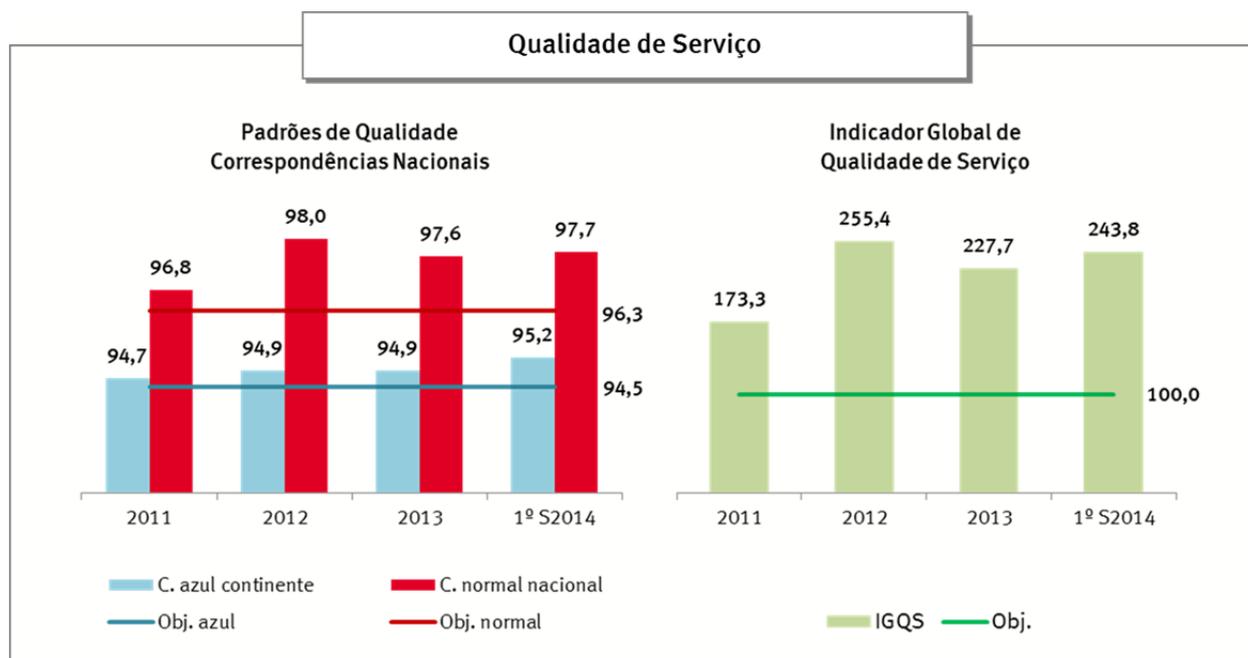
No âmbito da higiene, segurança e ergonomia, e ao nível da prevenção, realizaram-se durante o primeiro semestre de 2014 um total de 104 intervenções para avaliação de condições de trabalho e de riscos em estabelecimentos dos CTT. Relativamente à sinistralidade laboral, verificaram-se 452 acidentes laborais, mais 0,4% do que em igual período de 2013. Até final de junho registou-se um acidente laboral rodoviário com consequências mortais, da responsabilidade de terceiros e durante a deslocação para o trabalho.

Destaca-se a internalização dos serviços de segurança no trabalho, com a totalidade das atividades a serem asseguradas por técnicos da empresa.

O serviço social aos beneficiários das Obras Sociais dos CTT interveio ao nível do estudo da situação socioeconómica ou de disfunção social do beneficiário e sua família, promovendo as respostas mais adequadas às carências diagnosticadas. Neste âmbito, o apoio social aos beneficiários registou o acompanhamento de cerca de 670 situações (dependências, saúde mental, apoio a idosos e ação social) que motivaram 24 visitas a instituições e domicílios, 324 entrevistas presenciais e cerca de 3 000 contactos telefónicos.

## **4.2. Qualidade de Serviço**

No primeiro semestre de 2014, os CTT mantiveram níveis de desempenho operacional elevados, situando-se o IGQS - Indicador Global de Qualidade de Serviço - em 243,8 pontos, que compara com um objetivo de 100, resultando 13,8 pontos acima do obtido em igual período de 2013.



No correio internacional, os objetivos de qualidade definidos pela Diretiva Comunitária para o setor postal, no caso português, foram largamente excedidos.

Os bons desempenhos operacionais têm-se traduzido em perceções positivas por parte dos clientes: 85,6% dos clientes afirmam que a qualidade de serviço global dos CTT é boa ou muito boa.

No primeiro semestre todas as variáveis convencionadas excederam os valores objetivo estabelecidos:

Níveis de Qualidade	Mínimo	Objetivo	Realizado
<b>Correio Azul</b>			
% Entregas no dia seguinte (Continente)	93,50	94,50	95,20
% Entregas até dois dias (Açores e Madeira)	84,00	87,00	94,30
% Entregas até dez dias	99,75	99,85	99,93
<b>Correio Normal</b>			
% Entregas até três dias	95,50	96,30	97,70
% Entregas até quinze dias	99,77	99,86	99,89
<b>Jornais e Publicações Periódicas</b>			
% Entregas até três dias	95,50	96,30	97,90
<b>Correio Internacional</b>			
% Entregas até três dias	85,00	88,00	91,70
% Entregas até cinco dias	95,00	97,00	98,80
<b>Encomendas</b>			
% Entregas até três dias	90,50	92,00	94,40
<b>Tempo de espera nas lojas</b>			
% Atendimento até 10 minutos	75,00	85,00	91,60

Em março de 2014, foi obtida a Certificação de Qualidade dos Sistemas de Controlo associados ao apuramento dos Índices de Qualidade de Serviço (IQS). Com exceção do correio internacional (IQS 7 e 8), todos os restantes oito IQS estão certificados.

No primeiro semestre do ano foi prosseguido o esforço de manter os vários sistemas de gestão já certificados nos CTT e suas subsidiárias, estando a trabalhar-se na certificação de novas tipologias de unidades operacionais.

Neste período procedeu-se, ainda, a nova candidatura ao *Committed to Excellence*, com o objetivo de, no âmbito do Modelo Europeu de Excelência da EFQM (*European Foundation for Quality Management*), abranger toda a rede operacional dos CTT: lojas, centros de distribuição postal e centros de produção e logística. Em consequência, estão em curso 3 ações de melhoria a ser avaliadas no primeiro trimestre de 2015.

De salientar que os CTT foram o primeiro operador postal europeu a alcançar o reconhecimento do *Committed to Excellence*.

### **Contact Center**

O canal telefónico (66%) e o correio eletrónico (34%) do *Contact Center* foram os meios mais utilizados pelos clientes no seu contacto com a empresa, tendo vindo o primeiro a perder peso em detrimento do segundo.

No primeiro semestre de 2014 o canal telefónico registou 316 122 chamadas atendidas, o que representa um crescimento de 13% face a igual período de 2013. Este crescimento reflete-se pelo aumento do número de contatos da linha CTT (+18%) e de telecomunicações (+16%), já que a linha ViaCTT (-20%) tem revelado um comportamento inverso.

Sobre a linha CTT, importa referir que várias funcionalidades têm revelado um crescimento acentuado: a pesquisa de objetos, onde se incluiu questões relacionadas com o processo de desalfandegamento (+24%), o serviço de cobrança de portagens (+35%) e as reclamações (+49%). A pesquisa de códigos postais manteve a tendência decrescente (-17%).

Relativamente ao correio eletrónico, foram recebidos 161 421 contatos, o que representa um crescimento de 60% deste canal face a igual período de 2013, com particular destaque para as funcionalidades: telecomunicações (+8%), loja virtual (10%), informações (25%), cobrança de portagens (+28%), reclamações (+52%), códigos postais (60%) e internacional (+134% por questões relacionadas com o processo de desalfandegamento). A única exceção foi a *mailbox* ViaCTT, que decresceu 32%, fruto da agilização do processo de recuperação da *password* de acesso à caixa postal eletrónica.

### **4.3. Inovação e desenvolvimento**

A missão e os valores dos CTT consagram a inovação como, respetivamente, garantia de cumprimento dessa mesma missão – hoje e no futuro – e aposta na contínua exploração de novas ideias, processos e soluções também para criar esse mesmo futuro.

Assim, no contexto da inovação, foram realizadas, no primeiro semestre de 2014, diversas iniciativas e projetos, dos quais se destacam:

- Lançamento da consulta ao mercado visando o fornecimento de serviços de desenvolvimento de *software* para a versão 2.0 da “App CTT”, aplicação capaz de operar em todas as plataformas móveis, que permite um acesso conveniente, cómodo e rápido a diversos serviços CTT (como sejam a pesquisa de códigos postais e moradas, a pesquisa de objetos postais e encomendas, a geolocalização de pontos CTT, a submissão de pedidos de SIGA e a consulta de valores em dívida e de faturas de portagens).
- Disponibilização no *site* dos CTT do serviço de aceitação de pedidos de referência multibanco para pagamento de portagens.
- Prossecução do intercâmbio de experiências com operadores postais de referência visando a identificação das melhores práticas de gestão da inovação.
- Participação nos trabalhos da Comunidade de Prática em Gestão do Conhecimento da COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação, nomeadamente na vertente de avaliação de ferramentas de gestão do conhecimento.
- Participação nos trabalhos sobre Identidade Eletrónica, no âmbito de grupo de trabalho do PostEurop, do qual os CTT fazem parte, e que visa acompanhar e participar na elaboração da respetiva legislação a nível comunitário.
- Realização da edição de 2014 do PostEurop AES Forum (*Advanced Electronic Solutions Forum*), cujo *Chairmanship* é assegurado pelos CTT, em Riga, Letónia; este ano subordinado ao tema “*Advanced IT as strategic tool in new postal business*”.
- Produção da *newsletter* eBIZ (mensal) que informa a empresa sobre os avanços tecnológicos mais recentes não só em tecnologias estritamente postais como noutras TIC que direta ou indiretamente possam influenciar/afetar o negócio postal e/ou configurar oportunidades de negócio e de conceção de novos serviços e produtos CTT.

#### 4.4. Sustentabilidade

Manteve-se e aprofundou-se o trabalho de envolvimento e diálogo com os diversos *stakeholders*, fundamental para a criação contínua de valor partilhado. A qualidade de serviço atingiu os 243,8 pontos face ao objetivo de 100 pontos definido com o Regulador e 86% dos clientes declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço prestado.

Ministraram-se 151 mil horas de formação, mais 43% do que no período homólogo do ano anterior, com 23 mil participações (+18%). Em matéria de segurança no trabalho verificaram-se 452 acidentes laborais, mais 0,4% do que em igual período de 2013 (um deles rodoviário, mortal, embora com responsabilidade civil de terceiros e durante a deslocação para o trabalho). A taxa de absentismo desceu 0,4 pontos, para 5,9%.

No período em análise ocorreu a internalização dos serviços de Segurança no Trabalho, tendo-se verificado 104 intervenções de avaliação de riscos em estabelecimentos dos CTT. Foi contratado um

novo prestador de serviços de medicina do trabalho a partir de fevereiro, tendo-se realizado perto de 1 900 exames médicos.

No âmbito da relação com a comunidade, renovou-se o Acordo de Adesão ao Fórum Empresas para a Igualdade, de que os CTT é membro fundador, e subscreveu-se o “Apelo à Natalidade”, áreas de trabalho reconhecidas pela atribuição aos CTT do prémio “*Human Resources Portugal 2013*”.

Apoiaram-se diversas iniciativas de intervenção social e ambiental no valor de cerca de 343 mil Euros (CAIS, Salvador, Meias Maratonas de Lisboa e Portugal, Prova de Deficientes Motores em Cadeiras de Rodas, A. P. contra a Leucemia, Corrida da Mulher e Pirilampo Mágico). Dinamizaram-se 3 programas de recolha de bens (Projeto de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social, Banco do Bebê e Movimento Reutilizar.org), que canalizaram cerca de 19 mil embalagens solidárias. Foram mobilizados cerca de uma centena de voluntários CTT em ações conjuntas com a Fundação Portuguesa de Cardiologia, o Banco Alimentar Contra a Fome, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a *Biodiversity4All*.

Continuou-se a apostar nas tecnologias limpas, tendo entrado ao serviço, no primeiro semestre de 2014, 182 veículos, dos quais 18 com motorização elétrica, que contribuirão para a poupança de 42 mil litros de combustível/ano e para a redução de mais de mil toneladas de emissões de CO<sub>2</sub>. Considerando a globalidade da frota, própria e em *leasing*, foram renovadas no período 1 139 viaturas. Concluiu-se o Acordo de Racionalização Energética 2007-2013 do edifício de Cabo Ruivo, o maior dos CTT, com uma redução de consumos de 14,5% e prosseguiu-se a aposta na racionalização energética do parque imobiliário da empresa, com a certificação energética de mais 48 instalações. No período, os consumos energéticos reduziram-se 2,3% e as emissões de CO<sub>2</sub> 1,9%.

No domínio do marketing sustentável, foi aprovado o processo de compensação participativa das emissões carbónicas CTT e publicado um *standard* ambiental internacional para portefólios Eco, em cuja elaboração os CTT participaram. Tem-se assistido à presença pública crescente do programa ambiental dos CTT em múltiplos fóruns e na comunicação social. A confirmar a liderança dos CTT na matéria, foi atribuída, pela 1ª vez, a “Marca de Confiança Ambiente 2014” pelos leitores das *Seleções Reader’s Digest*.

Os *stakeholders* dos CTT, e em especial a sua estrutura acionista, alteraram-se substancialmente com o processo de privatização da empresa através de Oferta Pública de Venda, passando a ser constituídos por um conjunto diversificado de acionistas, na sua maioria acionistas institucionais estrangeiros.

#### 4.5. Governo da Sociedade

No primeiro semestre de 2014 foram introduzidas mudanças significativas no modelo de governo da Sociedade.

Assim, e com o objetivo de adaptar os Estatutos da Sociedade à nova estrutura acionista após a privatização bem como às melhores práticas aplicáveis às sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, os acionistas aprovaram na Assembleia Geral Extraordinária realizada a 24 de março de 2014, as propostas apresentadas de alteração aos Estatutos, de que resultou a alteração do modelo de governo monista para um modelo de cariz anglo-saxónico, modelo dualista, o qual se encontra implementado à data do presente Relatório Semestral conforme estrutura que se apresenta infra.

De acordo com este novo modelo de governo e conforme disposto no artigo 6º dos Estatutos dos CTT são órgãos da Sociedade: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e o Revisor Oficial de Contas.

A Sociedade dispõe ainda, nos termos legais, de um Secretário da Sociedade e de um Suplente designados pelo Conselho de Administração.

O atual Conselho de Administração é composto por cinco Administradores Executivos e seis Não Executivos e, de entre estes, um conjunto de Administradores independentes.

De acordo com este modelo de governo societário o Conselho de Administração, conforme previsto no n.º 2 do artigo 13º dos Estatutos, delegou numa Comissão Executiva dentro dos limites legalmente admissíveis, a gestão corrente da Sociedade.

Mantêm-se na esfera do Conselho de Administração, (i) as competências que por força da lei, dos estatutos e do seu regulamento interno sejam indelegáveis na Comissão Executiva, incluindo essencialmente decisões de natureza estratégica, e (ii) o desenvolvimento de competências específicas de supervisão da gestão executiva, designadamente nas matérias de governo societário, avaliação e nomeações, através de Administradores não executivos e/ou da constituição de comissões internas.

O modelo de governo dos CTT passou ainda a integrar uma Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral e responsável pela fixação das remunerações dos membros dos órgãos sociais.

A Comissão de Auditoria é composta por três dos Administradores Não Executivos competindo-lhe propor à Assembleia Geral a eleição do Revisor Oficial de Contas. Desempenha em conjunto com este órgão as funções de fiscalização da atividade da Sociedade bem como dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos da Sociedade. Compete-lhe ainda a fiscalização da independência e atividade do Revisor Oficial de Contas.

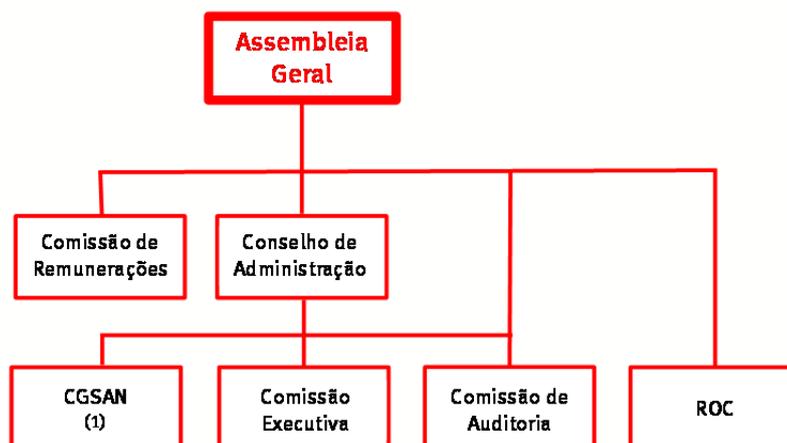
O Revisor Oficial de Contas e respetivo suplente atualmente em funções foram eleitos na Assembleia Geral Anual realizada no dia 5 de maio de 2014 para completar o mandato 2012/2014 após a

apresentação da renúncia ao cargo a 8 de abril de 2014 por parte do anterior Revisor Oficial de Contas.

No âmbito desta nova estrutura de governo societário foi também criada uma Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações a qual tem por missão acompanhar e supervisionar de modo permanente as matérias relativas a Governo Societário, Avaliações e Nomeações da Sociedade, dando todo o apoio necessário sobre estes temas ao Conselho de Administração e à Comissão de Vencimentos.

#### 4.5.1. Estrutura do Modelo de Governo da Sociedade

Atualmente é a seguinte a estrutura de Governo da Sociedade:



(1) Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações

### COMPOSIÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS E DAS COMISSÕES

#### Assembleia Geral

Titulares	Mesa da Assembleia Geral
Júlio de Lemos de Castro Caldas Francisco Maria Freitas de Moraes Sarmiento Ramalho	Presidente Vice-Presidente

## Conselho de Administração e Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações

Titulares	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Comissão de Auditoria	CGSAN <sup>(1)</sup>	Independência <sup>(2)</sup>
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Presidente	Presidente		Vogal	
António Sarmento Gomes Mota	Vice-Presidente		Presidente	Presidente	Sim
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	Vice-Presidente	Vogal			
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	Vogal	Vogal			
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	Vogal	Vogal			
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	Vogal	Vogal			
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	Vogal			Vogal	Sim
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa <sup>(3)</sup>	Vogal			Vogal	Sim
Nuno Fernandes Thomaz	Vogal			Vogal	Sim
Díogo José Paredes Leite de Campos	Vogal		Vogal		Sim
Parública-Participações Públicas (SGPS), S.A.	Vogal		Vogal		

(1) Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações.

(2) A avaliação da independência foi efetuada de acordo com o n.º 5 do art.º 414º do CSC e das Recomendações CMVM de 2013 n.º II.1.7.

(3) Cooptado por deliberação do Conselho de Administração de 29 de julho de 2014 em substituição de José Alfredo de Almeida Honório que apresentou renúncia ao cargo de Administrador Não Executivo, a 14 de julho de 2014.

### Comissão de Vencimentos

Titulares	Comissão de Vencimentos
João Luís Ramalho de Carvalho Talone	Presidente
José Gonçalo Ferreira Maury	Vogal
Rui Manuel Meireles dos Anjos Alpalhão	Vogal

### Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

Na Assembleia Geral Anual de 5 de maio de 2014, sob proposta da Comissão de Auditoria, foram eleitos para completar o mandato 2012-2014 a KPMG & Associados, SROC, S.A. representada por Maria Cristina Santos Ferreira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1010, para Revisor Oficial de Contas Efetivo e Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho para Revisor Oficial de Contas Suplente. A KPMG & Associados, SROC, S.A exerce igualmente as funções de Auditor Externo da Sociedade.

#### 4.5.2. Estrutura acionista

##### 4.5.2.1. Estrutura de capital

No primeiro semestre de 2014, o capital social dos CTT era de 75 000 000 Euros e encontrava-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 150 000 000 de ações, com valor nominal de cinquenta cêntimos de euro cada uma. As ações são nominativas e escriturais e não existem categorias diferentes de ações. Desde 5 de dezembro de 2013, no âmbito do processo de privatização dos CTT, encontram-se admitidas à negociação no *mercado* regulamentado da Euronext Lisbon a totalidade das ações representativas do capital da Sociedade.

Em 31 de Dezembro de 2013, na sequência da privatização dos CTT, 70,0% do capital da Sociedade era detido por acionistas do setor privado e 30,0% pelo setor público (embora com os votos que lhe

eram imputados totalizasse 36,36% dos direitos de voto). A partir de 3 de Janeiro de 2014, após a conclusão das operações de estabilização da ação, no âmbito das quais o Agente de Estabilização do contrato de venda institucional exerceu a opção de venda dos tomadores firmes referente a 2 253 834 ações correspondentes a 1,5% do capital dos CTT, o sector público passou a deter uma participação de 31,5% (com uma proporção igual dos direitos de voto) e os acionistas do setor privado os restantes 68,5%.

#### **4.5.2.2. Restrições à transmissibilidade das ações**

As ações dos CTT não se encontram, em termos estatutários, sujeitas a quaisquer limitações no que respeita à sua transmissibilidade ou titularidade.

As ações adquiridas pelos trabalhadores dos CTT no âmbito da oferta reservada aos mesmos no processo de privatização encontravam-se sujeitas a um período de indisponibilidade de 90 dias contados a partir da data do respetivo registo em conta de valores mobiliários, que terminou a 5 de Março de 2014.

As ações da Sociedade que ainda se encontram na posse da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (31,5%) e que não foram alvo da oferta pública inicial apenas podem ser objeto de alienação antes de decorrido um período de 270 dias a contar da data de admissão à negociação se tal for expressamente autorizado pelas instituições financeiras Coordenadoras Globais da Oferta, e dependendo da realização de um conjunto de formalidades a levar a cabo pelo Estado Português se o entender oportuno.

No dia 26 de junho de 2014, o governo português aprovou em Conselho de Ministros um diploma, que vem alargar as modalidades alternativas de alienação da participação dos 31,5% que o Estado ainda detém no capital da Sociedade. Para além das modalidades estabelecidas no Decreto-lei n.º 129/2013, de 6 de setembro, a privatização da participação remanescente da PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. no capital social da CTT – Correios de Portugal, S.A. poder-se-á também concretizar através de uma ou mais operações de venda direta institucional como modalidade autónoma de alienação por oferta privada, a qual poderá realizar-se através de um ou mais processos com ou sem colocação acelerada, com vista à dispersão das ações por investidores qualificados nacionais ou internacionais.

#### **4.5.3. Apoio ao investidor**

##### **4.5.3.1. Relações com Investidores**

A Direção de Relações com Investidores dos CTT tem como objetivo assegurar um relacionamento sólido com acionistas, investidores, analistas e mercados financeiros, bem como com a CMVM e a Euronext Lisbon, disponibilizando de forma clara e transparente informação que permita conhecer a evolução da realidade atual dos CTT, em termos económicos, financeiros e de governo societário.



## 5. PRINCIPAIS RISCOS

### 5.1. Riscos enfrentados pelos CTT

Entre os riscos mais significativos e suscetíveis de afetar os CTT, com eventual comprometimento da concretização dos objetivos estratégicos e de crescimento sustentável, destacam-se os que se listam abaixo. A sua descrição detalhada consta do Relatório e Contas de 2013 (Parte III – 1. Relatório de Governo da Sociedade) e no Prospeto da Oferta Pública de Venda.

- Mercados e concorrência
- Inovação e desenvolvimento
- *Stakeholder* Estado Português
- Obrigatoriedade do Serviço Universal
- Focalização e fidelização de clientes
- Gestão de Recursos Humanos
- Parcerias
- Gestão da Informação
- Tecnologias de Informação
- Alinhamento estratégico
- Cultura de análise de rentabilidade

Adicionalmente podem existir alguns riscos ainda desconhecidos e outros que, apesar de serem atualmente considerados como não relevantes, se venham a tornar relevantes no futuro. Todos estes fatores poderão vir a afetar negativamente o negócio, a situação financeira, os resultados operacionais ou as perspetivas futuras dos CTT.

### 5.2. Gestão de riscos e sistema de controlo interno

A Gestão de riscos é exercida pelo Conselho de Administração em articulação com os diversos responsáveis das unidades orgânicas, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que possam influenciar a prossecução e a observância de objetivos estratégicos e táticos.

As funções Auditoria Interna e Gestão do Risco apoiam o Conselho de Administração, na apreciação contínua dos procedimentos de gestão de risco estabelecidos, de modo a assegurar:

- Deteção e avaliação precoce dos eventos de risco a que os CTT e subsidiárias estão sujeitos no âmbito da atividade desenvolvida, identificando o respetivo impacto e probabilidade de ocorrência.
- Monitorização permanente dos principais riscos, de modo a detetar alterações significativas que impliquem a necessidade de ajustamentos em termos do sistema de controlo interno, bem como a definição e implementação de ações corretivas e de mitigação dos riscos identificados.

À Gestão do Risco compete manter um modelo de gestão de riscos alinhado com os objetivos dos CTT e suas subsidiárias, bem como a gestão centralizada deste processo.

À Auditoria Interna compete a avaliação sistemática da adequação e efetividade do sistema de controlo interno, em função do nível de risco associado aos processos, sistemas e unidades de negócio, aferindo nomeadamente a sua eficiência operativa sobre a gestão dos riscos relevantes identificados.

Existem mecanismos internos de informação e comunicação, para acompanhar e monitorizar o desempenho da organização aos vários níveis, assentando o sistema de controlo interno, enquanto instrumento de gestão, nas seguintes vertentes:

- Ambiente de controlo – base de funcionamento da organização, influenciando o comportamento dos trabalhadores e estabelecendo o referencial dos demais elementos de controlo interno.
- Avaliação, gestão e controlo de riscos – contínua identificação e análise de riscos relevantes e implementação de ações mitigadoras.
- Atividades de controlo – definição de políticas e procedimentos para assegurar o cumprimento das orientações superiores e a consecução dos objetivos empresariais.
- Informação e comunicação – canais formais e informais de informação e comunicação que permitem a monitorização da atividade empresarial de forma tempestiva.
- Supervisão – é assegurada pela Comissão de Auditoria e por um Revisor Oficial de Contas (ROC), nos termos das disposições legais aplicáveis e dos Estatutos, a fiscalização da atividade empresarial dos CTT. À Comissão de Auditoria compete a fiscalização da independência e da atividade do Revisor Oficial de Contas, bem como dos sistemas de controlo interno, auditoria interna e de gestão de riscos dos CTT.

## 6. EVENTOS POSTERIORES E PERSPETIVAS FUTURAS

### Eventos posteriores

Em 22 de julho de 2014 o Administrador Não Executivo José Alfredo de Almeida Honório renunciou ao mandato, em virtude da sua recente cooptação como Administrador Executivo de outra entidade. Para sua substituição, o Conselho de Administração decidiu em 29 de julho de 2014 cooptar Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa. Esta cooptação será submetida a ratificação na próxima Assembleia Geral da Empresa.

Foi formalizado em 3 de julho de 2014 o acordo com o IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) para o pagamento de novos benefícios sociais através de vale postal, permitindo assegurar o crescimento desta linha de produto no segundo semestre de 2014.

Em 29 de julho de 2014 o Conselho de Administração deliberou a adjudicação, no âmbito de três concursos limitados por prévia qualificação, da contratação de serviços de tecnologias de informação e de comunicações, respeitando a Serviços de Infraestrutura Base, Serviços de Linha de Apoio e *Desktop Management* e Serviços de Telecomunicações de Voz e Dados Fixas. Estão a decorrer os passos processuais legais e os CTT esperam formalizar os contratos dentro de pouco tempo.

Os concursos foram lançados e adjudicados para um período de 3 anos, que incluem uma fase inicial de no máximo 3 meses de transferência dos serviços. Como resultado desta adjudicação, os CTT estimam obter a partir de 2015 uma poupança anual (sem considerar custos de transição) nos serviços referenciados de cerca de 57% (14 milhões de Euros) face aos custos de exploração que em 2014 se situam na ordem dos 25 milhões de Euros, uma vez que se prevê que o custo anual dos referidos serviços fique em cerca de 11 milhões de Euros.

### Perspetivas futuras

A melhoria do cenário macroeconómico, a par das iniciativas do Programa de Transformação implementadas em 2013 e das novas medidas para 2014, permitem aos CTT encarar o ano de 2014 com fortes expectativas de cumprir a estratégia definida.

Não obstante este facto, é importante ter em consideração que o crescimento do PIB esperado para Portugal continuará a ser fortemente influenciado pelo crescimento das exportações e não pela retoma clara do consumo interno, principal *driver* do consumo dos produtos e serviços oferecidos pelos CTT, principalmente no negócio de correio. Neste enquadramento, a queda na procura de correio continuará a ser afetada pela tendência estrutural de queda mas também pelos fatores macroeconómicos, devendo continuar ainda acima da tendência natural de longo prazo.

No que concerne a implementação dos Serviços Públicos de Interesse Geral (SPIGs) prevê-se que no terceiro trimestre prossigam os trabalhos de definição do modelo económico subjacente ao funcionamento desta parceria já beneficiando da experiência do piloto, após o que estarão reunidas as condições para estruturar um acordo mais duradouro entre o Governo e os CTT.

O crescimento do comércio eletrónico continuará a ser o principal motor do crescimento do negócio de encomendas enquanto a atividade económica interna não promove o crescimento do mercado de B2B, quer em Portugal quer em Espanha, promovido pela esperada e crescente migração dos retalhistas ibéricos para plataformas de venda online. Para tal os CTT estão a acelerar em 2014 as iniciativas do Programa de Transformação do Expresso e Encomendas para cada vez mais liderar a oferta de soluções de logística neste mercado, quer ao nível da oferta mas sobretudo da reformulação e otimização das redes de distribuição em Portugal e em Espanha.

Nos Serviços Financeiros, o ano de 2014 será de consolidação da posição relevante como colocador de produtos de poupança a par com o lançamento de novos produtos e serviços para promover o crescimento desta área de negócio, como uma das alavancas de crescimento dos rendimentos e sobretudo da rentabilidade dos CTT. Independentemente, mas relacionado com a decisão que vier a ser tomada relativa ao Banco Postal, encontram-se em análise novos produtos financeiros e/ou novas parcerias para complementar a oferta atual e assegurar a sustentabilidade do crescimento que esta área obteve. Seguros de saúde e cartão pré-pago são algumas das iniciativas em análise.

A empresa tem como objetivo atingir rendimentos operacionais estáveis. Este objetivo baseia-se na expectativa de que os negócios em crescimento (Serviços Financeiros e Expresso e Encomendas) compensem a queda nos rendimentos de Correio.

As medidas de otimização de balanço vão continuar, tais como por exemplo a otimização do fundo de maneiço. Os CTT irão continuar a gestão dos benefícios dos empregados tendo em vista a monetização do ativo fiscal associado.

Com base na performance obtida no primeiro semestre e nas perspetivas para o restante ano de 2014, o Conselho de Administração espera estar em condições de propor aos acionistas um dividendo mínimo de 0,435€ por ação, relativo aos resultados do ano de 2014, a pagar em 2015.



## Declaração de Conformidade

Para efeitos do disposto no artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria dos CTT abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas relativas ao primeiro semestre de 2014 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2014 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas, bem como os principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 29 de julho de 2014

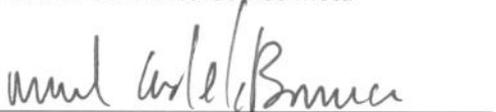
### O Conselho de Administração

  
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda

Presidente & CEO

  
António Sarmiento Gomes Mota

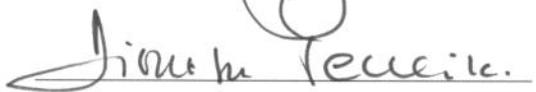
Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Presidente da Comissão de Auditoria

  
Manuel Cabral de Abreu Castelo Branco

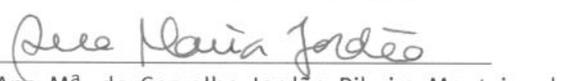
Vice-Presidente do Conselho de Administração  
Administrador Executivo

  
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

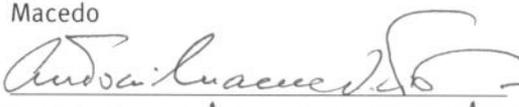
Administrador Executivo

  
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira

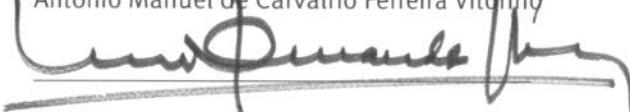
Administradora Executiva

  
Ana M.ª de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo

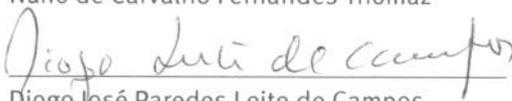
Administradora Executiva

  
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino

Administrador Não Executivo

  
Nuno de Carvalho Fernandes Thomaz

Administrador Não Executivo

  
Diogo José Paredes Leite de Campos

Administrador Não Executivo



## PARTE II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

### Contas consolidadas intercalares condensadas

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros

	NOTAS	Não auditado	
		30.06.2014	31.12.2013
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	213.878.400	225.364.429
Propriedades de investimento	6	21.071.602	21.761.886
Ativos intangíveis	5	12.525.900	13.049.308
Goodwill	8	24.297.705	25.083.869
Investimentos em associadas		475.018	710.723
Outros investimentos		1.106.812	130.829
Outros ativos não correntes		834.115	1.951.139
Ativos por impostos diferidos	18	102.351.984	103.645.256
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>376.541.536</b>	<b>391.697.439</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		5.931.916	5.993.971
Contas a receber		140.224.785	135.589.645
Diferimentos		4.772.327	4.875.139
Outros ativos correntes		71.153.953	17.102.436
Caixa e equivalentes de caixa		675.911.963	544.875.803
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>897.994.944</b>	<b>708.436.994</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.274.536.480</b>	<b>1.100.134.433</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital		75.000.000	75.000.000
Reservas	11	30.397.559	30.397.559
Resultados transitados	11	84.381.869	83.367.465
Outras variações no capital próprio	11	24.114.295	24.548.756
Resultado líquido do período atribuível a detentores capital do Grupo CTT		36.063.127	61.016.067
Interesses não controlados		(21.696)	1.604.372
<b>Total do capital próprio</b>		<b>249.935.154</b>	<b>275.934.219</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		2.531.391	3.282.126
Benefícios aos empregados	14	276.156.847	278.638.868
Provisões	15	37.036.280	38.501.835
Diferimentos		7.631.922	8.837.037
Passivos por impostos diferidos	18	5.301.925	5.481.878
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>328.658.365</b>	<b>334.741.744</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Contas a pagar	16	574.881.564	391.958.039
Benefícios aos empregados	14	19.863.101	19.904.186
Imposto a pagar		13.633.618	93.968
Financiamentos obtidos		4.644.838	3.716.557
Diferimentos		3.708.398	4.103.751
Outros passivos correntes		79.211.442	69.681.969
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>695.942.961</b>	<b>489.458.470</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.024.601.326</b>	<b>824.200.214</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1.274.536.480</b>	<b>1.100.134.433</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 30 DE JUNHO DE 2013

Euros

	NOTAS	Não auditado	
		30.06.2014	30.06.2013
<b>Rendimentos operacionais</b>		<b>356.503.303</b>	<b>350.616.708</b>
Vendas e serviços prestados		344.979.810	344.184.823
Outros rendimentos e ganhos operacionais		11.523.493	6.431.885
<b>Gastos operacionais</b>		<b>(301.567.678)</b>	<b>(303.075.290)</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(7.489.995)	(7.760.344)
Fornecimentos e serviços externos		(114.390.157)	(115.590.703)
Gastos com o pessoal	17	(161.578.611)	(155.714.135)
Imparidade de inventários e contas a receber (perdas/reversões)		(1.524.746)	(1.916.894)
Provisões (aumentos/reversões)		(1.550.581)	(3.520.424)
Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(10.734.067)	(13.445.462)
Outros gastos e perdas operacionais		(4.299.521)	(5.127.328)
<b>Resultado operacional</b>		<b>54.935.625</b>	<b>47.541.418</b>
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(3.167.300)</b>	<b>(1.318.781)</b>
Gastos e perdas financeiros		(5.981.673)	(6.009.535)
Rendimentos financeiros		2.511.280	4.690.754
Ganhos/perdas em associadas		303.093	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>51.768.325</b>	<b>46.222.637</b>
Imposto sobre o rendimento do período	18	(15.730.684)	(14.405.036)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>36.037.641</b>	<b>31.817.601</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital do Grupo CTT		36.063.127	31.643.489
Interesses não controlados		(25.486)	174.112
Resultado por ação da empresa mãe		0,24	0,21

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT- CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 30 JUNHO DE 2013

Euros

	NOTAS	Não auditado	
		30.06.2014	30.06.2013
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>36.037.641</b>	<b>31.817.601</b>
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	11	(1.663)	(21.521)
Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	14	(618.010)	-
Impostos Diferidos - Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	18	183.549	-
Outras alterações no capital próprio	11	(1.600.582)	49.408
<b>Outro rendimento integral do período líquido de impostos</b>		<b>(2.036.705)</b>	<b>27.887</b>
<b>Rendimento integral do período</b>		<b>34.000.936</b>	<b>31.845.488</b>
Atribuível a interesses não controlados		(1.626.068)	174.112
Atribuível ao acionista dos CTT		35.627.004	31.671.376

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Euros

NOTAS	Capital	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2013</b>	<b>87.325.000</b>	<b>28.628.508</b>	<b>33.079.577</b>	<b>87.105.292</b>	<b>35.735.268</b>	<b>1.607.508</b>	<b>273.481.153</b>
Redução de capital	(12.325.000)	12.325.000	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012	-	-	-	35.735.268	(35.735.268)	-	-
Distribuição de dividendos	-	(10.555.949)	-	(39.444.053)	-	(64.174)	(50.064.175)
	<b>(12.325.000)</b>	<b>1.769.051</b>	-	<b>(3.708.784)</b>	<b>(35.735.268)</b>	<b>(64.174)</b>	<b>(50.064.175)</b>
<b>Outros movimentos</b>	-	-	-	-	-	(28.181)	(28.181)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde	-	-	(8.530.821)	-	-	-	(8.530.821)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-	-	(29.043)	-	-	(29.043)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	61.016.067	89.218	61.105.285
Rendimento integral do período	-	-	(8.530.821)	(29.043)	61.016.067	61.038	52.517.241
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>75.000.000</b>	<b>30.397.559</b>	<b>24.548.756</b>	<b>83.367.465</b>	<b>61.016.067</b>	<b>1.604.372</b>	<b>275.934.219</b>
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2014</b>	<b>75.000.000</b>	<b>30.397.559</b>	<b>24.548.756</b>	<b>83.367.465</b>	<b>61.016.067</b>	<b>1.604.372</b>	<b>275.934.219</b>
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2013	-	-	-	61.016.067	(61.016.067)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(60.000.000)	-	-	(60.000.000)
	-	-	-	<b>1.016.067</b>	<b>(61.016.067)</b>	-	<b>(60.000.000)</b>
<b>Outros movimentos</b>	-	-	-	(1.663)	-	(6.482)	(8.145)
Alienação de participação	-	-	-	-	-	(1.594.100)	(1.594.100)
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde	-	-	(434.461)	-	-	-	(434.461)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	36.063.127	(25.486)	36.037.641
Rendimento integral do período	-	-	(434.461)	(1.663)	36.063.127	(1.626.068)	34.000.936
<b>Saldo em 30 de junho de 2014 (Não auditado)</b>	<b>75.000.000</b>	<b>30.397.559</b>	<b>24.114.295</b>	<b>84.381.869</b>	<b>36.063.127</b>	<b>(21.696)</b>	<b>249.935.154</b>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2014 E 30 JUNHO DE 2013

Euros

	NOTAS	Não auditado 30.06.2014	30.06.2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		329.512.504	302.354.354
Pagamentos a fornecedores		(117.965.818)	(117.207.713)
Pagamentos ao pessoal		(144.088.546)	(148.391.066)
		<u>67.458.140</u>	<u>36.755.575</u>
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.518.202)	(2.925.055)
Outros recebimentos/pagamentos		121.821.696	164.189.431
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>187.761.633</u>	<u>198.019.951</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		774.000	167.389
Investimentos financeiros		4.020.100	33.160
Juros e rendimentos similares		2.328.319	3.037.314
Dividendos		198.423	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.653.590)	(1.920.795)
Ativos intangíveis		(4.238)	(262.938)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>3.663.014</u>	<u>1.054.131</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.820.000	2.691.527
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.501.990)	(6.944.369)
Juros e gastos similares		(513.289)	(476.343)
Amortização de contratos de locação financeira		(496.287)	(499.485)
Dividendos	12	(60.000.000)	(37.500.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>(59.691.566)</u>	<u>(42.728.670)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>131.733.082</u>	<u>156.345.412</u>
Alteração perímetro consolidação		(696.922)	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>544.875.803</u>	<u>489.303.463</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>675.911.963</u>	<u>645.648.874</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E TESOURARIA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.**

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas  
(Montantes expressos em Euros)

**ÍNDICE**

1.	INTRODUÇÃO	68
1.1.	CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. (EMPRESA-MÃE)	68
1.2.	ATIVIDADE	69
2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	70
2.1.	BASES DE APRESENTAÇÃO	71
3.	RELATO POR SEGMENTOS	71
4.	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	75
5.	ATIVOS INTANGÍVEIS	77
6.	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	78
7.	EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	80
8.	GOODWILL	81
9.	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	83
10.	CAPITAL	84
11.	RESERVAS, AJUSTAMENTOS FINANCEIROS E RESULTADOS TRANSITADOS	86
12.	DIVIDENDOS	87
13.	RESULTADOS POR AÇÃO	88
14.	BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	88
15.	PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	94
16.	CONTAS A PAGAR	97
17.	GASTOS COM O PESSOAL	97
18.	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	99
19.	PARTES RELACIONADAS	102
20.	EVENTOS SUBSEQUENTES	103

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. CTT – Correios de Portugal, S.A. (empresa-mãe)

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, n.º 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de Novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de Janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de Maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros por ação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 30 de junho de 2014 a participação da Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., ascende a 31,503% do capital dos CTT.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

Estas demonstrações financeiras intercalares condensadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2014.

## 1.2. Atividade

Os CTT e as empresas suas subsidiárias (“Grupo CTT” ou “Grupo”): CTT - Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A., PostContacto – Correio Publicitário, Lda., PayShop (Portugal), S.A., CTT Gest - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A. e suas subsidiárias e a Tourline Express Mensajería, SLU e suas associadas têm como atividade principal assegurar o estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas, do serviço postal universal e a prestação de serviços financeiros, que incluem a transferência de fundos através de contas correntes e que podem vir a ser explorados por um operador financeiro ou entidade parabancária a constituir na dependência do Grupo. Fazem ainda parte das atividades prosseguidas as que sejam complementares, como a comercialização de bens ou de prestação de serviços por conta própria ou de terceiros, desde que convenientes ou compatíveis com a normal exploração da rede pública de Correios, designadamente a prestação de serviços da sociedade de informação, redes e serviços de comunicações eletrónicas, incluindo recursos e serviços conexos e um operador móvel virtual (MVNO) com a designação comercial “Phone-ix” suportado na rede da TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais, S. A..

A prestação do serviço postal é efetuada pelos CTT no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal celebrado em 1 de setembro de 2000 entre o Estado Português e os CTT. Para além dos serviços concessionados, os CTT podem prestar outros serviços postais, bem como desenvolver outras atividades, designadamente, as que permitam a rentabilização da rede do serviço universal, diretamente ou através de constituição ou participação em sociedades ou mediante outras formas de cooperação entre empresas. Dentro destas atividades salienta-se a prestação de serviços de interesse público ou de interesse geral mediante condições que vierem a ser acordadas com o Estado.

Na sequência das alterações introduzidas pela Diretiva 2008/6/CE de 20 de fevereiro de 2008 do Parlamento Europeu e do Conselho ao quadro regulamentar que rege a prestação de serviços postais, verificou-se em 2012 a sua transposição para a ordem jurídica nacional através da aprovação da Lei nº 17/2012, de 26 de abril (“nova Lei Postal”), com as alterações introduzidas em 2013 pelo Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, revogando a Lei nº 102/99, de 26 de julho.

A nova Lei Postal estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional.

Deste modo, a partir da entrada em vigor da nova Lei Postal, o mercado postal em Portugal foi totalmente aberto à concorrência, eliminando as áreas no âmbito do serviço universal que ainda se encontravam reservadas ao prestador dos serviço postal universal, os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”). No entanto, por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

De acordo com a nova Lei Postal o âmbito do serviço postal universal integra as seguintes prestações, de âmbito nacional e internacional:

- Um serviço postal de envios de correspondência, excluindo a publicidade endereçada, de livros, catálogos, jornais e outras publicações periódicas até 2 Kg de peso;
- Um serviço de encomendas postais até 10 Kg de peso, bem como a entrega no território nacional de encomendas postais recebidas de outros Estados-Membros da União Europeia com peso até 20Kg;
- Um serviço de envios registados e um serviço de envios com valor declarado.

Decorrente da nova Lei Postal, o Governo Português procedeu à revisão das bases da concessão, através da publicação do Decreto-Lei nº 160/2013, de 19 de novembro, na sequência da qual se efetuou em 31 de dezembro de 2013 a quarta alteração ao contrato de concessão do serviço postal universal.

Deste modo, o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e os CTT em 1 de setembro de 2000, posteriormente alterado em 1 de outubro de 2001, 9 de setembro de 2003, 26 de julho de 2006 e em 31 de dezembro de 2013, abrange:

- O serviço postal universal, como acima definido;
- Os serviços reservados: (i) o direito de colocar marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, (ii) a emissão e venda de selos postais com a menção “Portugal” e (iii) o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos;
- A prestação do serviço de ordens de pagamento especiais que permite efetuar a transferência de fundos por via eletrónica e física, no âmbito nacional e internacional, designado por serviço de vales postais, a título exclusivo;
- Serviço de Caixa Postal Eletrónica, a título não exclusivo.

Como empresa concessionária do serviço postal universal, os CTT mantêm-se como prestador de serviço postal universal até 2020, assegurando a exclusividade das atividades e serviços reservados mencionados.

Uma vez finda a concessão, caso não seja novamente atribuída, os CTT poderão prestar, a par dos restantes operadores, todos os serviços postais que entenderem, em regime de livre concorrência, de acordo com a sua política estratégico-comercial, à exceção dos serviços que forem concessionados em regime de exclusivo.

Em súpula, face ao enquadramento legal e regulamentar vigente, entendem os CTT que não existem fundamentos para introduzir qualquer alteração relevante nas políticas contabilísticas do Grupo.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2013.

## 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS / IFRS”), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2014, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

## 3. RELATO POR SEGMENTOS

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

Refere-se que em 2014 o segmento das Soluções Empresariais, existente em 2013, foi integrado no segmento Correio.

Com a alienação no primeiro semestre de 2014 da participação de 51%, detida pelos CTT SA na empresa EAD, o segmento Correio não tem refletido esta empresa nos dados de 2014.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correio – CTT SA (sem serviços financeiros), rede de lojas, soluções empresariais e áreas corporativas e de suporte, incluindo a PostContacto, o Grupo Mailtec e a CTT Gest (EAD incluída no primeiro trimestre de 2013);
- Expresso & Encomendas – inclui a CTT Expresso, a Tourline e a CORRE;
- Serviços Financeiros – PayShop e serviços financeiros dos CTT SA.

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal e de Soluções Empresariais, coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros.

Além dos três segmentos acima referidos, existem dois canais de venda, transversais a todos os negócios e produtos, a Rede de Lojas e os Grandes Clientes. A Rede de Lojas, estando associada às obrigações no âmbito da concessão do serviço postal universal, encontra-se, para efeitos desta análise, incorporada no segmento Correio, integrando os rendimentos internos relacionados com a sua prestação de serviços a outros segmentos, assim como a venda de produtos e serviços de terceiros realizados na sua rede.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração da posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que

compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT SA possui ativos em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus proveitos e custos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT SA, sendo os rendimentos apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência definidos internamente.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT SA são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são repartidos pelos segmentos Correio e Serviços Financeiros em função do número médio de pessoal ao serviço dos CTT SA afeto a cada um destes segmentos.

Com a imputação da globalidade dos custos, o resultado antes de depreciações, provisões, imparidades, resultados financeiros e impostos por segmento, no primeiro semestre de 2014 e 2013 é o seguinte:

30.06.2014							
Euros	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações Intragrupo	Outros não alocados	Total
Rendimentos operacionais	268.099.137	62.699.491	38.421.206	56.041.038	(68.757.570)		356.503.303
Vendas e prestação de serviços	251.497.423	61.829.304	33.877.384	-	(2.224.301)		344.979.810
Vendas	9.591.921	537.433	-	-	(2.352)		10.127.001
Prestação de serviços	241.905.502	61.291.871	33.877.384	-	(2.221.949)		334.852.809
Rendimentos operacionais a clientes externos	8.034.151	870.187	4.503.876	11.105.377	(12.990.099)		11.523.493
Prestações internas de serviços	8.567.563	-	39.946	34.904.598	(43.512.106)		-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	10.031.063	(10.031.063)		-
Gastos operacionais	223.991.968	60.232.673	16.250.175	56.041.038	(68.757.570)		287.758.284
Fornecimentos e serviços externos	50.491.356	47.374.310	5.407.088	26.322.256	(15.204.853)		114.390.157
Gastos com pessoal	120.836.668	11.976.947	1.681.470	27.083.527	-		161.578.611
Outros gastos	8.633.672	881.416	190.942	2.093.033	(9.548)		11.789.516
Prestações internas de serviços	34.075.124	-	8.894.761	542.222	(43.512.106)		(0)
Afetação estrutura central CTT	9.955.148	-	75.915	-	(10.031.063)		-
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>44.107.169</b>	<b>2.466.818</b>	<b>22.171.031</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		<b>68.745.019</b>
Depreciações/amortizações e imparidade dos investimentos	7.555.430	1.131.252	280.529	1.383.409		383.447	(10.734.067)
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas							(1.524.746)
Imparidade de ativos não depreciáveis							-
Provisões líquidas							(1.550.581)
Gastos financeiros							(5.981.673)
Rendimentos financeiros							2.511.280
Ganhos/perdas em entidades associadas							303.093
<b>Resultado antes de imposto</b>							<b>51.768.325</b>
Imposto sobre o rendimento							(15.730.684)
<b>Resultado líquido</b>							<b>36.037.641</b>
Interesses não controlados							(25.486)
<b>Resultado líquido atribuível aos detentores de capital</b>							<b>36.063.127</b>

<sup>(1)</sup> Resultados operacionais + depreciações/ amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade

Euros	30.06.2013						Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Eliminações intragrupo	Outros Não alocados	
Rendimentos operacionais	273.292.650	63.310.652	29.317.988	46.073.139	(61.377.721)	-	350.616.708
Vendas e prestação de serviços	255.991.931	62.643.296	27.709.884	-	(2.160.287)	-	344.184.823
Vendas	9.324.341	669.515	-	-	(16.256)	-	9.977.600
Prestação de serviços	246.667.590	61.973.781	27.709.884	-	(2.144.031)	-	334.207.223
Rendimentos operacionais a clientes externos	8.425.006	667.356	1.606.906	7.000.429	(11.267.812)	-	6.431.885
Prestações internas de serviços	8.875.713	-	1.198	35.774.769	(44.651.680)	-	-
Afetação estrutura central CTT	-	-	-	3.297.941	(3.297.941)	-	-
Gastos operacionais	224.369.687	58.873.699	16.253.706	46.073.139	(61.377.721)	-	284.192.510
Fornecimentos e serviços externos	53.696.949	45.877.896	4.979.913	24.327.561	(13.291.616)	-	115.590.703
Gastos com pessoal	122.440.244	11.893.847	1.542.395	19.837.648	-	-	155.714.135
Outros gastos	10.236.611	1.101.956	168.121	1.517.468	(136.484)	-	12.887.672
Prestações internas de serviços	34.723.579	-	9.537.639	390.462	(44.651.680)	-	0
Afetação estrutura central CTT	3.272.303	-	25.638	-	(3.297.941)	-	-
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>48.922.963</b>	<b>4.436.953</b>	<b>13.064.282</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>66.424.198</b>
Depreciações/amortizações e imparidade dos investimentos	8.305.023	1.690.072	354.670	2.063.771	-	1.031.925	(13.445.462)
Imparidade de inventários e contas a receber líquidas	-	-	-	-	-	-	(1.916.894)
Imparidade de ativos não depreciables	-	-	-	-	-	-	-
Provisões líquidas	-	-	-	-	-	-	(3.520.424)
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	(6.009.535)
Rendimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	4.690.754
Ganhos/perdas em entidades associadas	-	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado antes de imposto</b>							<b>46.222.637</b>
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-	-	-	(14.405.036)
<b>Resultado líquido</b>							<b>31.817.600</b>
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	174.112
<b>Resultado líquido atribuível aos detentores de capital</b>							<b>31.643.489</b>

<sup>(1)</sup> Resultados operacionais + depreciações/ amortizações + variação líquida de provisões e perdas por imparidade

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	30.06.2014	30.06.2013
Correio	268.099	273.293
Correio Transaccional	205.345	204.808
Correio Editorial	7.477	7.515
Encomendas (SU)	3.369	3.382
Correio publicitário	15.102	17.236
Produtos e Serviços de Retalho	7.872	8.414
Filatelia	3.592	3.113
Soluções empresariais	6.154	8.266
Outros	19.187	20.558
Expresso & encomendas	62.699	63.311
Serviços Financeiros	38.421	29.318
Estrutura Central CTT	56.041	46.073
Eliminações intragrupo	(68.758)	(61.378)
	<b>356.503</b>	<b>350.617</b>

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos	30.06.2014					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	2.507.273	3.188.759	192.891	3.740.666	2.896.312	12.525.900
Ativos fixos tangíveis	182.576.963	11.438.882	834.929	16.877.810	2.149.816	213.878.400
Propriedades de investimento					21.071.602	21.071.602
Goodwill	7.299.356	16.592.248	406.101			24.297.705
Ativos por impostos diferidos					102.351.984	102.351.984
Contas a receber					140.224.785	140.224.785
Outros ativos					84.274.141	84.274.141
Caixa e equivalentes de caixa					675.911.963	675.911.963
	<b>192.383.592</b>	<b>31.219.888</b>	<b>1.433.920</b>	<b>20.618.476</b>	<b>1.028.880.602</b>	<b>1.274.536.480</b>

Ativos	31.12.2013					Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	Ativos não alocados	
Ativos intangíveis	3.054.729	3.347.318	255.217	3.983.456	2.408.587	13.049.308
Ativos fixos tangíveis	194.124.953	12.076.231	847.969	16.621.726	1.693.549	225.364.429
Propriedades de investimento					21.761.886	21.761.886
Goodwill	8.085.520	16.592.248	406.101			25.083.869
Ativos por impostos diferidos					103.645.256	103.645.256
Contas a receber					135.589.645	135.589.645
Outros ativos					30.764.237	30.764.237
Caixa e equivalentes de caixa					544.875.803	544.875.803
	<b>205.265.201</b>	<b>32.015.798</b>	<b>1.509.287</b>	<b>20.605.183</b>	<b>840.738.964</b>	<b>1.100.134.433</b>

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

Outra informação	30.06.2014				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	
<b>Financiamentos não correntes</b>	<b>1.553.442</b>	<b>977.949</b>	-	-	<b>2.531.391</b>
Financiamentos bancários					0
Loações	1.553.442	977.949			2.531.391
<b>Financiamentos correntes</b>	<b>323.309</b>	<b>4.321.530</b>	-	-	<b>4.644.839</b>
Financiamentos bancários	-	3.816.354			3.816.354
Loações	323.309	505.176			828.485
	<b>1.876.752</b>	<b>5.299.478</b>	-	-	<b>7.176.230</b>

Outra informação	31.12.2013				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros	Estrutura Central CTT	
<b>Financiamentos não correntes</b>	<b>2.047.077</b>	<b>1.235.049</b>	-	-	<b>3.282.126</b>
Financiamentos bancários					
Loações	2.047.077	1.235.049			3.282.126
<b>Financiamentos correntes</b>	<b>729.676</b>	<b>2.986.881</b>	-	-	<b>3.716.557</b>
Financiamentos bancários	1.990	2.478.647			2.480.637
Loações	727.686	508.233			1.235.919
	<b>2.776.753</b>	<b>4.221.930</b>	-	-	<b>6.998.683</b>



Em 30 junho de 2014, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções” incluem 5.095.002 Euros (5.205.814 Euros em 31 dezembro de 2013) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com a PT Comunicações, S.A..

No período findo em 30 junho de 2014, a rubrica alteração do perímetro de consolidação diz respeito aos saldos da empresa EAD que foi alienada no 1º semestre de 2014.

Em resultado da alteração ao contrato de concessão ocorrida em 26 de julho de 2006, no termo da concessão reverterem, gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios públicos e privado do Estado, sendo que, antes desta alteração, reverteriam para o Estado todos os bens afetos à concessão. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, não estando portanto integrada no domínio público, reverterá para a posse do Estado apenas os bens que pertençam ao Estado, pelo que no fim da concessão o Grupo CTT continuará na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração, suportado nos seus assessores jurídicos, entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

**Edifícios e outras construções:**

Os movimentos associados às aquisições e alienações dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT, CTT Expresso e Tourline.

**Equipamento básico:**

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente a aquisições de motas e atrelados num valor aproximado de 320 mil Euros, *upgrade* sistema de etiquetagem das máquinas Top no valor aproximado de 54 mil Euros, aquisição de terminais de pagamento, pela PayShop, num valor total de 180 mil Euros.

O valor constante na rubrica regularizações diz respeito à reclassificação efetuada na CORRE, por contrapartida das restantes rubrica de Ativos Fixos tangíveis.

**Ativos fixos tangíveis em curso:**

Os valores constantes nesta rúbrica dizem respeito a obras de melhoria em imóveis próprios.

Os elevados montantes verificados na rubrica de abates, com particular destaque nas classes de Equipamento básico e Equipamento administrativo, devem-se fundamentalmente ao abate efetuado nos CTT, de bens que se encontravam totalmente depreciados e cuja data de aquisição ocorreu até ao exercício de 2008.

As depreciações contabilizadas no montante de 8.873.419 Euros (10.029.528 Euros em 30 de junho de 2013) foram registadas na rubrica de “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos fixos tangíveis são como segue:

### Equipamento Básico

Os compromissos relativos a ativos fixos tangíveis respeitam à aquisição de desenvolvimentos para equipamentos de tratamento no valor de 397 mil Euros, de melhorias no sistema OCR (“*Optical code Reading*”) no montante de 210 mil Euros, de furgões ligeiros de mercadorias no valor de 64,9 mil Euros, de viaturas ligeiras elétricas (67 mil Euros), de sistema de sequenciamento por CP7 (código postal a 7 dígitos) nas máquinas MARS (44,3 mil Euros), de contentores internos para cassetes no valor de 41,8 mil Euros e de computadores portáteis e docking stations no valor de 55,1 mil Euros.

## 5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	30.06.2014						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
<b>Ativos intangíveis</b>							
Saldo inicial	4.372.922	36.540.593	11.718.920	444.739	2.672.064	-	55.749.238
Aquisições	-	137.380	-	-	825.312	-	962.692
Transferências e abates	-	1.376.398	-	-	(302.057)	-	1.074.342
Regularizações	-	-	1.618	-	-	-	1.618
Alteração perímetro consolidação	-	(316.797)	(60.846)	-	-	-	(377.643)
Saldo final	<u>4.372.922</u>	<u>37.737.574</u>	<u>11.659.692</u>	<u>444.739</u>	<u>3.195.320</u>	-	<u>57.410.246</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Saldo inicial	4.350.799	30.479.661	7.472.614	396.856	-	-	42.699.930
Amortizações do período	4.824	1.261.273	194.714	16.391	-	-	1.477.201
Transferências e abates	(19.682)	1.094.024	-	-	-	-	1.074.342
Alteração perímetro consolidação	-	(316.797)	(50.330)	-	-	-	(367.127)
Saldo final	<u>4.335.941</u>	<u>32.518.161</u>	<u>7.616.998</u>	<u>413.247</u>	-	-	<u>44.884.346</u>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<u>36.981</u>	<u>5.219.414</u>	<u>4.042.694</u>	<u>31.492</u>	<u>3.195.320</u>	-	<u>12.525.900</u>
	31.12.2013						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta de investimentos	Total
<b>Ativos intangíveis</b>							
Saldo inicial	4.325.692	33.546.260	11.687.619	-	2.925.511	22.366	52.507.448
Aquisições	47.230	961.720	10.554	-	2.027.086	-	3.046.590
Transferências e abates	-	2.032.613	(28.086)	-	(2.356.239)	(22.366)	(374.078)
Regularizações	-	-	-	444.739	75.706	-	520.445
Outras variações	-	-	48.833	-	-	-	48.833
Saldo final	<u>4.372.922</u>	<u>36.540.593</u>	<u>11.718.920</u>	<u>444.739,00</u>	<u>2.672.064</u>	-	<u>55.749.238</u>
<b>Amortizações acumuladas</b>							
Saldo inicial	4.325.692	26.795.624	7.031.072	-	-	-	38.152.388
Amortizações do período	25.107	3.684.037	440.712	396.856	-	-	4.546.712
Outras variações	-	-	830	-	-	-	830
Saldo final	<u>4.350.799</u>	<u>30.479.661</u>	<u>7.472.614</u>	<u>396.856</u>	-	-	<u>42.699.930</u>
<b>Ativos intangíveis líquidos</b>	<u>22.123</u>	<u>6.060.932</u>	<u>4.246.306</u>	<u>47.883</u>	<u>2.672.064</u>	-	<u>13.049.308</u>

Na rubrica Propriedade Industrial encontra-se registada a licença da marca “PayShop Internacional” propriedade da CTT Gest, no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra em amortização uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

Na rubrica Programas de Computador, o valor relativo às transferências e abates, diz na sua maior parte respeito, à reclassificação nos CTT, de um valor de 1.133.699 Euros relativo ao *software HR Access* que anteriormente se encontrava em Equipamento Administrativo.

As transferências ocorridas no período findo em 30 de junho de 2014 de ativos intangíveis em curso para Programas de Computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do 1º semestre do corrente exercício.

Foram capitalizados em Programas de Computador e em Ativos Intangíveis em Curso, os montantes de 168.031 Euros e 126.411 Euros, respetivamente em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, que dizem respeito à participação de recursos internos no desenvolvimento de projetos de informática.

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2014 referem-se a projetos de informática que se encontram em desenvolvimento sendo os mais significativos os seguintes:

	<u>30.06.2014</u>
Nova aplicação gestão de recursos humanos	846.120
Certificação de faturas	375.676
Informação de gestão	273.314
Sales force automation	170.936
Arquivos SAP	115.982
Processo de gestão de faturas	110.604
Evolução produtos correio	97.258
Base Dados clientes ocasionais	96.534
Controlo operacional segurança	90.633
Geo 10 (sistema de georeferenciação)	84.904
Sistema gestão tesouraria	84.216
Tratamento automatico de endereços	69.006
	<u><u>2.415.183</u></u>

As amortizações do período, no montante de 1.477.201 Euros, (2.384.009 Euros em 30 de junho de 2013) foram registadas na rubrica “Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis são como segue:

#### Programas de Computador

Os compromissos de compra referem-se a desenvolvimentos de *software* para as direções de Contencioso e Assessoria Jurídica no montante de 30,1 mil Euros e à aquisição de licenças PrintNet para o Grupo Mailtec no montante de 14,3 mil Euros.

## 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	30.06.2014		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
<b>Propriedades de investimento</b>			
Saldo inicial	7.237.214	42.551.163	49.788.377
Alienações	(13.009)	(820.374)	(833.383)
Saldo final	<u>7.224.205</u>	<u>41.730.789</u>	<u>48.954.994</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo inicial	273.950	26.146.036	26.419.986
Depreciações do período	-	383.447	383.447
Alienações	(1.251)	(525.296)	(526.546)
Saldo final	<u>272.700</u>	<u>26.004.187</u>	<u>26.276.887</u>
<b>Perdas Imparidades Acumuladas</b>			
Saldo inicial	-	1.606.505	1.606.505
Perdas por imparidade	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>1.606.505</u>	<u>1.606.505</u>
<b>Propriedades de investimento líquidas</b>	<u>6.951.506</u>	<u>14.120.097</u>	<u>21.071.602</u>
	31.12.2013		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
<b>Propriedades de investimento</b>			
Saldo inicial	1.334.499	65.653	1.400.152
Outras variações	5.902.715	42.485.510	48.388.225
Saldo final	<u>7.237.214</u>	<u>42.551.163</u>	<u>49.788.377</u>
<b>Depreciações acumuladas</b>			
Saldo inicial	-	31.209	31.209
Depreciações do período	-	782.537	782.537
Outras variações	273.950	25.332.290	25.606.240
Saldo final	<u>273.950</u>	<u>26.146.036</u>	<u>26.419.986</u>
<b>Perdas Imparidades Acumuladas</b>			
Saldo inicial	-	-	-
Perdas por imparidade	-	1.104.392	1.104.392
Outras variações	-	502.113	502.113
Saldo final	<u>-</u>	<u>1.606.505</u>	<u>1.606.505</u>
<b>Propriedades de investimento líquidas</b>	<u>6.963.264</u>	<u>14.798.622</u>	<u>21.761.886</u>

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, nem têm uso futuro determinado.

O valor de mercado destes ativos fixos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2013 efetuadas por entidades independentes, ascende a 29.374.185 Euros.

No período findo em 30 de junho de 2013 o valor da imparidade registada foi de 1.031.268 Euros.

As depreciações do período, no montante de 383.447 Euros, (657 Euros em 30 de junho de 2013) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

## 7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

### Empresas subsidiárias

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias nas quais se detém a maioria dos direitos de voto (controlo):

Denominação social	Sede	30.06.2014			31.12.2013		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
<b>Empresa - mãe:</b>							
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
<b>Subsidiárias:</b>							
PostContacto - Correio Publicitário, Lda. ("PostContacto")	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	100	-	100	95	5	100
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Lugar do Quintanilho 2664-500 São Julião do Tojal	100	-	100	100	-	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Av. D. João II lote 01.12.03 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
CTT GEST - Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. ("CTT Gest")	Rua de S. José, 20 1166-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Mailtec Holding, SGPS, S.A. ("Mailtec SGPS")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	100	-	100	100	-	100
Mailtec Comunicação, S.A. (1) ("Mailtec TI")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	17,7	82,3	100	17,7	82,3	100
Mailtec Consultoria, S.A. (2) ("Mailtec CON")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	10	90	100	10	90	100
Mailtec Processos, Lda. (3) ("EQUIP")	Estrada Casal do Canas, Edifício Mailtec, 2720-092 Amadora	-	100	100	-	100	100
Tourline Express Mensajería, SLU. ("TourLine")	Calle Pedrosa C, 38-40 Hospitalet de Llobregat (08908)- Barcelona	-	100	100	100	-	100
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A. (4) ("EAD")	Parque Industrial Mata Lobos, Lote 2 Apartado 151 2950- 901Palmela	-	-	-	51	-	51
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Av. Zedequias Manganhela, 309 Maputo - Moçambique	50	-	50	50	-	50

(1) Designação anterior - Mailtec -Tecnologias de Informação, S.A.

(2) Designação anterior - DSTS - Desenvolvimento e Integração de Tecnologia, S.A.

(3) Designação anterior - Equipreste - Sociedade Técnica de Serviços, Lda.

(4) A participação detida na subsidiária EAD foi vendida em 30.04.2014

Relativamente à empresa associada “CORRE” e em virtude de o Grupo exercer o controlo a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

No período findo em 30 de junho de 2014 foi alienada a participação na subsidiária Tourline Express Mensajería, SLU, detida pela casa-mãe, à subsidiária CTT Expresso, SA. Esta alienação foi efetivada pelo valor líquido contabilístico.

Foi igualmente registada a alienação da participação de 5% detida pela CTT Expresso, SA na PostContacto, Lda à empresa-mãe CTT- Correios de Portugal,SA, passando esta a deter diretamente 100% do capital da PostContacto, Lda. A operação concretizou-se pelo valor líquido contabilístico.

Nenhuma destas transações teve qualquer impacto ao nível do perímetro de consolidação.

### Acordos conjuntos

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os CTT detinham os seguintes acordos conjuntos:

Denominação social	Sede	30.06.2014			31.12.2013		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Ti-Post Prestação de Serviços informáticos, ACE ("Ti-Post")	R. do Mar da China, Lote 1.07.2.3 Lisboa	49	-	49	49	-	49
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infra-Estruturas de Comunicações, ACE	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Estrada Casal do Canas Amadora	-	51	51	-	51	51

### Associadas

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os CTT detêm as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	30.06.2014			31.12.2013		
		Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
		Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A. ("Multicert")	R. do Centro Cultural, 2 Lisboa	20	-	20	20	-	20
Payshop Moçambique, S.A. (a)	R. da Sé, 114-4º. Maputo - Moçambique	-	35	35	-	35	35
Mafelosa, SL (b)	Castellon Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL (b)	Málaga Espanha	-	30	30	-	30	30

(a) Empresa participada pela Payshop Portugal, S.A.

(b) Empresa participada pela Tourline Mensajería S.A.

### Alterações no perímetro de consolidação

No período findo em 30 de junho de 2014, o perímetro de consolidação foi alterado decorrente da alienação da participação na subsidiária EAD.

Decorrente desta alienação foi registada uma mais-valia no montante de 256.383 Euros na rubrica "Ganhos/perdas em associadas" na demonstração consolidada dos resultados.

## 8. GOODWILL

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição do Goodwill era a seguinte:

	Ano da Aquisição	30.06.2014	31.12.2013
Mailtec Holding SGPS, S.A. (51%)	2004	582.970	582.970
Mailtec Consultoria, S.A.	2004	4.718	4.718
Mailtec Comunicação, S.A. (51%)	2004	69.767	69.767
Payshop Portugal, S.A.	2004	406.101	406.101
Mailtec Holding SGPS, S.A. (49%)	2005	6.641.901	6.641.901
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	16.592.248	16.592.248
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	-	786.164
		<u>24.297.705</u>	<u>25.083.869</u>

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos em Goodwill foram os seguintes:

	30.06.2014	31.12.2013
Saldo início período	25.083.869	25.528.608
Regularizações	-	(444.739)
Alienações	(786.164)	-
Saldo final período	<u>24.297.705</u>	<u>25.083.869</u>

No período findo em 30 de junho de 2014, em resultado da alienação da participação na empresa EAD, o correspondente *goodwill*, no valor de 786.164 Euros, foi eliminado.

As regularizações, efetuadas no período findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de 444.739 Euros, correspondem à reclassificação para Ativos intangíveis dos “*Fondos de Comércio*” da Tourline.

#### Análise da Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do goodwill é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Por forma a determinar o valor recuperável dos investimentos efetuados, o Grupo CTT realizou, com efeitos a 31 de dezembro de 2013 teste de imparidade, não tendo identificado qualquer imparidade.

No período findo em 30 de junho de 2014 não tendo sido identificados indicadores de imparidade não foram realizados novos testes.

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as perdas por imparidade registadas foram as seguintes:

Entidade	Ano da aquisição	30.06.2014			
		Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Payshop Moçambique, S.A. (a)	2008	235.946	-	235.946	-
		<u>235.946</u>	<u>-</u>	<u>235.946</u>	<u>-</u>

Entidade	Ano da aquisição	31.12.2013			
		Montante inicial	Perdas por imparidade do período	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada
Tourline Express Mensajería, SLU	2005	20.671.985	-	4.079.737	16.592.248
EAD - Empresa de Arquivo de Documentação, S.A.	2006	1.082.015	-	295.851	786.164
Payshop Moçambique, S.A. (a)	2008	235.946	-	235.946	-
		<u>21.989.946</u>	<u>-</u>	<u>4.611.534</u>	<u>17.378.412</u>

(a) Detida pela empresa do Grupo PayShop Portugal, subsidiária do Grupo CTT

## 9. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

	30.06.2014					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações/ Transferências	Alteração do perímetro consolidação	Saldo final
<b>Outros ativos não correntes</b>						
Outras contas a receber	1.296.044	188.399	-	-	-	1.484.443
Empréstimo INESC	1.397.613	-	(1.000.852)	-	-	396.761
	<u>2.693.657</u>	<u>188.399</u>	<u>(1.000.852)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.881.204</u>
<b>Clientes e Outros ativos correntes</b>						
Clientes	24.361.985	2.048.646	(415.893)	1.022	(66.375)	25.929.385
Outras contas a receber	9.098.933	1.236.029	(668.742)	-	-	9.666.220
Empréstimo INESC	49.740	-	-	-	-	49.740
	<u>33.510.658</u>	<u>3.284.675</u>	<u>(1.084.635)</u>	<u>1.022</u>	<u>(66.375)</u>	<u>35.645.345</u>
<b>Inventários</b>						
Mercadorias	1.812.893	37.736	(4.967)	-	-	1.845.662
Matérias-Primas, subs. e de consumo	685.925	104.390	-	-	-	790.315
	<u>2.498.818</u>	<u>142.126</u>	<u>(4.967)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.635.977</u>
	<u>38.703.133</u>	<u>3.615.200</u>	<u>(2.090.454)</u>	<u>1.022</u>	<u>(66.375)</u>	<u>40.162.526</u>

	31.12.2013					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
<b>Outros ativos não correntes</b>						
Outras contas a receber	1.123.171	172.873	-	-	-	1.296.044
Empréstimo INESC	1.455.643	-	(58.030)	-	-	1.397.613
	<u>2.578.814</u>	<u>172.873</u>	<u>(58.030)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.693.657</u>
<b>Clientes e Outros ativos correntes</b>						
Clientes	22.313.026	4.413.997	(1.505.980)	(859.058)	-	24.361.985
Outras contas a receber	8.924.866	730.691	(147.512)	(84.410)	(324.702)	9.098.933
Empréstimo INESC	49.740	-	-	-	-	49.740
	<u>31.287.632</u>	<u>5.144.688</u>	<u>(1.653.492)</u>	<u>(943.468)</u>	<u>(324.702)</u>	<u>33.510.658</u>
<b>Inventários</b>						
Mercadorias	1.903.511	4.906	(95.524)	-	-	1.812.893
Matérias-Primas, subs. e de consumo	715.248	28.623	(13.846)	(44.100)	-	685.925
	<u>2.618.759</u>	<u>33.529</u>	<u>(109.370)</u>	<u>(44.100)</u>	<u>-</u>	<u>2.498.818</u>
	<u>36.485.205</u>	<u>5.351.090</u>	<u>(1.820.892)</u>	<u>(987.568)</u>	<u>(324.702)</u>	<u>38.703.133</u>

As perdas por imparidade relacionadas com ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e goodwill, encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 4, 6 e 8.

## 10. CAPITAL

Em 30 de junho de 2014 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em Assembleia Geral realizada em 30 de outubro de 2013, o capital social dos CTT foi reduzido de 87.325.000 Euros para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros por ação. O montante de 12.325.000 Euros referente à redução do capital social foi transferido para “Reservas livres” (Nota 11).

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, resumem-se como segue:

Acionista	30.06.2014		
	Nº ações	%	Valor nominal
Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA <sup>(1)</sup>	47.253.834	31,503%	23.626.917
Pioneer Asset Management, S.A. <sup>(2)</sup>	3.128.282	2,086%	1.564.141
Standard Life Investments LTD <sup>(3)</sup>	3.071.878	2,048%	1.535.939
BlackRock, Inc. <sup>(4)</sup>	3.059.021	2,039%	1.529.511
JP Morgan Asset Management (UK) Limited <sup>(5)</sup>	3.023.319	2,016%	1.511.660
Restantes acionistas	90.463.666	60,309%	45.231.833
<b>Total</b>	<b>150.000.000</b>	<b>100,000%</b>	<b>75.000.000</b>

- (1) Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.
- (2) Participação de vários fundos geridos indiretamente pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é detida pela UniCredit S.p.A..
- (3) Ações atribuíveis a Vidacos Nominees.
- (4) Participação de várias empresas controladas pela BlackRock, Inc.
- (5) A JP Morgan Asset Management (UK) Limited é uma subsidiária da JP Morgan Asset Management Holdings Inc.

Acionista	31.12.2013		
	Nº ações	%	Valor nominal
Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA <sup>(1)</sup>	45.000.000	30,000%	22.500.000
Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA <sup>(2)</sup>	9.545.455	6,364%	4.772.728
Total <sup>(3)</sup>	54.545.455	36,364%	27.272.728
Goldman Sachs International <sup>(4)</sup>	7.496.479	4,998%	3.748.240
Deutsche Bank AG London <sup>(5)</sup>	3.063.798	2,043%	1.531.899
Restantes acionistas <sup>(6)</sup>	84.894.268	56,596%	42.447.134
<b>Total</b>	<b>150.000.000</b>	<b>100,000%</b>	<b>75.000.000</b>

- (1) Ações detidas pela Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.
- (2) Ações imputadas à Parpública-Participações Públicas (SGPS), S.A. em conformidade com a sua opção de compra (*call option*) sobre os tomadores firmes (*Underwriters*), representados para o efeito pelo Agente de Estabilização (*Stabilisation Manager*), no âmbito do contrato de venda direta institucional (*Institutional Underwriting Agreement*) celebrado com os tomadores firmes no processo de privatização dos CTT. No âmbito deste contrato os tomadores firmes detinham também uma opção de venda (*put option*) sobre a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A.. As operações de estabilização da ação ficaram concluídas em 3 de janeiro de 2014, tendo os tomadores firmes exercido a opção de venda de 2.253.834 ações, do conjunto das 9.545.455 ações, correspondentes a 1,5% do capital social dos CTT.
- (3) Participação total da Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. a 31 de dezembro de 2013, que por sua vez é detida na sua totalidade pelo Estado Português. A partir de 3 de janeiro de 2014 a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. passou a deter 47.253.834 ações, i.e., 31,5% do capital social dos CTT.
- (4) Ações detidas pelo *Goldman Sachs International*, controlado pelo *Goldman Sachs Holding (U.K.)*, que por sua vez é controlado pelo *Goldman Sachs Group Holdings (U.K.) Limited*, controlado pelo *Goldman Sachs Group UK Limited*, controlado pelo *Goldman Sachs (UK) L.L.C.*, que por sua vez é controlado pelo *The Goldman Sachs Group, Inc.*
- (5) Ações detidas pelo *Deutsche Bank AG London* que é uma sucursal do *Deutsche Bank AG*.
- (6) Inclui 2.064.660 ações detidas pelos trabalhadores dos CTT que, de acordo com as condições da oferta reservada a trabalhadores no âmbito da privatização dos CTT, se encontram indisponíveis até 5 de março de 2014.

## 11. RESERVAS, AJUSTAMENTOS FINANCEIROS E RESULTADOS TRANSITADOS

### Reservas

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

	30.06.2014	31.12.2013
Reservas legais	18.072.559	18.072.559
Outras reservas	12.325.000	12.325.000
	<b>30.397.559</b>	<b>30.397.559</b>

### Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta

reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

#### Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Em 2013 o montante de 10.555.949 Euros foi utilizado integralmente para pagamento do dividendo extraordinário (Nota 12).

O saldo de “Outras reservas” em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, 12.325.000 Euros, corresponde ao montante da redução do capital social e que foi transferido para esta rubrica (Nota 10).

#### Resultados Transitados

No período findo em 30 de junho de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Saldo inicial	83.367.465	87.105.292
Aplicação do resultado líquido do período anterior	61.016.067	35.735.268
Distribuição de dividendos (Nota 12)	(60.000.000)	(39.444.051)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	-	(29.043)
Outros movimentos	(1.663)	-
Saldo final	<u>84.381.869</u>	<u>83.367.465</u>

#### Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta rubrica (Nota 14).

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Saldo inicial	24.548.756	33.079.577
Ganhos /perdas atuariais - Saúde	(618.010)	(11.680.870)
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais - Saúde	183.549	3.150.049
Saldo final	<u>24.114.295</u>	<u>24.548.756</u>

## 12. DIVIDENDOS

Na Assembleia-Geral realizada em 5 de maio de 2014, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 0,40 Euros por ação (tendo por base as 150.000.000 ações existentes a 31.12.2013)

referente ao período de 31 de dezembro de 2013, tendo sido pago o dividendo total de 60.000.000 Euros em maio de 2014.

Na Assembleia-Geral realizada em 30 de maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de cerca de 2,20 Euros por ação (tendo por base as 17.500.000 ações existentes a 31.12.2012) referente ao período de 31 de dezembro de 2012, tendo sido pago o dividendo total de 38.554.129 Euros, que foi sujeito a uma retenção na fonte de 25% no mês de junho de 2013. Foi igualmente decidido o pagamento de um dividendo extraordinário no montante de 11.445.871 Euros (0,65 Euros por ação), tendo sido também sujeito a retenção na fonte de 25% em junho de 2013.

Para o dividendo extraordinário foram utilizadas “Outras reservas” no montante de 10.555.949 Euros e “Resultados transitados” no montante de 889.922 Euros.

### 13. RESULTADOS POR AÇÃO

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, os resultados por ação foram calculados como segue:

	<u>30.06.2014</u>	<u>30.06.2013</u>
Resultado líquido do período atribuível a detentores de capital do Grupo CTT	36.063.127	31.643.489
Nº médio de ações ordinárias	150.000.000	150.000.000
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,24	0,21
Diluído	0,24	0,21

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital.

Em 30 de outubro de 2013 o número de ações passou de 17.500.000 para 150.000.000, na sequência da redução de capital efetuada por contrapartida de reservas e de um desdobramento de ações (“*split*”) através da redução do seu valor nominal. Assim, uma vez que a alteração do número de ações não correspondeu a entrada ou saídas de fundos da Empresa, para efeitos do cálculo do resultado por ação em 30 de junho de 2013, foi utilizado o número de ações existente em 31 de dezembro de 2013 (150.000.000).

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

### 14. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde e (ii) outros benefícios a empregados. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 apresentaram o seguinte movimento:

	30.06.2014		
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo	Total
Saldo inicial	263.371.000	35.172.054	298.543.054
Movimento do período	368.500	(2.891.606)	(2.523.106)
Saldo final	<u>263.739.500</u>	<u>32.280.448</u>	<u>296.019.948</u>

	31.12.2013		
	Cuidados de saúde	Outros benefícios de longo prazo	Total
Saldo inicial	252.803.000	50.513.360	303.316.360
Movimento do período	10.568.000	(15.341.306)	(4.773.306)
Saldo final	<u>263.371.000</u>	<u>35.172.054</u>	<u>298.543.054</u>

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo” dizem essencialmente respeito ao programa de redução de pessoal em curso.

O detalhe das responsabilidades com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	30.06.2014	31.12.2013
Passivo não corrente	276.156.847	278.638.868
Passivo corrente	19.863.101	19.904.186
	<u>296.019.948</u>	<u>298.543.054</u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e o valor registado diretamente em “Outras variações do capital próprio”, foram os seguintes:

	30.06.2014	30.06.2013
Gastos do período		
Cuidados de saúde <sup>(1)</sup>	7.046.500	6.873.500
Outros benefícios de longo prazo <sup>(2)</sup>	144.035	(6.847.115)
	<u>7.190.535</u>	<u>26.385</u>
Outras variações no capital próprio		
Cuidados de saúde	(618.010)	-
	<u>(618.010)</u>	<u>-</u>

(1) Inclui gastos de pessoal, outros gastos e gastos financeiros.

(2) Inclui gastos de pessoal e gastos financeiros.

Os impactos a 30 de Junho de 2014 foram efetuados pela empresa com base no estudo atuarial de 31 de Dezembro de 2013.

### Cuidados de saúde

Os CTT são responsáveis pelo financiamento do plano de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados. Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “Projected Unit Credit”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo o último estudo sido elaborado a 31 de dezembro de 2013.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2013 detalham-se como segue:

	<u>31.12.2013</u>
Pressupostos financeiros	
Taxa de desconto	4,00%
Taxa esperada de crescimento dos salários	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com $\Delta$ PIB < 2%)
Taxa de inflação	2,00%
Taxa crescimento dos custos com saúde	
- Taxa de inflação	2,00%
- Crescimento devido ao envelhecimento	0% em 2013 e 2014 2% a partir dessa data
Pressupostos demográficos	
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data da avaliação e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

A manutenção da taxa de desconto em 4,00% foi motivada pela análise efetuada pelo Grupo à evolução da realidade macroeconómica tendo em atenção uma constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade.

A taxa esperada de crescimento dos salários foi determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo.

A taxa esperada de crescimento das pensões foi determinada em função da evolução estimada para a taxa de inflação e para a taxa de crescimento do PIB.

A taxa de crescimento dos gastos com saúde reflete a melhor estimativa para a evolução futura destes gastos, sendo tidos em conta os dados da experiência do plano.

Os pressupostos demográficos têm por base as tábuas de mortalidade e de invalidez consideradas apropriadas para efeitos da avaliação atuarial deste plano.

A evolução do valor presente das obrigações para com o plano de cuidados de saúde tem sido a seguinte:

	30.06.2014	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Responsabilidades no fim do período	<u>263.739.500</u>	<u>263.371.000</u>	<u>252.803.000</u>	<u>272.102.000</u>	<u>272.123.000</u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa ao plano de cuidados de saúde foi como segue:

	30.06.2014	31.12.2013
Saldo inicial	263.371.000	252.803.000
Gasto com o serviço do período	1.912.500	3.882.000
Gasto financeiro do período	5.134.000	9.865.000
Quotas dos aposentados	1.807.007	3.552.478
(Pagamento de benefícios)	(8.525.517)	(17.249.738)
(Outros gastos)	(577.500)	(1.162.610)
(Ganhos)/perdas atuariais	618.010	11.680.870
Saldo final	<u>263.739.500</u>	<u>263.371.000</u>

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	30.06.2014	30.06.2013
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 17)	1.335.000	1.345.500
Outros gastos	577.500	595.500
Gastos com juros	5.134.000	4.932.500
	<u>7.046.500</u>	<u>6.873.500</u>

Em 30 de junho de 2014, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de 618.010 Euros (11.680.870 Euros em 31 de dezembro de 2013) foram registados no capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” líquidos de impostos diferidos no montante de 183.549 Euros (3.150.049 Euros em 31 de dezembro de 2013).

A análise de sensibilidade efetuada para o plano de cuidados de saúde, no âmbito dos estudos atuariais efetuados em 31 de dezembro de 2013, permite concluir o seguinte:

(i) Caso ocorresse um aumento, em 31 de dezembro de 2013, de 1 ponto percentual na taxa de crescimento dos gastos médicos e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades do plano de saúde seriam de 307.989 milhares de Euros, aumentando cerca de 16,9%.

(ii) Se a taxa de desconto reduzisse meio ponto percentual e mantendo todas as restantes variáveis constantes, as responsabilidades aumentariam cerca de 6,8%, ascendendo a 281.280 milhares de Euros.

#### Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, com a atribuição de subsídios de “Apoio por cessação da atividade profissional”, que foram suprimidos a partir de 1 de Abril de 2013, com o pagamento da “Taxa de assinatura de telefone”, com “Pensões por acidentes de serviço” e com “Subsídio mensal vitalício”. Para obtenção da estimativa do valor destas responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada exercício, é elaborado anualmente um estudo atuarial por entidade independente, com base no método denominado por “Projected Unit Credit” e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo o último estudo atuarial sido elaborado, por entidade independente com o objetivo de determinar o montante estimado das responsabilidades, a 31 de dezembro de 2013.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2013 detalham-se como segue:

	<u>31.12.2013</u>
Pressupostos financeiros	
Taxa de desconto	4,00%
Taxa de crescimento dos salários	0% em 2013 e 2014 2,75% a partir dessa data
Taxa de crescimento das pensões	Lei nº. 53-B/2006 (com $\Delta$ PIB < 2%)
Taxa de inflação	2,00%
Pressupostos demográficos	
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss RE

No apuramento das responsabilidades do Grupo com empregados em situações de “Suspensões de contrato, recolocação e libertação de postos de trabalho” foram consideradas taxas de crescimento salarial de 0% em 2013 e 2014 e de 2,75% nos anos seguintes. A taxa de crescimento salarial de 2,75% foi aplicada aos restantes benefícios dos empregados com exceção da “Taxa de assinatura de telefone” e do “Apoio por cessação da atividade profissional” em que não se considerou a atualização do valor.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento das responsabilidades com outros benefícios aos empregados de longo prazo, foi o seguinte:

	30.06.2014	31.12.2013
<b>Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho</b>		
Saldo inicial	19.743.891	24.084.448
Gasto financeiro do período	345.103	844.267
Responsabilidades relativas a novos beneficiários (Pagamento de benefícios)	275.987 (2.607.314)	1.914.115 (7.459.833)
Corte (Ganhos)/perdas atuariais	(908.166) 354.415	- 360.894
Saldo final	<u>17.203.915</u>	<u>19.743.891</u>
<b>Taxa assinatura de telefone</b>		
Saldo inicial	4.800.195	14.242.125
Gasto financeiro do período	89.272	451.814
Alteração do benefício (Pagamento de benefícios)	- (139.625)	(8.211.129) (1.445.398)
(Ganhos)/perdas atuariais	(196.964)	(237.217)
Saldo final	<u>4.552.877</u>	<u>4.800.195</u>
<b>Acidentes em serviço</b>		
Saldo inicial	7.004.370	7.563.939
Gasto financeiro do período (Pagamento de benefícios)	135.824 (200.547)	293.948 (422.708)
(Ganhos)/perdas atuariais	(18.105)	(430.809)
Saldo final	<u>6.921.541</u>	<u>7.004.370</u>
<b>Subsídio mensal vitalício</b>		
Saldo inicial	3.544.784	3.691.640
Gasto financeiro do período (Pagamento de benefícios)	69.857 (52.676)	145.503 (108.120)
(Ganhos)/perdas atuariais	743	(184.239)
Saldo final	<u>3.562.708</u>	<u>3.544.784</u>
<b>Apoio por cessação da atividade profissional</b>		
Saldo inicial	78.815	931.209
Gasto financeiro do período (Pagamento de benefícios)	9.312 (35.479)	18.624 (871.064)
(Ganhos)/perdas atuariais	(13.241)	46
Saldo final	<u>39.408</u>	<u>78.815</u>
<b>Total saldos final</b>	<u><u>32.280.449</u></u>	<u><u>35.172.055</u></u>

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo, foi como segue:

	30.06.2014	30.06.2013
<b>Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 17)</b>		
Suspensão do contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	(277.764)	682.484
Taxa assinatura de telefone	(196.964)	(8.445.339)
Acidentes em serviço	(18.105)	-
Subsídio mensal vitalício	743	-
Apoio por cessão da atividade profissional	(13.241)	-
subtotal	<u>(505.332)</u>	<u>(7.762.855)</u>
<b>Gasto financeiro do período</b>	<u>649.368</u>	<u>915.740</u>
	<u>144.035</u>	<u>(6.847.115)</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2013, decorrente da Portaria 378-G/2013, de 31 de dezembro, foi alterada a idade da reforma de 65 para 66 anos para os trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social. Esta alteração teve um impacto mais significativo na responsabilidade relacionada com o benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” onde o acréscimo da responsabilidade foi cerca de 642 mil Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2013 o Conselho de Administração dos CTT deliberou substituir o pagamento, a partir de 1 de janeiro de 2014, da Taxa de assinatura de telefone, por uma medida equivalente aos trabalhadores aposentados e cônjuges sobreviventes que dele beneficiem traduzida na substituição do apoio financeiro por uma prestação em espécie.

A análise de sensibilidade efetuada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no âmbito do estudo atuarial efetuado, para os planos de “Outros benefícios”, permite concluir que se a taxa de desconto sofresse uma variação negativa de 50 p.b., mantendo tudo o resto constante, poderá traduzir-se num aumento das responsabilidades por serviços passados em cerca de 3,1%, aumentando para 36.262 milhares de Euros.

## 15. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

### Provisões

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o Grupo constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

	30.06.2014					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	
Provisões não correntes						
Processos judiciais	10.868.975	3.543.291	(2.569.269)	(1.685.452)	814.840	10.972.385
Investimentos em associadas	213.840	-	-	-	-	213.840
Contratos Onerosos	12.643.714	538.260	-	(1.261.957)	-	11.920.017
Outras provisões	14.775.306	38.299	-	(68.727)	(814.840)	13.930.038
	<u>38.501.835</u>	<u>4.119.850</u>	<u>(2.569.269)</u>	<u>(3.016.136)</u>	<u>-</u>	<u>37.036.280</u>

	31.12.2013					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	
Provisões não correntes						
Processos judiciais	9.268.429	3.757.359	(3.595.059)	(1.269.365)	2.707.611	10.868.975
Investimentos em associadas	220.816	-	-	(6.976)	-	213.840
Contratos Onerosos	13.212.379	1.844.338	-	(2.413.003)	-	12.643.714
Outras provisões	13.894.565	4.387.527	(746.183)	(377.694)	(2.382.909)	14.775.306
	<u>36.596.189</u>	<u>9.989.224</u>	<u>(4.341.242)</u>	<u>(4.067.038)</u>	<u>324.702</u>	<u>38.501.835</u>

### Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados.

### Investimentos em associadas

A provisão para investimentos em associadas corresponde à assunção pelo Grupo de obrigações legais ou construtivas relativas à associada PayShop Moçambique, S.A.

### Contratos Onerosos

No período findo em 30 de junho de 2014 foi reforçada em 538.260 Euros (1.844.338 Euros em 31 de dezembro de 2013) a provisão destinada a fazer face à cobertura da estimativa do valor presente do dispêndio líquido associado a contratos onerosos.

A 30 de junho de 2014 o montante provisionado para contratos onerosos ascende a 11.920.017 Euros (12.643.714 Euros em 31 de dezembro de 2013).

### Outras Provisões

A 30 de junho de 2014 o montante provisionado para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas, ascende a 11.697.352 Euros (12.512.193 Euros em 31 de dezembro de 2013).

No período findo em 30 de junho de 2014, para além das situações acima referida esta rubrica inclui ainda o valor de 890.000 Euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais.

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos) /reduções” em 1.550.581 Euros (3.520.424 Euros em 30 de junho de 2013).

### Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	30.06.2014	31.12.2013
Fundo de Pensões do Banco Santander Totta	3.000.469	-
Planinova - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	-
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.775.310	-
Novimoveste - Fundo de Investimento Imobiliário	1.508.269	-
Lusimoveste - Fundo de Investimento Imobiliário	1.261.863	-
Tribunais	301.303	754.399
Autoridade Tributária e Aduaneira	515.000	390.000
Lisboagás, S.A.	190.000	190.000
Autarquias	157.274	153.674
Sofinsa	91.618	91.618
Solred	80.000	80.000
Parc Logistics Zona Franca	77.969	77.969
Alfândega do Porto	74.820	74.820
Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna	28.547	14.000
ACT Autoridade Condições Trabalho	54.458	45.733
PT PRO - Serv Adm Gestao Part, S.A.	50.000	50.000
DRCAL Direcção Regional Contencioso Administrativo Lisb	-	49.880
Record Rent a Car (Cataluña, Levante)	40.000	40.000
SetGás, S.A.	30.000	30.000
ANA - Aeroportos de Portugal	29.000	29.000
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	86.917	86.917
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	50.000	50.000
Ministério Educação	23.700	38.700
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	21.433	21.433
Natur Import (nave Barbera)	18.096	18.096
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.657
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde	-	16.092
Poczta Polska Usługi Cyfrowe Sp	-	257.783
Petrogal, S.A.	10.774	10.774
Alquiler Nave Tarragona	7.155	7.155
TNT Express Worldwide	6.010	6.010
SMAS Torres Vedras	4.001	4.001
Infarmed IP	3.856	8.223
Instituto do emprego e formação profissional	3.718	3.718
Controlplan S.L	3.400	3.400
Inmobiliaria Ederkin	7.800	7.800
Instituto Infra-Estruturas Rodoviárias	3.725	3.725
Estradas de Portugal, EP	5.000	5.000
ARM - Águas e Resíduos da Madeira , SA	4.752	4.752
REN Serviços, S.A.	9.818	9.818
EMEL, S.A.	19.384	19.384
IFADAP	1.746	1.746
Casa Pia de Lisboa, I.P.	1.863	1.863
Martinez Estevez	3.000	3.000
Gexploma	3.000	3.000
Consejería Salud	6.433	6.433
Universidad Sevilla	4.237	4.237
Fonavi, Nave Hospitalet	40.477	40.477
Outras entidades	18.413	2.735
	<u>11.684.848</u>	<u>2.734.022</u>

Relativamente às garantias para contratos de arrendamento e de acordo com o estipulado em alguns dos contratos dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, teriam que ser prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias foram já emitidas e atingem o montante de 9.579.493 Euros, com exceção da garantia relativa ao edifício da rua do Conde Redondo, cujo senhorio não exigiu nesta fase a sua emissão.

### Compromissos

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que encontram-se detalhados, respetivamente nas Notas 4 e 5.

## 16. CONTAS A PAGAR

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Adiantamento de clientes	3.011.689	2.826.481
Vales CNP	368.884.549	202.301.462
Fornecedores c/c	62.012.813	59.737.076
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	9.990.627	8.816.225
Fornecedores de investimentos	655.880	2.463.632
Faturas em receção e conferência (investimentos)	328.315	523.341
Renda da Concessão	201.424	201.424
Valores cobrados por conta de Terceiros	5.141.334	4.180.724
Serviços financeiros postais	120.009.158	107.689.039
Outras contas a pagar	4.645.773	3.218.635
	<u>574.881.564</u>	<u>391.958.039</u>

### Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

O acréscimo verificado nesta rubrica deve-se ao facto de ocorrer em junho o pagamento do subsídio de férias aos pensionistas.

### Serviços financeiros postais

O acréscimo verificado nesta rubrica resulta essencialmente de valores cobrados relativos a impostos e certificados de aforro.

## 17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	<u>30.06.2014</u>	<u>30.06.2013</u>
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 19)	589.882	622.208
Remunerações do pessoal	124.622.678	126.269.767
Benefícios aos empregados	829.669	(6.417.355)
Indemnizações	1.390.030	1.021.697
Encargos sobre remunerações	27.523.172	27.606.743
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	928.794	785.011
Gastos de ação social	5.662.119	5.770.118
Outros gastos com o pessoal	32.267	55.946
	<u>161.578.611</u>	<u>155.714.135</u>

### Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais das diversas empresas do Grupo foram as seguintes:

	30.06.2014			Total
	Comissão Executiva	Comissão de Auditoria/Fiscal Único	Assembleia Geral	
Remunerações fixas	471.023	118.859	-	589.882
Remunerações variáveis	-	-	-	-
	<u>471.023</u>	<u>118.859</u>	<u>-</u>	<u>589.882</u>

	30.06.2013			Total
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal/Fiscal Único	Assembleia Geral	
Remunerações fixas	511.176	111.032	-	622.208
Remunerações variáveis	-	-	-	-
	<u>511.176</u>	<u>111.032</u>	<u>-</u>	<u>622.208</u>

### Remunerações do pessoal

A variação na rubrica “Remunerações do pessoal” resulta fundamentalmente da redução do número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa.

### Indemnizações

No período findo em 30 de junho de 2014 a rubrica de “Indemnizações” inclui o montante de 525.977 Euros relativos a indemnizações pagas no âmbito de processos de rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo.

### Gastos de ação social

Os gastos de ação social dizem respeito, na sua quase totalidade, aos gastos de saúde suportados pelo Grupo com os trabalhadores que se encontram no ativo, e também a gastos relacionados com a Higiene e Segurança no trabalho.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” os montantes de 384.636 Euros e 401.990 Euros, respetivamente, relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era, respetivamente, de 12.388 e 13.000 colaboradores.

## 18. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 23% (25% em 2013), sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A Tourline encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 30%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (“IRPC”)

O Grupo é tributado em sede de IRC juntamente com as suas participadas Post Contacto – Correio Publicitário, Lda., CTT – Expresso, S.A., Mailtec Holding, SGPS, S.A., Mailtec Comunicação, S.A., Mailtec Consultoria, S.A., Mailtec Processos, Lda., PayShop Portugal, S.A. (“PayShop”) e CTT GEST – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A. (“CTT Gest”), pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente.

### Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto foi efetuada como segue:

	<u>30.06.2014</u>	<u>30.06.2013</u>
Resultado antes de impostos	51.768.325	46.222.637
Taxa nominal de imposto	23,0%	25,0%
	<u>11.906.715</u>	<u>11.555.659</u>
Benefícios fiscais	(136.249)	(223.737)
Mais-valias contabilísticas	(166.615)	(4.003)
Mais-valias fiscais	53.823	2.001
Equivalência patrimonial	-	-
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	123.800	-
Perdas e reversões por imparidade	(280.275)	198.622
Outras situações, líquidas	1.169.648	723.467
Ajustamentos á colecta - Tributação autónoma	298.075	306.221
Ajustamentos á colecta - Derrama Municipal	705.142	551.127
Ajustamentos á colecta - Derrama Estadual	2.060.784	1.322.045
Excesso de estimativa e restituição de impostos	(4.164)	(26.366)
Impostos sobre o rendimento do período	<u>15.730.684</u>	<u>14.405.036</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>30,39%</u>	<u>31,16%</u>
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	14.548.876	11.278.152
Imposto diferido	1.292.435	3.247.866
Excesso de estimativa para impostos	(110.627)	(120.982)
	<u>15.730.684</u>	<u>14.405.036</u>

### Impostos diferidos

Em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
Activos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	78.330.632	78.221.187
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	9.578.911	10.433.440
Mais-valias contabilísticas diferidas	2.873.432	3.229.688
Perdas por imparidade e provisões	8.522.562	8.651.941
Ajustamentos de conversão - desreconhecimento de inventários	38.910	77.821
Ajustamentos de conversão - valor descontado de dívidas do pessoal	9.346	18.692
Prejuízos fiscais reportáveis	2.432.702	2.432.702
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	441.333	452.859
Outros	124.156	126.926
	<u>102.351.984</u>	<u>103.645.256</u>
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	4.127.083	4.288.852
Mais-valias suspensas	1.064.271	1.082.455
Outros	110.571	110.571
	<u>5.301.925</u>	<u>5.481.878</u>

A 30 de junho de 2014 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no prazo de 12 meses sejam 2.708.462 Euros e 359.906 Euros, respetivamente.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Saldos no início do período	103.645.256	102.228.537
Movimentos do período - efeito em resultados		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	(74.104)	1.757.201
Benefícios aos empregados-outros benefícios longo prazo	(854.529)	(4.354.755)
Mais-valias contabilísticas diferidas	(356.256)	(667.578)
Perdas por imparidade e provisões	(129.379)	(105.163)
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	(11.526)	307.246
Desreconhecimento de inventários	(38.911)	(79.395)
Valor descontado de dívidas	(9.346)	(19.069)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1.358.869
Outros	(2.770)	69.314
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados-cuidados de saúde	183.549	3.150.049
Saldo final	<u>102.351.984</u>	<u>103.645.256</u>
	<u>30.06.2014</u>	<u>31.12.2013</u>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Saldos no início do período	5.481.878	5.740.233
Movimentos do período - efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(161.769)	(240.583)
Mais-valias suspensas	(18.184)	(14.067)
Outros	-	(3.705)
Saldo final	<u>5.301.925</u>	<u>5.481.878</u>

Os prejuízos fiscais estão inteiramente relacionados com as perdas da subsidiária *Tourline* nos anos de 2008, 2009, 2011, 2012 e 2013. Estas perdas podem ser reportadas nos próximos 15 anos, exceto os prejuízos fiscais de 2012 e 2013 que podem ser reportados nos próximos 18 anos.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria um impacto imaterial no imposto sobre o rendimento do período.

#### Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em

que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2010 e seguintes podem ser sujeitas a revisão, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

Os CTT entendem que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas de 30 de junho de 2014.

## 19. PARTES RELACIONADAS

De acordo com as normas internas ao Grupo de relato financeiro, as partes relacionadas para o Grupo, são os acionistas dos CTT, os outros acionistas de empresas participadas pelo Grupo, as empresas associadas ou conjuntamente controladas e os membros do Conselho de Administração, Assembleia Geral e Comissão de Auditoria.

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2013, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	30.06.2014				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Dividendos	Gastos
Acionistas	-	-	-	60.000.000	-
Outras empresas do Grupo					
Associadas	3.878	21.957	8.769	-	44.214
Conjuntamente controladas	29.160	17.533	112.329	-	90.975
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	-	471.023
Assembleia Geral	-	-	-	-	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	-	118.859
	<u>33.038</u>	<u>39.490</u>	<u>121.098</u>	<u>60.000.000</u>	<u>725.072</u>

	30.06.2013				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Rendimentos	Dividendos	Gastos
Parpública, SGPS (a)	-	-	-	50.000.000	-
Outras empresas do Grupo					
Associadas	2.760	-	10.257	-	348
Conjuntamente controladas	58.153	13.626	118.672	-	99.225
Membros do					
Conselho de Administração	-	-	-	-	511.176
Assembleia Geral	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	111.032
	<u>60.913</u>	<u>13.626</u>	<u>128.929</u>	<u>50.000.000</u>	<u>721.781</u>

(a) Os CTT têm aproveitado da isenção disponível no parágrafo 25 da IAS 24, e, portanto, não tem proporcionado a divulgação detalhada das transações com o Estado de Portugal e partes relacionadas. Um resumo das operações do Grupo com o Estado Português e com partes relacionadas está incluído abaixo:

- Os CTT vendem e prestam serviços para o Estado Português e a diversas entidades relacionadas.
- Os CTT recolhem vários impostos associados a pessoal e outras taxas em nome do Estado Português e é da sua responsabilidade os impostos sobre os lucros obtidos e a segurança social dos trabalhadores.
- As contas dos CTT para efeitos de IVA em Portugal.
- O Grupo CTT incorre em custos como resultado de serviços prestados por várias partes relacionadas pertencentes ao Estado Português, nomeadamente:
  - Os custos de energia;
  - Os custos de abastecimento de água;
  - Os custos de transporte aéreo.

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral, são eliminadas no processo de consolidação, não sendo objeto de divulgação na presente nota.

## 20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi deliberada a adjudicação no âmbito dos três concursos limitados por prévia qualificação para contratação de serviços de tecnologias de informação e de comunicações, respeitando a Serviços de Infraestrutura Base, Serviços de Linha de Apoio e *Desktop Management* e Serviços de Telecomunicações de Voz e Dados Fixas. Não obstante estar ainda a decorrer o prazo em que a decisão de adjudicação pode ser contestada, esperam os CTT poder formalizar os contratos no mais curto espaço de tempo possível.

Os concursos foram lançados e adjudicados para um período de 3 anos, que incluem uma fase inicial de no máximo 3 meses de transferência dos serviços. Como resultado desta adjudicação, os CTT estimam obter a partir de 2015 uma poupança anual (sem considerar custos de transição) nos serviços referenciados de cerca de 57% (14 milhões de euros) face aos custos de exploração, que em 2014 se situam na ordem dos 25 milhões de Euros, uma vez que se prevê que o custo anual dos referidos serviços fique em cerca de 11 milhões de Euros.

## PARTE III – OUTROS DOCUMENTOS DE INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

### 1. Lista dos titulares de participações sociais qualificadas

Nos termos do disposto nos artigos 447º do CSC e 16º do CVM

Em 30 de junho de 2014, tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade, a estrutura das participações qualificadas nos CTT era como segue:

	Ações	% Capital	Direitos de voto	Data da transação
Parública-Participações Públicas (SGPS), S.A. (1)	47.253.834	31,503%	31,503%	03.01.2014
Pioneer Asset Management, S.A. (2)	3.128.282	2,086%	2,086%	10.01.2014
Standard Life Investments LTD (3)	3.071.878	2,048%	2,048%	09.05.2014
BlackRock, Inc. (4)	3.059.021	2,039%	2,039%	25.02.2014
JP Morgan Asset Management (UK) Limited (5)	3.023.319	2,016%	2,016%	19.05.2014
Restantes acionistas	90.463.666	60,309%	60,309%	--
<b>TOTAL</b>	<b>150.000.000</b>	<b>100,000%</b>	<b>100,000%</b>	<b>--</b>

(1) Ações detidas pela Parública-Participações Públicas (SGPS), S.A., que por sua vez é detida na totalidade pelo Estado Português.

(2) Participação de vários fundos geridos indiretamente pela Pioneer Asset Management, S.A., a qual é detida pela UniCredit S.p.A.

(3) Ações atribuíveis a Vidacos Nominees.

(4) Participação de várias empresas controladas pela BlackRock, Inc.

(5) A JP Morgan Asset Management (UK) Limited é uma subsidiária da JP Morgan Asset Management Holdings Inc.

A informação atualizada à data de aprovação do presente relatório sobre as participações qualificadas na Sociedade pode ser consultada em [www.ctt.pt](http://www.ctt.pt) e no *site* da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

### 2. Ações próprias

Nos termos do disposto na alínea d) do nº 5 do artigo 66º e do nº 1 do artigo 325º-A do CSC

A Assembleia Geral realizada a 5 de maio de 2014 concedeu autorização ao Conselho de Administração para aquisição e alienação de ações próprias pela Sociedade e sociedades dependentes.

A Sociedade, durante o período de referência do presente relatório, não deteve ações próprias, nem efetuou qualquer transação com ações próprias. À data de aprovação do presente relatório, a Sociedade não detém ações próprias.

### 3. Posição acionista dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Nos termos do disposto no nº 5 do artigo 447º do CSC e no artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008

Em 30 de junho de 2014, tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, detinham o número de ações da Sociedade referido infra.

Conselho de Administração	Nº de Ações em 30.06.2014
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda (a)	3.110
António Sarmiento Gomes Mota (b)	-
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco (c)	1.550
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa (d)	3.110
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira (e)	-
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo (e)	-
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino (f)	-
José Alfredo de Almeida Honório (f) (h)	-
Nuno Fernandes Thomaz (f)	-
Diogo José Paredes Leite de Campos (g)	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (g)	47.253.834

(a) Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (CEO)

(b) Presidente da Comissão de Auditoria e Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração

(c) Vice-Presidente do Conselho de Administração e Administrador Executivo

(d) Chief Financial Officer (CFO) e Administrador Executivo

(e) Administradora Executiva

(f) Administrador Não Executivo

(g) Administrador Não Executivo e Vogal da Comissão de Auditoria

(h) À data de aprovação das contas do 1º semestre de 2014, José Alfredo de Almeida Honório tinha renunciado ao cargo de Administrador Não Executivo, tendo sido nomeado por cooptação do Conselho de Administração Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

#### 3.1 Transações relevantes dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, bem como de outros dirigentes e partes relacionadas

Nos termos do nº5 do artigo 447º do CSC

Após a Assembleia Geral Extraordinária de 24 de março de 2014, que elegeu os novos órgãos sociais da empresa, a Comissão Executiva dos CTT redefiniu a lista de dirigentes da Sociedade, tendo esta sido comunicada à CMVM em 22 de abril passado. As listas apresentadas em seguida incluem todos os dirigentes que desempenharam funções nessa qualidade durante o 1º semestre de 2014 e respetivas partes relacionadas:

Conselho de Administração (a)	Nº de Ações em 31.12.2013	TRANSAÇÕES				Nº de Ações em 30.06.2014
		Data	Nº de Ações	Compra/Venda	Preço	
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	3.110	-	-	-	-	3.110
António Sarmento Gomes Mota	-	-	-	-	-	-
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	1.550	-	-	-	-	1.550
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	3.110	-	-	-	-	3.110
Dionízia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	-	-	-	-	-	-
Ana M <sup>a</sup> Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	-	-	-	-	-	-
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	-	-	-	-	-	-
José Alfredo de Almeida Honório (b)	-	-	-	-	-	-
Nuno Fernandes Thomaz	-	-	-	-	-	-
Diogo José Paredes Leite de Campos	-	-	-	-	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	45.000.000 9.545.455	03.01.2014	2.253.834 9.545.455	(c) (d)	-	47.253.834
<b>Conselho Fiscal (e)</b>						
António Sarmento Gomes Mota	-	-	-	-	-	-
Diogo José Paredes Leite de Campos	-	-	-	-	-	-
Elsa Maria Roncon Santos	-	-	-	-	-	-
<b>Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo</b>						
PriceWaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda. (f)	-	-	-	-	-	-
José Pereira Alves	-	-	-	-	-	-
Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão	-	-	-	-	-	-
José Manuel Henriques Bernardo	-	-	-	-	-	-
KPMG & Associados, SROC, S.A. (g)	-	-	-	-	-	-
Maria Cristina Santos Ferreira	-	-	-	-	-	-
Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho	-	-	-	-	-	-
<b>Partes Relacionadas (CA)</b>						
Alice Monjardino de Campos de Azevedo Soares (h)	120	-	-	-	-	120
Manuel M <sup>a</sup> Azevedo Soares de Abreu Castelo-Branco (h)	1.550	-	-	-	-	1.550
Susana Gorjão Costa (i)	3.110	-	-	-	-	3.110

- (a) Inclui os membros da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria, ambas criadas por decisão da Assembleia Geral de 05.05.2014.
- (b) À data de aprovação das contas do 1º semestre de 2014, José Alfredo de Almeida Honório tinha renunciado ao cargo de Administrador Não Executivo, tendo sido nomeado por cooptação do Conselho de Administração Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa.
- (c) Exercício, no dia 3 de janeiro de 2014, por parte do Agente de Estabilização (*Stabilisation Manager*), tal como definido no Contrato de Venda Direta Institucional (*Institutional Underwriting Agreement*), da opção de venda, detida sobre a Parpública, de 2.253.834 ações, correspondentes a 1,5% do capital social e dos direitos de voto dos CTT, adquiridas por esse Agente de Estabilização, no âmbito das operações de estabilização realizadas nos termos do mencionado contrato relativo à venda direta institucional, que foi parte integrante do processo de privatização dos CTT.
- (d) Consequente cessação da opção de compra (*call option*) detida pela Parpública sobre as instituições financeiras que integram o sindicato de venda direta institucional (*Underwriters*), tal como definidas no Contrato de Venda Direta Institucional, representadas para o efeito pelo Agente de Estabilização, ao abrigo da qual podia adquirir 9.545.455 ações, representativas de 6,36% do capital social e dos direitos de voto da Sociedade.
- (e) No novo modelo de governo societário aprovado na Assembleia Geral de 24.03.2014, o Conselho Fiscal foi substituído pela Comissão de Auditoria.
- (f) ROC e Auditor Externo até 04.05.2014.
- (g) ROC e Auditor Externo desde 05.05.2014.
- (h) Pessoa relacionada com Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco.
- (i) Pessoa relacionada com André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa.

Outros Dirigentes (j)	Nº de Ações em 31.12.2013	TRANSAÇÕES				Nº de Ações em 22.04.2014 (j)
		Data	Nº de Ações	Compra/Venda	Preço	
Alberto Alves Maria Pimenta	1.000	-	-	-	-	1.000
Ana Rita Baião Matos	2.500	-	-	-	-	2.500
Antónia Ascensão Rato	2.500	-	-	-	-	2.500
António Augusto Labrincha Correia Marques	500	-	-	-	-	500
António Manuel Borges Vaz	2.500	-	-	-	-	2.500
António Pedro Ferreira Vaz da Silva	240	-	-	-	-	240
Carla Maria Teixeira Gonçalves Veiga (k)	2.500	-	-	-	-	2.500
Carla Salomé Preto Martins Marques da Cruz	1.300	20.03.2014	1.300	Venda	7,80 €	0
Fernando Manuel Costa Afonso	500	-	-	-	-	500
Filipe Jacinto Flores Ribeiro	200	-	-	-	-	200
Graça Maria Porto Temudo Pires de Oliveira	2.500	-	-	-	-	2.500
Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues	-	-	-	-	-	-
Hernâni Joaquim Mateus dos Santos	1.000	-	-	-	-	1.000
Isabel Maria Lemos Lourenço	1.750	16.01.2014 20.03.2014	250 1.250	Venda Venda	6,75 € 8,00 €	250
João Domingues dos Santos da Cunha Leal	620	-	-	-	-	620
João Manuel da Costa Araújo	2.500	21.03.2014	1.500	Venda	8,00 €	1.000
João Pedro Namora Gonçalves	2.800	19.03.2014	1.800	Venda	7,62 €	1.000
José Eduardo Dias de Mendonça David	500	-	-	-	-	500
Julietta Aurora Barracho Gomes Jorge Cainço	-	-	-	-	-	-
Laura Maria Falcão da Costa	300	-	-	-	-	300
Luís Miguel Soares Rodrigues	2.500	-	-	-	-	2.500
Maria da Graça Farinha de Carvalho e Sousa Góis	200	-	-	-	-	200
Maria Helena Henriques Camacho	800	-	-	-	-	800
Maria Margarida Jarego Colaço da Silva	950	-	-	-	-	950
Maria Teresa Geraldês Caetano	-	-	-	-	-	-
Miguel Alexandre Ferreira Amaral Salema Garção	3.130	13.03.2014	3.130	Venda	7,33 €	0
Paulo José Carteiro Veiga	2.500	-	-	-	-	2.500
Pedro Miguel Lourenço Salvador	-	-	-	-	-	-
Peter Iordanov Tsvetkov	4.990	-	-	-	-	4.990
Raul Manuel Matias Moreira	1.000	-	-	-	-	1.000
Rui Pedro Silva	500	-	-	-	-	500
Sílvia Maria Correia	2.500	-	-	-	-	2.500
<b>Partes Relacionadas (Outros Dirigentes)</b>						
Helena Augusta Monteiro Afonso Gonçalves (l)	1.000	-	-	-	-	1.000
Ana Soraia Teixeira Vaz da Silva (m)	240	-	-	-	-	240
Jaime Francisco Teixeira (m)	240	-	-	-	-	240
Maria José Cabrita da Silva (n)	310	19.03.2014	310	Venda	7,62 €	0

(j) Após redefinição da Lista de Dirigentes pela Comissão Executiva comunicada à CMVM em 22.04.2014, os dirigentes indicados deixaram de fazer parte da mesma, pelo que apenas são mencionadas as transações efetuadas até essa data.

(k) Renunciou ao cargo de Administradora da subsidiária EAD em 27.02.2014.

(l) Pessoa relacionada com Alberto Alves Maria Pimenta. Apenas são mencionadas as transações efetuadas até 22.04.2014, caso existam.

(m) Pessoa relacionada com António Pedro Ferreira Vaz da Silva. Apenas são mencionadas as transações efetuadas até 22.04.2014, caso existam.

(n) Pessoa relacionada com João Pedro Namora Gonçalves. Apenas são mencionadas as transações efetuadas até 22.04.2014, caso existam.

#### 4. Negócios com a Sociedade e exercício de outras atividades pelos atuais administradores

Nos termos do disposto na alínea e) do nº 5 do artigo 66º e dos artigos 397º e 398º do CSC

Não se registaram, no 1º semestre de 2014, autorizações do Conselho de Administração para que qualquer um dos seus membros realizasse negócios com a Sociedade.

Nenhum dos atuais administradores dos CTT exerceu, durante o 1º semestre de 2014, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

A lista apresentada abaixo indica os cargos internos e externos à Sociedade desempenhados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização:

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente &amp; CEO dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> <li>• Presidente da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística</li> <li>• Presidente da Tourline Express Mensajería, S.L.U.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Membro do Board do IPC – International Post Corporation</li> <li>• Administrador Não Executivo da Norfin Portuguese Property Group, S.A.</li> <li>• Membro da Comissão de Vencimentos da Portugal Telecom, SGPS, S.A.</li> <li>• Membro do Conselho Consultivo da Nova School of Business &amp; Economics</li> <li>• Membro do Conselho Consultivo do Mestrado em Finanças da Católica Lisbon School of Business &amp; Economics</li> <li>• Membro do Conselho de Supervisão do Clube Naval de Cascais</li> </ul>
António Sarmiento Gomes Mota	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente do Conselho Fiscal dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (1)</li> <li>• Presidente da Comissão de Auditoria (2)</li> <li>• Vice-Presidente Não Executivo do Conselho de Administração (2)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente do Conselho de Administração da SDC Investimentos, SGPS, S.A.</li> <li>• Vice-Presidente do Conselho de Administração da Soares da Costa Construção, SGPS, S.A.</li> <li>• Membro do Conselho Geral e de Supervisão e das Comissões de Auditoria e de Análise da Performance e Competitividade da EDP – Energias de Portugal, S.A.</li> <li>• Membro da Comissão de Vencimentos da Portugal Telecom, SGPS, S.A.</li> <li>• Vice-Presidente do Instituto Português de Corporate Governance</li> </ul>
Manuel Cabral de Abreu Castelo-Branco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vice-Presidente Executivo dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da Correo Expresso de Moçambique, S.A.</li> </ul>	
André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Executivo e Chief Financial Officer (CFO) dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.</li> <li>• Presidente do Conselho de Administração da Payshop (Portugal), S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vogal do Conselho de Administração do Eurogiro</li> </ul>

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Dionizia Maria Ribeiro Farinha Ferreira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administradora Executiva dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.</li> <li>• Presidente do Conselho de Administração da Mailtec Holding, SGPS, S.A.</li> <li>• Presidente do Conselho de Administração da Mailtec Comunicação, S.A.</li> <li>• Presidente do Conselho de Administração da Mailtec Consultoria, S.A.</li> <li>• Presidente do Conselho de Administração da CTT Gest – Gestão de Serviços e Equipamentos Postais, S.A.</li> <li>• Presidente do Conselho de Gerência da PostContacto – Correio Publicitário, Lda.</li> <li>• Gerente da Mailtec Processos, Lda.</li> </ul>	
Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administradora Executiva dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho de Administração da Tourline Express Mensajería, S.L.U.</li> </ul>	
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Não Executivo dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente do Conselho Fiscal da Siemens Portugal</li> <li>• Administrador Não Executivo da Áreas Portugal</li> <li>• Presidente da Notre Europe – Instituto Jacques Delors, Paris</li> <li>• Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Finpro SGPS, S.A.</li> <li>• Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Novabase SGPS, S.A.</li> <li>• Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A.</li> <li>• Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander Totta, S.A.</li> </ul>
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa (3)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Não Executivo dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Não Executivo da Agro cortex</li> <li>• Administrador da Cell2B</li> <li>• Administrador Não Executivo da EIP</li> <li>• Fundador e Administrador da Luz.on</li> <li>• Administrador Não Executivo do Vale do Lobo Resort</li> <li>• Administrador Não Executivo da Winpower</li> <li>• Membro do Conselho Consultivo Ibérico da ATKearney</li> </ul>
Nuno Fernandes Thomaz	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Não Executivo dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Não Executivo da Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.</li> <li>• Presidente da Bem Comum - Sociedade de Capital de Risco, S.A.</li> <li>• Gerente da I Cook - Organização de Eventos, Lda.</li> <li>• Administrador da Nutrinveste, SGPS, S.A. (4)</li> <li>• Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade (5)</li> <li>• Membro da Comissão Consultiva do Instituto Português de Corporate Governance</li> </ul>
Diogo José Paredes Leite de Campos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Administrador Não Executivo dos CTT – Correios de Portugal, S.A.</li> <li>• Vogal do Conselho Fiscal dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (1)</li> <li>• Vogal da Comissão de Auditoria (2)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente do Conselho Fiscal do Banco Santander Consumer Portugal, S.A.</li> <li>• Administrador Não Executivo da RES SGPS, S.A.</li> </ul>

(1) Até à data da Assembleia Geral Extraordinária de 24.03.2014

(2) Após a Assembleia Geral Extraordinária de 24.03.2014

(3) Cooptado por deliberação do Conselho de Administração de 29 de julho de 2014 em substituição de José Alfredo de Almeida Honório, que apresentou renúncia ao cargo de Administrador Não Executivo em 14 de julho de 2014

(4) Mandato terminou em março de 2014

(5) Eleito em abril de 2014

## PARTE IV – RELATÓRIO DE AUDITORIA



## **RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA**

### **Introdução**

- 1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre as contas consolidadas intercalares condensadas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, dos **CTT – Correios de Portugal, S.A.** que inclui a Demonstração condensada da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 1.274.536.480 euros e um total de capital próprio de 249.935.154 euros, incluindo interesses não controlados negativos de 21.696 euros e um resultado líquido consolidado atribuível a detentores de capital do Grupo CTT de 36.063.127 euros) e as Demonstrações condensadas consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do período de seis meses findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### **Responsabilidades**

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo:
  - a) a preparação de informação financeira consolidada intercalar condensada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, dos fluxos de caixa, das alterações no capital próprio e do rendimento integral consolidados;
  - b) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
  - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada intercalar condensada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.





## Âmbito

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada intercalar condensada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
    - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
    - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
    - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
    - a apresentação da informação financeira consolidada;
    - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita; e
  - b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.
- 6 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7 Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação consolidada intercalar condensada.

## Parecer

- 8 Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada intercalar condensada do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Lisboa, 30 de julho de 2014



---

**KPMG & Associados -**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)



## CONTACTOS

### SEDE

Avenida D. João II, n.º 13  
1999-001 Lisboa  
PORTUGAL  
Telefone: +351 210 471 836  
Fax: +351 210 471 994

### Clientes

E-mail: [informacao@ctt.pt](mailto:informacao@ctt.pt)  
Linha CTT 707 26 26 26  
Dias úteis e sábados das 8h às 22h

### Representante para as Relações com o Mercado

André Gorjão Costa

### Gabinete de Relações com os Investidores

Peter Tsvetkov  
E-mail: [investors@ctt.pt](mailto:investors@ctt.pt)  
Telefone: +351 210 471 087  
Fax: +351 210 471 994

### Órgãos de Comunicação Social

Direção de Comunicação Institucional  
Assessoria de Imprensa  
Fernando Marante  
E-mail: [gabinete.imprensa@ctt.pt](mailto:gabinete.imprensa@ctt.pt)  
Telefone: +351 210 471 800